

Portugal - Perfil País

Abril 2012



aicep Portugal Global

Índice

1. História	5
2. Cultura	6
3. Geografia e características socio-económicas	8
3.1 Geografia, clima	8
3.2 Indicadores sócio-económicos	8
4. Organização política e administrativa	10
4.1 Estrutura política	10
4.2 Organização administrativa	11
5. População	13
5.1 Repartição regional	13
5.2 Migrações	14
5.3 População activa	15
5.4 Níveis de escolaridade da população activa	15
6. Infra-estruturas	16
6.1 Rede viária	17
6.2 Rede ferroviária	17
6.3 Rede portuária	18
6.4 Rede aeroportuária	18
6.5 Infraestruturas tecnológicas	19
6.6 Políticas para o futuro	20
7. Recursos e estrutura produtiva	21
7.1 Agricultura, silvicultura e pesca	22
7.2 Indústria	26
7.3 Construção	36
7.4 Serviços	37

8. Situação económica	42
8.1 Política económica recente	42
8.2 Perspectivas de evolução	43
8.3 Economia das regiões	45
9. Enquadramento económico regional – Portugal e a União Europeia	54
10. Comércio	55
10.1 Evolução da balança comercial	56
10.2 Principais parceiros comerciais	57
10.3 Principais produtos transaccionados	59
10.4 O comércio internacional e as regiões	60
11. Investimento	61
11.1 Evolução do investimento directo estrangeiro em Portugal	61
11.1.1 Principais países investidores	61
11.1.2 Principais sectores	62
11.1.3 Projectos recentes de investimento em Portugal	62
11.2 Evolução do investimento directo português no estrangeiro	64
11.2.1 Principais países de destino	65
11.2.2 Principais sectores	65
11.2.3 Projectos recentes de internacionalização das empresas portuguesas	65
12. Turismo	68
13. Relações internacionais e regionais	71
14. Condições legais de acesso ao mercado	72
14.1 Regime de trocas intra-comunitárias	72
14.2 Regime geral de importação	72
14.3 Regime de investimento estrangeiro	74
ANEXOS	
Anexo 1 – Regimes aduaneiros	75
Anexo 2 – Documentos de importação	76
Anexo 3 – Endereços úteis de Internet	77

1. História

A batalha de S. Mamede travada em 1128, entre os fidalgos portugalenses liderados por D. Afonso Henriques e os nobres galegos liderados pela sua mãe D. Teresa, é decisiva para o nascimento de Portugal. Uma vez vencida a batalha e concretizada a expulsão de D. Teresa do Condado Portucalense, D. Afonso Henriques declara o principado independente. Seguem-se várias lutas contra Leão e Castela e contra os muçulmanos, mas é com a Batalha de Ourique, em 1139, que é declarada a independência de Portugal e que D. Afonso Henriques, com o apoio dos chefes portugueses, é aclamado soberano - D. Afonso I de Portugal. Todavia, a independência de Portugal só viria a ser reconhecida pelo Rei de Castela em 1143 com a assinatura do Tratado de Zamora.

Segue-se um amplo período de conquistas e de assinaturas de tratados entre Portugal e a coroa de Castela e, em 1297, no reinado de D. Dinis, estavam definidas as fronteiras actuais do País (as mais antigas da Europa).

No século XIV começam a brilhar as primeiras luzes da Idade de Ouro de Portugal. A sua língua separa-se do galaico-português, a Corte ganha brilho intelectual de dimensão europeia e é fundada a Universidade.

O século XV marca o início dos Descobrimentos, durante os quais Portugal vive um período de grande expansão através dos oceanos. É descoberto oficialmente o arquipélago da Madeira (1419), o dos Açores (1425) e são conquistadas algumas cidades no actual Reino de Marrocos. Das numerosas personagens relacionadas com esta época, destacam-se: Diogo Cão, pela descoberta do litoral africano, Bartolomeu Dias, que em 1488 dobrou o Cabo da Boa Esperança e abriu o caminho à descoberta da Índia por Vasco da Gama (1498) e, por último, Pedro Álvares Cabral que descobriu o Brasil em 1500.

O sonho de um novo Brasil (desta vez em África, ligando Angola e Moçambique através de territórios regularmente



© Rui Morais de Sousa

Padrão dos Descobrimentos

atravessados, mas nunca ocupados) é impedido pelas ambições imperiais inglesas, criando o fermento para uma nova mudança de regime político. Assim, no início do século XX, é instaurada a I República em Portugal (1910).

Como resultado da crise financeira que varreu a Europa após a I Guerra Mundial e da instabilidade política interna, em 1926, um golpe militar pôs fim ao regime parlamentar (I República). Em 1933, o regime então em vigor deu origem ao Estado Novo, que governou o País até 1974.

Em 25 de Abril de 1974 o Movimento das Forças Armadas derrubou o regime político que vigorava em Portugal, tendo sido instaurado o regime democrático. Com a democracia veio o desenvolvimento económico e social, o florescimento cultural e científico e, cada vez mais, a afirmação do País em matéria de inovação.

Fechado o ciclo do império (com a descolonização em meados da década de 70 de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe), Portugal aderiu à Comunidade Económica Europeia em 1986 e posteriormente à Zona Euro, mas sem deixar de procurar manter uma ligação estreita quer com os outros sete países que falam português

(o que levou à criação da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), quer com as comunidades portuguesas espalhadas por todo o mundo.

Presentemente, Portugal é um país com estabilidade social e política e que se afirma cada vez mais pela sua capacidade de diálogo e de entendimento da diferença e pela sua cultura e modo de vida, resultado de séculos de estreita convivência com outros povos.

2. Cultura

A cultura portuguesa é baseada num passado e em marcas deixadas pelos povos que ocuparam este território de que são exemplos emblemáticos: do período romano o Templo de Diana em Évora, e da arquitectura mourisca as típicas cidades do Sul de Portugal, como Olhão e Tavira.

Também a arte portuguesa foi enriquecida pelas várias influências externas ao longo dos séculos. Os descobrimentos portugueses contribuíram para que o país ficasse mais receptivo às influências orientais, assim como o período quinhentista com a descoberta do Brasil e das suas riquezas influenciou a utilização do estilo “barroco”.

Na arquitectura, as influências romanas e góticas deram ao país algumas das suas mais imponentes catedrais. No século XV nasceu mesmo um estilo nacional – estilo Manuelino – que veio juntar várias formas num conjunto luxuoso e ornamentado.

Vários exemplos de grandes obras arquitectónicas podem ser citados: o Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa; a Sé (catedral) de Lisboa, onde na fachada podem ainda ser vistas ruínas da construção romana; o Palácio da Justiça em Lisboa, um exemplo da austera arquitectura moderna; o castelo e a igreja do Convento de Cristo em Tomar; a abadia portuguesa de Santa Maria da Vitória na Batalha (estilo gótico); a Torre dos Clérigos, em granito, no Porto e a catedral romanesca de Braga.

Em muitos se vê na pedra a nossa relação com o mar, que se mantém em alguma da contemporânea arquitectura portuguesa onde sobressaem nomes como Álvaro Siza Vieira ou Eduardo Souto de Moura, nomeadamente no Parque das Nações, palco da última exposição mundial do Século XX, subordinada ao tema dos Oceanos.



Pavilhão de Portugal - Parque das Nações

A escultura encontrou grande expressão nos magníficos túmulos dos séculos XII e XIII e nas esculturas barrocas do século XVIII, sendo de assinalar os infantários de Joaquim Machado de Castro. As tradições clássicas e românticas de Itália e de França, para além da influência que exerceram na obra deixada por Machado de Castro, também foram determinantes na expressão plástica de António Soares dos Reis, no século XIX.

A escola de pintores do século XV foi precursora de um estilo pátrio por parte de artistas flamengos, que deixaram uma valiosa herança na arte religiosa decorando vários palácios e conventos em Portugal. O período romântico do século XIX, embora tardio, fez renascer a arte nacional. Seguiu-se o período do realismo naturalista que veio abrir portas para novas experiências realizadas já no século XX, sendo de destacar a obra de Maria Helena Vieira da Silva na pintura abstracta e de Carlos Botelho nas cenas de ruas de Lisboa.

A azulejaria é igualmente bastante rica. Muitos dos edifícios dos séculos XVI e XVII têm aplicação de azulejos. São escolhidos igualmente para decorar paredes de quarto e "hall" de entrada de diversos palácios e mansões senhoriais, que exibem painéis de azulejos, onde as cores predominantes são o azul e o branco.

Exemplos excepcionalmente bons podem ser vistos no Pátio da Carranca, do Paço de Sintra, na igreja São Roque em Lisboa e na Quinta da Bacalhoa, na Vila Fresca de Azeitão, perto de Setúbal. Também o Metropolitano de Lisboa decorou algumas das suas estações com azulejos assinados por artistas portugueses contemporâneos.

A literatura distingue-se pela riqueza e variedade da sua poesia lírica, pela escrita que enaltece a sua história e por uma subtilidade nos dramas, biografias e ensaios. Os primeiros cancioneiros testemunham uma escola de poesia sobre o amor, estilo que ultrapassou fronteiras e influenciou os cancioneiros espanhóis. Já o estilo romanceiro bebeu influências dos nossos vizinhos, apesar de não ter partilhado a predilecção pelo heróico.

Os Lusíadas de Luís de Camões são a grande obra épica do século XVI, o poema clássico de exaltação dos feitos dos portugueses além-mar.

Existem ainda outros nomes de grande relevo na poesia com é o caso de Fernando Pessoa, Eugénio de Andrade, Florbela Espanca, Cesário Verde, António Ramos Rosa, Mário Cesariny e Antero do Quental, entre outros.

Na prosa, Damião de Góis, o Padre António Vieira, Almeida Garrett, Eça de Queiroz, Camilo Castelo Branco, Miguel Torga, Fernando Namora, José Cardoso Pires, António Lobo Antunes e José Saramago (vencedor do prémio Nobel da Literatura em 1998).

No teatro, destaca-se a figura maior de Gil Vicente, António José da Silva – o Judeu e Bernardo Santareno.

A música e a dança populares e o tradicional fado continuam a ser as formas fundamentais de expressão musical do país. A mais famosa e internacional fadista portuguesa foi Amália Rodrigues, mas hoje nomes como Carlos do Carmo ou Marisa mantêm viva esta canção tão associada a Portugal.



Centro Cultural de Belém (Lisboa)

Finalmente, falar de cultura portuguesa é falar do poder de disseminação da língua. O português, a quinta língua mais falada no mundo e a terceira mais falada no Ocidente, é falado por mais de 210 milhões de pessoas.

É o idioma oficial de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe. É também uma das línguas oficiais da Guiné Equatorial (com o castelhano e o francês), Timor-Leste (com o tétum) e Macau (com o cantonês). É ainda falada na antiga Índia portuguesa (Goa, Damão e Diu), Andorra, Luxemburgo e Namíbia, além de ter igualmente estatuto oficial na União Europeia, no Mercosul e na União Africana.

3. Geografia e Características Socio-Económicas

3.1 Geografia, clima

Portugal está geograficamente situado na costa Oeste da Europa, na Península Ibérica. Faz fronteira a Norte e a Leste com a Espanha, a Ocidente e a Sul com o Oceano Atlântico. As suas fronteiras estão definidas desde o século XIII, incluindo para além do território continental, as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, arquipélagos situados no Oceano Atlântico.

Com uma área total de 92.212 km², Portugal beneficia de uma excelente localização geográfica, situando-se numa posição geo-estratégica entre a Europa, a América e a África.



No território continental, o Tejo (o maior rio) divide o norte, mais montanhoso, do sul, mais plano e com menor relevo. Também o litoral, geralmente mais plano,

se distingue das terras altas do interior. As maiores altitudes encontram-se num cordão de montanhas situado no centro do país: a Serra da Estrela, com 1.991 metros de altitude, constitui o elemento culminante. Nos arquipélagos, a montanha do Pico (2.351 metros) é o ponto mais alto dos Açores e o Pico Ruivo (1.862 metros) é a maior elevação da Madeira.

No litoral do continente, geralmente pouco recortado, os principais acidentes correspondem a estuários (Tejo e Sado). Seguem-se pequenas baías (Peniche, Sines, Lagos) e estruturas de tipo lagunar (Vouga-Aveiro, Óbidos, Faro). As saliências costeiras são em pequeno número e de baixas amplitudes, mas de grande beleza: cabos Mondego, Carvoeiro, Roca, Espichel, Sines, S. Vicente e Santa Maria.

O clima é caracterizado por Invernos suaves e Verões amenos. Os meses mais chuvosos são os de Novembro e Dezembro enquanto o período de precipitação mais escassa decorre de Abril a Setembro.

3.2 Indicadores socio-económicos

Na última década foram desencadeadas extensas reformas com resultados notáveis ao nível do desenvolvimento económico e de coesão social (protecção e inclusão social) de Portugal.

O combate à pobreza extrema, as Pensões Mínimas, o Rendimento Social de Inserção e o Complemento Solidário para Idosos, são medidas paradigmáticas de protecção social. Quanto à intervenção a nível da inclusão social, destaca-se a cooperação no apoio às famílias no acesso a respostas sociais, o investimento em equipamentos, a rede de cuidados continuados para pessoas idosas e dependentes e a intervenção territorial de combate à pobreza e à exclusão, tendo em conta a especificidade local e os público-alvo mais necessitados de intervenção.

Indicadores socio-económicos

Demografia		2006	2007	2008	2009	2010
População total ^a	Milhares	10.586	10.604	10.623	10.638	10.636
Taxa de natalidade	Permilagem	10,0	9,7	9,8	9,4	9,5
Esperança de vida à nascença	Anos	78,2	78,5	78,7	78,9	79,2
Educação		2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011
Educação pré-escolar	Milhares	262	264	266	275	274
Ensino básico e secundário	Milhares	1.493	1.512	1.537	1.782	1.740
Ensino superior	Milhares	367	377	373	384	396
Despesas públicas em educação ^b	% do PIB	6,6	6,1	6,3	6,7	5,0 ^d
Cultura		2006	2007	2008	2009	2010
Visitantes de museus, jardins zoológicos, jardins botânicos e aquários	Milhões	10,3	10,0	11,6	12,9	13,8
Exposições em galerias de arte	Nº	6.463	6.609	6.859	7.235	7.261
Publicações ^c	Nº	2.054	1.994	1.896	1.910	1.852
Despesas municipais em actividades culturais	10 ⁶ EUR	802,9	802,8	863,8	997,7	721,1
Saúde		2006	2007	2008	2009	2010
Médicos	Nº	36.924	37.904	38.932	40.095	41.431
Hospitais	Nº	200	198	189	186	226
Camas de hospital	Nº	36.605	36.220	35.803	35.635	35.601
Centros de saúde	Nº	378	377	377	375	376
Farmácias e postos farmacêuticos móveis	Nº	3.037	3.038	3.037	3.046	3.055
Despesa pública corrente em saúde ^b	% do PIB	5,6	5,4	5,5	5,7	5,7 ^d
Sociedade da Informação		2006	2007	2008	2009	2010
Clientes do serviço de acesso à Internet	Milhares	1.580	1.612	1.676	1.898	2.104
Serviço de acesso à Internet	Tx. Penetração	14,9	15,2	15,8	17,8	19,8
Linhas telefónicas principais	Tx. Penetração /100 Hab.	40,0	39,7	39,1	40,8	42,2
Assinantes do serviço telefónico móvel	Nº Assinantes (milhares)	12.236	13.477	14.953	15.929	n.d.
Taxa de penetração – serviço móvel terrestre	Assinantes/100 Hab.	115	127	141	151	155
Assinantes de televisão por cabo	Milhares	1.421	1.489	1.475	1.452	1.438
Taxa de penetração da rede por cabo	Assinantes/% População	13,4	14,0	13,9	13,6	13,5
Peso do sector das comunicações	Receitas/% PIB	5,4	5,2	5,1	5,1	5,0

Fontes: INE - Instituto Nacional de Estatística; Autoridade Nacional de Comunicações - Situação das Comunicações 2010

Notas: (a) INE - Estatísticas do Emprego 2011;

(b) Direcção Geral do Orçamento/Ministério das Finanças;

(c) De periodicidade diária, semanal, mensal e anual;

(d) Estimativa

4. Organização Política e Administrativa

4.1 Estrutura política

No que se refere à estrutura política, a República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democrática, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes.

Os órgãos de soberania são o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais.

No sistema constitucional português, o Presidente da República é eleito por sufrágio directo e universal para um mandato de cinco anos, não podendo ser reeleito para um terceiro mandato consecutivo. O Presidente da República é o supremo representante da República Portuguesa, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas e é, por inerência, o Comandante Supremo das Forças Armadas.

Das competências deste órgão de soberania destacam-se, entre outras, a dissolução da Assembleia da República, a nomeação do Primeiro-Ministro e restantes membros do Governo, a promulgação ou veto de leis e decretos-leis, a nomeação dos embaixadores sob proposta do Governo e a ratificação de tratados internacionais. O actual Presidente da República é Aníbal Cavaco Silva, reeleito em 23 de Janeiro de 2011.

O poder legislativo é da competência da Assembleia da República que é composta por 230 deputados, eleitos por sufrágio universal directo, por um período de quatro anos. As últimas eleições realizaram-se a 5 de Junho de 2011.

A Assembleia da República tem competências ao nível político, legislativo e de fiscalização. São da competência deste órgão, entre outras, a aprovação de alterações

à Constituição, a aprovação dos estatutos político-administrativos das Regiões Autónomas, a aprovação do Orçamento de Estado, a apresentação de propostas ao Presidente da República sobre a realização de referendos, a apreciação do programa do Governo, a fiscalização e apreciação da actividade do Governo e da Administração.

A Assembleia da República pode ser dissolvida pelo Presidente da República, uma vez ouvidos os partidos nela representados e o Conselho de Estado.

A actual Presidente da Assembleia da República é Assunção Esteves e a distribuição de mandatos é a seguinte: Partido Social-Democrata (PPD/PSD) – 108 deputados; Partido Socialista (PS) – 74 deputados; Partido Popular (CDS/PP) – 24 deputados; Partido Comunista Português e Partido Ecologista os Verdes (PCP/PEV) – 16 deputados e Bloco de Esquerda (BE) – 8 deputados.

O Governo é o órgão superior da Administração Pública, responsável pela condução da política geral do país. É constituído pelo Primeiro-Ministro, pelos Ministros e pelos Secretários de Estado. O Primeiro-Ministro, que preside ao Conselho de Ministros, é nomeado pelo Presidente da República. Os outros membros do Governo são nomeados pelo Presidente da República sob proposta do Primeiro-Ministro. O actual Primeiro-Ministro é o Dr. Pedro Passos Coelho.

Ao Governo cabe, essencialmente, garantir o funcionamento da administração pública, promover a satisfação das necessidades colectivas e garantir a adequada execução das leis. Tem ainda competências legislativas que, em alguns casos é uma competência própria, e noutros é partilhada com a Assembleia da República (competência relativa).

Os Tribunais são os órgãos de soberania com competência para administrar a justiça, são independentes e apenas estão sujeitos à lei.

O sistema judicial português é constituído por várias categorias ou ordens de tribunais, independentes entre si, com estrutura e regime próprios.

Duas dessas categorias compreendem apenas um Tribunal (o Tribunal Constitucional e o Tribunal de Contas); as demais abrangem uma pluralidade de tribunais, estruturados hierarquicamente, com um tribunal superior no topo da hierarquia.



Tribunal Constitucional – Ocupa um lugar especial e autónomo na ordenação constitucional dos tribunais. Distingue-o a especificidade do seu modo de formação e das suas funções. É o tribunal de recurso das decisões de todos os restantes tribunais em matéria de constitucionalidade. É composto por treze juízes, sendo dez designados pela Assembleia da República e três cooptados por estes. Os juízes, que elegem o Presidente do Tribunal Constitucional, têm um mandato de nove anos que não é renovável.

Tribunais Judiciais – São a primeira das categorias de Tribunais comuns e formam uma estrutura hierárquica própria, com Tribunais judiciais de 1ª e 2ª Instância, tendo como órgão superior o Supremo Tribunal de Justiça.

Tribunais Administrativos e Fiscais – A estes Tribunais compete o julgamento de acções e recursos destinados a dirimir os litígios emergentes das relações administrativas e fiscais. Estes tribunais formam uma estrutura hierárquica própria tendo como tribunal superior o Supremo Tribunal Administrativo.

Tribunal de Contas – Este tribunal não tem apenas funções jurisdicionais (fiscalização da legalidade de despesas públicas e julgamento de contas públicas), dando igualmente parecer sobre a Conta Geral do Estado, visando habilitar a Assembleia da República a apreciá-la e julgá-la.

Podem ainda existir Tribunais Marítimos, Tribunais Arbitrais e Julgados de Paz. Neste último caso, a sua competência refere-se, em exclusivo, à apreciação e julgamento de acções declarativas cujo valor não exceda a alçada do Tribunal de 1ª Instância.

4.2 Organização administrativa

Com a adesão à Comunidade Europeia e no sentido de organizar o território de Portugal, são definidas Unidades Territoriais Administrativas para fins estatísticos, as NUT, equiparadas a unidades territoriais com objectivos idênticos nos outros países da UE. Portugal é NUT I, dividido em 7 NUT II equivalentes a “regiões” - Região Norte; Região Centro; Região de Lisboa; Região do Alentejo; Região do Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores, divididas por sua vez em 30 NUT III, equivalentes a “sub-regiões” (28 no Continente e as duas Regiões Autónomas).

O Alentejo e o Centro repartem, entre si, as maiores áreas territoriais do país, com 34% e 31% do total, respectivamente, enquanto que à Região Autónoma da Madeira cabe a área mais reduzida.

Regiões (NUT II) ordenadas por áreas

Regiões ^a	Áreas (km ²)	% total
Região do Alentejo	31.605	34,3
Região Centro	28.199	30,5
Região Norte	21.286	23,1
Região do Algarve	4.997	5,4
Região de Lisboa	3.002	3,3
Região Autónoma dos Açores	2.322	2,5
Região Autónoma da Madeira	801	0,9
Total	92.212	100,0

Fonte: INE – Anuário Estatístico de Portugal 2010

Nota: (a) Inclui 362 km² de águas interiores

Sub-Regiões NUT III

Regiões do Continente

Norte	Minho-Lima
	Cavado
	Ave
	Grande Porto
	Tâmega
	Entre Douro e Vouga
	Douro
	Alto Trás-os-Montes
Centro	Baixo Vouga
	Baixo Mondego
	Pinhal Litoral
	Pinhal Interior Norte
	Dão-Lafões
	Pinhal Interior Sul
	Serra da Estrela
	Beira Interior Norte
	Beira Interior Sul
	Cova da Beira
	Oeste
	Médio Tejo
Lisboa	Grande Lisboa
	Península de Setúbal
Alentejo	Alentejo Litoral
	Alto Alentejo
	Alentejo Central
	Baixo Alentejo
	Lezíria do Tejo
Algarve	Algarve

Regiões Autónomas

R. A. Açores	R. A. Açores
R. A. Madeira	R. A. Madeira

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

Nota: Esta divisão de regiões e respectivas subdivisões corresponde às NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais)

A par das NUTS para fins estatísticos, Portugal encontra-se dividido em 18 Distritos no Continente que são os seguintes: Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Os Distritos e as Regiões Autónomas subdividem-se em 308 Concelhos/Municípios e 4.259 Freguesias.

O novo regime jurídico do associativismo municipal¹ determinou a constituição de associações de municípios que podem ser de dois tipos: de fins múltiplos e de fins específicos.

As associações de municípios de fins múltiplos, denominadas comunidades intermunicipais (CIM), são constituídas por municípios que correspondam a uma ou mais NUTS III e adoptam o nome destas.

As associações de municípios de fins específicos foram criadas para a realização em comum de fins específicos dos municípios que as integram, na defesa de direitos colectivos de natureza sectorial, regional ou local.

Foram ainda criadas duas áreas metropolitanas (AM): Lisboa - que integra os municípios da Grande Lisboa e Península de Setúbal, e Porto - que integra os municípios do Grande Porto e de Entre-Douro e Vouga, regulados por diploma próprio.

Principais cidades

De sublinhar a importância das cidades no contexto territorial e mesmo político. Existem actualmente (2012) 159 cidades em Portugal (146 no Continente e 13 nas Regiões Autónomas), das quais 19 são “Capitais de Distrito”. Entre as mais antigas cidades portuguesas contam-se Lisboa, Porto, Viseu, Braga, Coimbra, Évora, Guarda, Lamego, Silves, Faro, Lagos e Tavira com origens pré-portugalenses e detentoras de uma história urbana romana ou árabe, ou ambas, como no caso das cidades do Sul e mesmo de Lisboa.

A cidade de Lisboa (cerca de 470 mil habitantes – 2 milhões na Grande Lisboa) é a capital de Portugal desde o século XII, a maior cidade do país, principal pólo económico, detendo um dos maiores portos marítimos e o maior aeroporto. A cidade do Porto (cerca de 205 mil habitantes – 1,3 milhões no Grande Porto) é a segunda maior cidade.

¹ Lei nº 45/2008 de 27 de Agosto

5. População

Os resultados provisórios dos Censos 2011, referenciados ao dia 21 de Março de 2011, indicam que a população residente em Portugal era de 10.561.614 habitantes, o que significa um aumento de cerca de 2% face à última década. O número de famílias aumentou cerca de 10,8% mas a sua dimensão média volta a recuar e fixa-se em 2,6 indivíduos. Por outro lado, as características demográficas revelam que se agravou o envelhecimento da população na última década. Em 2011, Portugal tinha cerca de 19% da população com 65 ou mais anos de idade.

Segundo o INE², o rácio entre a população com mais de 65 anos e a população até 14 anos (índice de envelhecimento) atingiu um ponto elevado em 2011: 120,6, quando em 2000 era de 102,2 e em 1990 se situara em 68,1. Também a componente da população com idade inferior a 24 anos perdeu peso em termos relativos, situando-se nos 25,9%, no mesmo ano.

Em 2011, a população total em Portugal registou um crescimento marginal de 0,1%.

As “Projeções de população residente em Portugal, 2008-2060” (a 31 de Dezembro), publicadas pelo INE, no seu cenário central³ apontam para um crescimento continuado da população residente em Portugal até 2035, ano em que atinge 10.897,6 milhares de indivíduos.

A partir desse ano, inverte-se a tendência, chegando-se a 2060 com valores abaixo do ano de partida. Em 2060, a população total chegará, apenas, aos 10.364,2 milhares de indivíduos.

5.1 Repartição regional

A Região Norte (que inclui a cidade do Porto) e a Região de Lisboa concentram mais de três quintos da população portuguesa. O despovoamento das áreas rurais do interior tem continuado a afectar parte da Região Norte (excluindo o Porto), o Centro e, sobretudo, o Alentejo.

³ As projecções do INE foram determinadas tendo por base 4 cenários: o Cenário Central, que tem como base a população residente em Portugal em 01 de Janeiro de 2008 e conjuga um conjunto de hipóteses consideradas como mais prováveis face aos recentes desenvolvimentos demográficos, o Cenário Baixo, o Cenário Elevado e o Cenário sem Migrações, este último com o objectivo de comparação com os restantes cenários.

² Estatísticas do Emprego – Inquérito ao Emprego - 2011

População em Portugal - Evolução 2006-2011

	UNIDADE	2006	2007	2008	2009	2010	2011
População total	MILHARES	10.585,9	10.604,4	10.622,7	10.638,4	10.635,8	10.646,7
0-14 anos	MILHARES	1.640,4	1.634,9	1.624,6	1.615,0	1.614,4	1.609,5
15-64 anos	MILHARES	7.115,8	7.135,0	7.145,1	7.142,6	7.113,7	7.096,6
+ 65 anos	MILHARES	1.829,7	1.834,6	1.853,0	1.880,7	1.907,7	1.940,6
Relação de masculinidade (nº de homens por 100 mulheres)	(%)	93,8	93,8	93,8	93,8	93,8	93,8
Crescimento efectivo	(%)	0,22	0,17	0,17	0,15	-0,02	0,10
Nível de escolaridade completo (15 e mais anos)							
Básico (até ao 3º ciclo)	Nº	6.795,2	6.796,5	6.776,8	6.690,4	6.539,8	6.311,2
	(VAR. %)	-0,78	0,02	-0,29	-1,27	-2,25	-3,50
Secundário e pós secundário	Nº	1.249,3	1.245,5	1.250,9	1.324,7	1.416,6	1.518,4
	(VAR. %)	2,81	-0,30	0,43	5,90	6,94	7,19
Superior	Nº	901,0	927,6	970,4	1.008,2	1.065,0	1.207,6
	(VAR. %)	6,16	2,95	4,61	3,90	5,63	13,39

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Estatísticas do Emprego, 2011

A distribuição da população pelo território do continente evidencia uma oposição entre o Litoral e o Interior. A sua evolução nos últimos anos tem vindo a originar uma maior concentração da população no Litoral e redução do número de residentes nas regiões do interior do país.

À semelhança do que se verificou para o conjunto do país, em 2011 registou-se um ligeiro crescimento populacional na maioria das regiões, excepto no Alentejo (-0,49%) e no Centro (-0,21%) que mantiveram uma trajectória descendente.

Repartição regional – Média Anual 2011

Regiões (a)	População Milhares	% do total	Densidade (hab./km ²)
Região Norte	3.745,9	35,2	176,0
Região de Lisboa	2.846,9	26,7	943,3
Região Centro	2.374,4	22,4	84,4
Região do Alentejo	747,3	7,0	23,8
Região do Algarve	438,4	4,1	86,9
R. A. da Madeira	247,7	2,3	308,8
R. A. dos Açores	246,1	2,3	105,7
Total	10.646,7	100,0	115,4

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – Inquérito ao Emprego 2011

Notas: (a) Regiões NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos)

Analisando agora a densidade demográfica da população portuguesa pelas várias regiões do país, é notória a liderança de Lisboa. Na segunda posição surge a Madeira com cerca de 1/3 da densidade populacional da primeira. A maior distância aparece a Região Norte que, apesar de ter, em termos relativos, a maior proporção de população residente, apresenta uma densidade populacional cerca de cinco vezes e meia inferior à de Lisboa.

Seguem-se os Açores, Centro, Algarve (estas duas últimas com valores quase idênticos) e, finalmente, o Alentejo, com o menor rácio habitantes/km².

5.2 Migrações

O contributo das migrações na dinâmica do crescimento da população depende do sentido, das características que revelam e da sua duração. Desde 1993 que o saldo migratório é a principal componente do acréscimo populacional em Portugal.

O nosso país registou influxos de imigração das antigas colónias portuguesas em África, da Europa Central e Oriental, e mais recentemente do Brasil, existindo igualmente pequenos núcleos de imigrantes provenientes da Índia, China e Paquistão, assim como de outros países da América Latina e do Norte de África.

A imigração económica é um fenómeno recente em Portugal e representa uma alteração radical face ao registado nos anos 60 e 70, quando muitos portugueses emigravam na procura de níveis de vida mais elevados.

Até aos anos 90, a maioria dos imigrantes em Portugal era proveniente dos países lusófonos, principalmente Cabo Verde e Angola. A partir de 1999 Portugal passou a acolher uma imigração diferente e em massa proveniente dos países do Leste Europeu, dividida em dois grupos: os eslavos – ucranianos, russos e búlgaros; e os latinos de leste – romenos e moldavos.

Em 2003 este tipo de imigração abrandou, tendo sido substituída por brasileiros e, em menor escala, por asiáticos de várias origens (nomeadamente indianos, paquistaneses e chineses).

Em 2010 residiam em Portugal, com estatuto legal de residente, 445.262⁴ cidadãos de nacionalidade estrangeira, o que traduz um decréscimo de 2%, face ao ano anterior. Destes, 39,7% eram provenientes da Europa, 22,7% da África Lusófona, 26,8% tinham origem brasileira e finalmente, 3,5% eram originários da China.

A população estrangeira é mais jovem do que a população nacional e concentra-se na faixa da população em idade activa. Predominam os homens na repartição por sexos, fruto provável da sua maior representatividade no processo migratório embora o reagrupamento familiar posterior tenda a um maior equilíbrio.

Na emigração portuguesa destaca-se o primeiro grande surto para o Brasil que se localiza no início do século passado até finais dos anos 20, segue-se a que ocorre durante a

4 Dados provisórios disponíveis em Julho 2011

guerra colonial com destino à Europa nos anos 60, ambas com períodos longos de permanência. A partir dos finais dos anos 80 prevalecem os fluxos de emigração de carácter temporário que se mantêm até hoje. Cerca de 4,5 milhões de portugueses vivem fora do país, o que é equivalente a quase metade da população doméstica residente, existindo enormes comunidades de expatriados no Brasil, em França, na Alemanha, na Suíça, no Luxemburgo, no Canadá e na África do Sul, entre outros países.

5.3 População activa

Embora a imigração esteja a ajudar a impulsionar a população em idade activa, o seu ritmo de crescimento não tem conseguido compensar o gradual envelhecimento da população e o aumento da esperança de vida (74 anos para o homem e 80,6 anos para as mulheres segundo a OCDE), factor que tem vindo a afectar, não só Portugal, mas igualmente a grande maioria dos países da Europa Ocidental.

De acordo com o INE⁵, a população activa e a taxa de actividade (população com 15 e mais anos) referentes a 2011 não sofreram grandes alterações face a 2010. A população activa totalizou 5.543,2 mil indivíduos, o que significou um acréscimo de 0,7% em relação ao ano anterior e a taxa de actividade situou-se nos 61,3%, ou seja, 0,6 pp. abaixo do ano anterior. A taxa de actividade dos homens em idade activa foi de 68,0% e a das mulheres de 55,2%. Esta estabilidade relativa na oferta de mão-de-obra resultou do facto de a diminuição da população empregada (141,2

mil indivíduos) ter sido compensada por um crescimento semelhante dos desempregados (103,5 mil indivíduos). Por faixa etária, observou-se uma redução da população activa entre os 15-34 anos (-0,8%) enquanto a faixa situada entre os 35 e os 64 anos aumentou 0,36%. Por NUTS II, em 2011 registou-se um aumento da população activa em todas as regiões, excepto no Norte (-0,15%) e no Centro (-5,5%), face ao ano anterior. O nº de activos com nível de escolaridade correspondente ao ensino secundário e pós-secundário e ao ensino superior aumentou, sendo que, em 2011, 18,1% da população activa tinha formação superior.

A população empregada totalizou 4.837,0 mil indivíduos em 2011, ou seja, menos 2,8% do que no ano anterior. A taxa de emprego (15 e mais anos) situou-se nos 53,5%, tendo sido inferior à registada em 2010, devido ao facto de a população empregada ter diminuído mais do que a população em idade activa. Por NUT II, apenas a região do Alentejo registou um aumento marginal da população empregada (0,2%).

Em termos de curto/médio prazo a distribuição da população empregada por sectores de actividade está relativamente estabilizada. Tem havido um movimento, desde há cerca de 25 a 30 anos, no sentido de uma maior contribuição da população empregada nos serviços (62,8% do total em 2011), movimento que acompanha a evolução registada nos outros parceiros europeus.

5.4 Níveis de escolaridade da população activa

No quadro das exigências da nova economia global, a qualificação das pessoas é um factor preponderante para a competitividade, para o crescimento económico, para o emprego e para a melhoria dos salários.

Conforme já referido, Portugal apresenta ainda alguns indicadores menos positivos ao nível da formação e qualificação da sua população activa, que têm sido alvo

5 INE – Estatísticas do Emprego, 2011

Evolução da população empregada por sector de actividade

	1986	2009	2010	2011
	(%)			
Agricultura, silvicultura e pescas	21,9	11,2	10,9	9,9
Indústria, construção, energia e água	33,7	28,2	27,7	27,3
Serviços	44,3	60,6	61,4	62,8

Fonte: INE – Estatísticas do Emprego, 2011

de políticas públicas de qualificação de recursos humanos. De acordo com os resultados provisórios do Census 2011 é notório o esforço que tem vindo a ser desenvolvido nesta área. Portugal voltou a assinalar, na última década, um crescimento do nível de instrução da sua população. Em 2011 havia 1.262.449 indivíduos com ensino superior completo, cerca do dobro do que foi apurado em 2001.

A Comissão Europeia publicou em Fevereiro de 2012, através da Rede Eurydice, o relatório “Key Data on Education in Europe 2012”, que apresenta um conjunto de dados relevantes para a concretização das políticas associadas à estratégia “Europa 2020” e analisa a evolução dos sistemas de educação europeus na última década⁶. Relativamente a Portugal, podemos destacar a seguinte conclusão: no ano lectivo 2009/2010, a taxa de população inscrita em qualquer nível de educação (desde o pré-primário ao superior) era de 22,9%, mais alta do que a registada em 2000 e superior à média da UE27 (21,5%).

O lançamento do Programa Novas Oportunidades em 2005, composto por dois eixos fundamentais: eixo adultos - qualificar um milhão de activos até 2010; eixo jovens - alargar a oferta de cursos profissionalizantes de nível secundário de modo a que representassem, na mesma meta temporal, metade do total de vagas ao nível do ensino secundário, - surgiu como resposta à necessidade de Portugal convergir ao nível das qualificações com a Europa e reforçar a competitividade no médio-longo prazos, investindo na melhoria contínua das condições de escolarização dos seus jovens e adultos.

De acordo com um relatório⁷ da Direcção-Geral de Educação e Cultura da Comissão Europeia, intitulado “Further measures to implement the action plan on adult learning: Updating the existing inventory on validation of non-formal and informal learning: Final report”⁸, Portugal

a par da Finlândia, França, Holanda e Noruega é um dos cinco países classificados na escala mais elevada (“High”) no que respeita ao nível de desenvolvimento em matéria de validação de aprendizagens não formais e informais. Esta boa posição deve-se ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, no âmbito das políticas de redução do défice de qualificação da população adulta, levadas a cabo pela Iniciativa Novas Oportunidades.

É objectivo estratégico do Governo português continuar a apostar fortemente na formação profissional dos jovens, com vista a uma valorização real da Qualificação dos Portugueses. Pretende-se melhorar a orientação escolar e profissional e promover uma articulação mais estreita com a formação prática em contexto de trabalho. Neste sentido, está em curso uma avaliação da iniciativa Novas Oportunidades, nomeadamente nas vertentes de impacto na vida profissional das pessoas e do rigor e exigência do processo de RVCC⁹. Até Setembro de 2012 serão anunciadas as alterações a introduzir na estrutura e objectivos deste Programa. Entretanto, serão mantidos a funcionar até Agosto de 2012, 301 Centros de Novas Oportunidades, permitindo-se assim aos formandos concluir os seus processos de certificação.

6. Infra-Estruturas

Ao longo dos últimos anos e com o apoio dos Fundos Comunitários, Portugal realizou um notável esforço de investimento nas infra-estruturas de transporte, o que deu origem a modernas redes: viárias, ferroviárias, aeroportuárias e marítimas.

Embora o meio de transporte dominante nas trocas comerciais de Portugal com o exterior continue a ser o marítimo, o transporte rodoviário tem vindo a assumir uma relevância crescente, principalmente nas ligações com os mercados europeus.

6 O ano de referência dos dados académicos é 2009/2010

7 Este relatório avaliou o “estado de arte” da implementação de medidas e políticas de validação de aprendizagens informais e não formais em 34 países, sendo acompanhado por relatórios individuais, da responsabilidade do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP) de cada um dos países

8 http://ec.europa.eu/education/more-information/doc/2010/inventory_en.pdf

9 Sistemas de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)

6.1 Rede viária

Portugal detém actualmente uma das redes mais desenvolvidas da Europa, composta de Auto-estradas (AE), Itinerários Principais (IP), Itinerários Complementares (IC), Estradas Nacionais (EN) e Estradas Regionais.

Em 2010, a rede rodoviária nacional atingiu, no Continente, 13.123 km, repartidos pela rede fundamental (2.221 km de IP), pela rede complementar (6.482 km de IC e EN) e pelas estradas regionais (4.420 km). Com a tipologia de Auto-Estradas, contabilizaram-se 2.737 km, ou seja, mais de 1/5 do total da rede viária.

Nos anos 90 houve um significativo desenvolvimento das infra-estruturas rodoviárias em Portugal e um dos factores que contribuiu para esse desenvolvimento foi a realização, em 1998, da Exposição Mundial em Lisboa. Este importante projecto serviu de catalizador da construção de grandes obras públicas, salientando-se a segunda ponte sobre o Tejo – Ponte Vasco da Gama - e a linha ferroviária na Ponte 25 de Abril, estabelecendo pela primeira vez, uma ligação ferroviária contínua entre o Norte e o Sul do país.

Estas infra-estruturas contribuíram de forma significativa para melhorar a circulação Norte-Sul e criaram novas acessibilidades em várias zonas da capital, principalmente na parte oriental da cidade de Lisboa.

Em 2010 foram transportadas mais de 218 milhões de toneladas de mercadorias através da rede rodoviária, com predominância para o tráfego nacional (90,4%).

© José Manuel



Ponte Vasco da Gama - Rio Tejo



© José Manuel

Gare do Oriente - Parque das Nações

Em termos regionais, o Centro e o Norte foram as regiões de origem de mais de 61% do total das mercadorias carregadas. Os dados ainda provisórios referentes ao terceiro trimestre de 2011 apontam para uma variação homóloga positiva no transporte rodoviário de mercadorias, de 12,6%.

6.2 Rede ferroviária

O grande desafio que actualmente se coloca nesta área é o do reforço da integração da rede ferroviária nacional no espaço ibérico e europeu, com vista a assegurar a interoperacionalidade com as redes europeias e transeuropeias de transporte.

A rede ferroviária existente conta com 2.843 km de extensão, dos quais 2.794 km com tráfego ferroviário de passageiros e mercadorias. Serve uma população da ordem dos 8,5 milhões de habitantes e assegura a ligação Norte-Sul ao longo da faixa litoral do continente português e as ligações transversais. A densidade da rede ferroviária tende a ser mais significativa nas regiões de maior concentração populacional. Em 2010 foram transportadas 9,3 milhões de toneladas de mercadorias através da rede ferroviária, igualmente com predominância para o tráfego nacional (91,7%) e 153 milhões de passageiros. Em termos regionais, o Centro, Alentejo e Lisboa, representaram mais de 90% do total de mercadorias transportadas por este meio. Os dados ainda provisórios referentes ao 3º trimestre de 2011 apontam para uma variação homóloga negativa no transporte de mercadorias por ferrovia, de 10,8%.

6.3 Rede portuária

A localização geográfica de Portugal, com uma extensa costa atlântica, oferece excelentes condições para potenciar e desenvolver as ligações marítimas.

No continente existem nove portos: Viana do Castelo e Leixões, na região Norte; Aveiro e Figueira da Foz, no Centro; Lisboa e Setúbal, na região da Grande Lisboa; Sines, no Alentejo; Faro e Portimão, no Algarve. A Região Autónoma dos Açores conta com oito portos e a região Autónoma da Madeira com três.

Os 5 principais portos nacionais situados no Continente (Leixões, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Sines) movimentaram cerca de 64,6 milhões de toneladas de mercadorias em 2011 (96,7% do total). A melhoria das infraestruturas e os ganhos de eficiência ocorridos nos últimos anos tornaram o sistema portuário nacional mais competitivo, situação que permite estimar um aumento na movimentação de carga nos anos mais próximos.

O Porto de Sines, de águas profundas, é líder nacional na quantidade de mercadorias movimentadas (25,8 milhões de toneladas em 2011, ou seja 38,6% do total) e apresenta condições naturais ímpares na costa portuguesa para acolher todos os tipos de navios. Dotado de modernos terminais, apresenta características únicas, sendo, por um lado, a principal porta de abastecimento energético do país (petróleo e derivados, carvão e gás natural) e, por

outro, um importante porto de carga de contentores com elevado potencial de crescimento. Este Porto, com uma zona industrial e logística de retaguarda, com mais de 2.000 hectares é já uma plataforma logística de âmbito internacional multifacetada (sectores marítimo-portuário, industrial e logístico), que irá contar ainda com a plena integração da plataforma urbana nacional do Poceirão e da plataforma transfronteiriça de Elvas/Caia. A ampliação do Terminal de Contentores (Terminal XXI) está concluída, aumentando a capacidade da infra-estrutura para 1 milhão de TEU (medida para contentores de 20 pés) por ano quando, até agora, tinha capacidade para 250 mil TEU/ano.

6.4 Rede aeroportuária

Portugal conta com uma rede aeroportuária composta por 15 aeroportos, 38 aeródromos, e 11 heliportos certificados¹⁰.

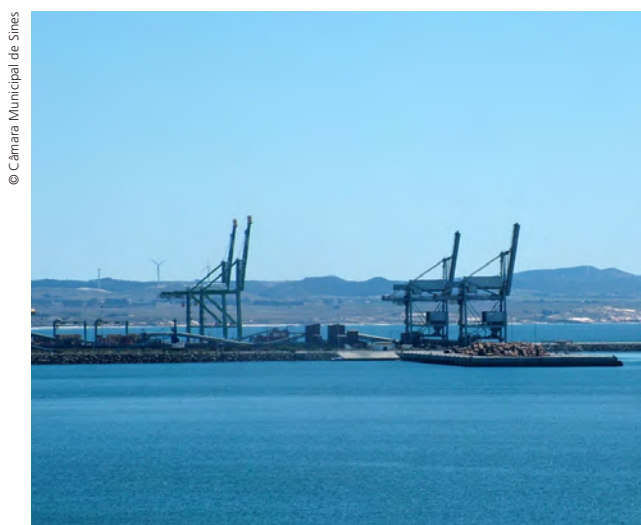
No continente existem três aeroportos internacionais em operação, todos situados na orla litoral e um aeroporto em Beja (interior do Alentejo) que guarda certificação pelo INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil (processo que deverá estar concluído em 2012). O projecto para construção de um novo aeroporto internacional para Lisboa, na margem sul da cidade, na zona de Alcochete, foi adiado pelo Governo tendo em consideração a conjuntura económica pouco favorável.

A condição de insularidade das regiões autónomas explica a presença de um maior número de aeroportos, como se pode observar no quadro seguinte:

Principais aeroportos portugueses

Aeroportos	Número	Localizações
Continente	4	Lisboa, Porto, Faro e Beja
R. A. Açores	9	Ponta Delgada, Santa Maria, Horta, Flores, Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge, Terceira
R. A. Madeira	2	Funchal e Porto Santo

A maioria das companhias aéreas internacionais serve os principais aeroportos do País, sendo a TAP Portugal a companhia aérea portuguesa de bandeira.



© Câmara Municipal de Sines

Porto de Sines - Costa Alentejana

¹⁰ Fonte: INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil, 17 de Janeiro de 2011

Em 2010, o número de passageiros processados nos aeroportos nacionais aumentou 6,6% face ao período homólogo, situando-se nos 28 milhões. No mesmo ano, o tráfego de carga aérea também registou um crescimento considerável (+10,6%, +14 mil toneladas) baseado na excelente performance dos Aeroportos de Lisboa e Porto. Também os Açores contribuíram com cerca de mil toneladas para esta evolução positiva, ao contrário da Madeira onde se registou um decréscimo de 2,2%. Analisando o tráfego de carga desembarcada (importação) e embarcada (exportação), conclui-se que a carga exportada teve uma evolução bem mais positiva (+15,8% face ao homólogo) e foi a maior responsável pelo bom desempenho geral do transporte de carga aérea.

O Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto, foi distinguido pelo ACI-Airports Council International como o 2º melhor aeroporto europeu em 2010 e o 5º melhor a nível mundial na categoria de aeroportos com tráfego de 2 a 5 milhões de passageiros.

Também o Aeroporto João Paulo II, em Ponta Delgada (Açores), foi distinguido pelo ACI com o prémio de aeroporto europeu que registou a maior subida nos indicadores da Qualidade dos Serviços entre 2008 e 2009.

6.5 Infra-estruturas tecnológicas

As infra-estruturas ligadas ao sector das telecomunicações foram, nos últimos anos, substancialmente melhoradas e modernizadas permitindo a Portugal situar-se numa confortável posição entre os seus parceiros europeus. Nesta área existem três tipos de serviços: serviço de voz (telefone fixo e móvel); serviço de dados (acesso à Internet) e serviço de vídeo (sinal de TV) e três tipos de redes: rede fixa tradicional, rede móvel e redes de distribuição de TV por satélite, cabo e outros meios radioelétricos. A liberalização das redes fixa e móvel e a entrada no mercado português de novos operadores de telecomunicações, aumentou a concorrência, melhorou a qualidade e reduziu as tarifas cobradas. Com o advento das redes móveis de 3ª geração, o acesso à Internet em banda

larga e a distribuição de TV passaram a ser disponibilizados aos clientes das redes móveis. No final de 2010, Portugal era o 6º país da UE27 em penetração de banda larga ≥ 10 Mbit/s na população (15%) e o 7º em penetração de banda larga móvel activa (utilização efectiva nos últimos 3 meses) na população (38%).

Actualmente em Portugal as redes de satélite são sobretudo utilizadas para prestar serviços de distribuição de TV.

Segundo a ANACOM¹¹, a taxa de penetração do acesso à Internet em banda larga, no final de 2010, situava-se nos 19,5% por 100 habitantes para os acessos fixos e em 24,1% por 100 habitantes para os acessos móveis com utilização efectiva.

No caso dos acessos fixos, a penetração da banda larga encontrava-se dois pontos percentuais acima do registado no final do ano anterior. Este crescimento foi superior ao verificado nos países da OCDE apresentando um diferencial de 0,3 pontos percentuais.

Pode ainda estimar-se que pelo menos 86% dos agregados familiares e 59% dos alojamentos em Portugal dispõem de, pelo menos, um acesso de alta velocidade instalado, embora a sua distribuição geográfica não seja homogénea, concentrando-se nas regiões de Lisboa e Norte.

As conjugações de serviços mais utilizadas entre a população residencial referem-se ao STM em utilização exclusiva (15%) e aos quatro serviços de comunicações electrónicas em utilização simultânea (14%), especificamente, telefone móvel, telefone fixo, banda larga fixa e TV por subscrição (M+F+BLF+TV) – embora não necessariamente adquiridos em pacote. A adesão a ofertas multiple play dos clientes residenciais tem registado uma tendência crescente que resulta, em grande medida, da maior adesão aos pacotes triple play (F+I+TV). Salienta-se, ainda que, 98% dos indivíduos que dispõem de Internet no seu lar têm, igualmente, acesso ao STM.

11 Com base nas conclusões constantes do documento publicado pela Comissão Europeia – Digital Agenda Scoreboard 2011

No caso dos clientes empresariais¹² regista-se a tendência de aumento do número de serviços, à medida que a dimensão da empresa cresce. Entre as grandes empresas, o número de serviços utilizados é superior ou igual a três, predominando os serviços telefónicos e acesso Internet fixo e móvel (M+F+BLF+BLM). As pequenas e médias empresas (PME) também apresentam uma penetração relativamente mais intensa deste tipo de conjugação de serviços. A conjugação mais utilizada refere-se aos serviços telefónicos, fixo e móvel, em conjunto com BLF (M+F+BLF), mas predomina o pacote double play constituído pelo STF e Internet. As microempresas destacam-se por apresentarem um perfil mais diverso de conjugações sobressaindo a penetração do STF, nomeadamente em utilização exclusiva, mas também em conjunto com o STM ou BLF, bem como a utilização exclusiva do STM.

A população que reside na Grande Lisboa e Grande Porto destaca-se no que respeita à intensidade do consumo integrado de quatro serviços (M+F+BLF+TV), sendo que os residentes na Grande Lisboa também tendem a ter um consumo relativamente mais expressivo de cinco serviços (M+F+BLM+BLF+TV). A utilização do STM em conjunto com BLM tende a ser relativamente mais expressiva nas regiões do Norte do país (Litoral Norte e Interior Norte). É também no Interior Norte que se observa uma maior propensão ao consumo do STF em exclusivo, bem como do serviço telefónico através dos dois tipos de acesso (fixo e móvel). Sublinha-se que estas diferenças regionais são influenciadas pela disponibilidade geográfica dos serviços, podendo não reflectir diferenças de preferências entre os consumidores das várias zonas geográficas. Por outro lado, residindo a grande maioria da população portuguesa nas regiões Interior Norte, Grande Lisboa, Litoral Norte e Litoral Centro, o tipo de consumo nestas zonas geográficas tende a ter um maior impacto global.

Por determinação da Comissão Europeia, aplicável a todos os países membros, foi introduzida em 2012 (processo



decorreu de Janeiro a Abril) uma nova tecnologia de teledifusão terrestre em sinal digital que veio substituir a teledifusão analógica terrestre, para todos aqueles que não possuíssem televisão paga.

Tem vindo a ser desenvolvida uma importante campanha de aproximação das populações às novas tecnologias (incluindo Internet) e um esforço na disponibilização por parte do sector público dos mais diversos tipos de serviços por via electrónica, procurando assim contribuir para facilitar a actividade dos cidadãos e das empresas.

De acordo com o Relatório eGov Benchmark 2010 e pelo segundo ano consecutivo, Portugal ocupa o 1º lugar no ranking europeu na disponibilização e sofisticação dos Serviços Públicos Online. No quadro da Agenda Digital para a Europa, a União Europeia pretende que, até 2015, um em cada dois cidadãos e quatro em cada cinco empresas utilizem os serviços de administração pública on line.

6.6 Políticas para o futuro

Segundo o Orçamento de Estado para 2012, no âmbito dos compromissos assumidos no Memorando de Entendimento, o Governo definiu como vectores prioritários para o sector dos transportes, a introdução de reformas estruturais com vista à sua viabilização financeira, o desenvolvimento de políticas de promoção da mobilidade de pessoas e bens, bem como a coesão e a revisão do papel do Estado na exploração de serviços de transporte.

¹² Segundo a ANACOM, para as PME a análise é efectuada através do Inquérito ao Consumo das Comunicações Electrónicas – PME de 15 de Dezembro de 2010. Para as grandes empresas a análise baseia-se no Inquérito ao Consumo das Comunicações Electrónicas – grandes empresas de Dezembro de 2009. Os serviços considerados são os mesmos dos clientes individuais.



Fibra óptica

No que toca ao **sistema aeroportuário** proceder-se-á à sua reorganização e definição do modelo de privatização da ANA, articulando-o com o modelo de privatização da TAP, processos que deverão ser concretizados até ao final do ano de 2012.

No **sector portuário** foi definida como prioridade a integração dos portos nacionais no sistema global de logística e transportes, melhorando a sua atractividade e aumentando a competitividade das exportações.

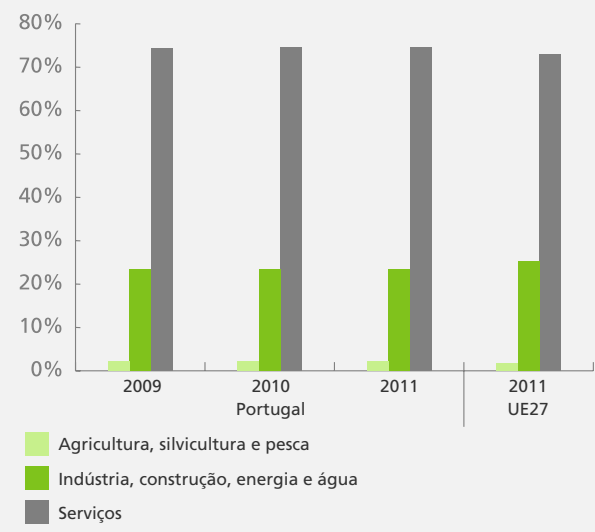
No **sector ferroviário** está prevista até ao final do ano de 2012 a privatização da CP Carga assim como o estímulo à utilização da ferrovia para as exportações. Neste caso, os investimentos previstos foram vocacionados para a obtenção de sinergias com a actividade portuária e logística, recorrendo sempre que possível a comparticipação europeia em projectos transeuropeus.

No **sector das comunicações**, as medidas a tomar centram-se no melhoramento do funcionamento do mercado, reforçando a concorrência e promovendo a sua eficiência. No sector postal e na sequência da transposição da terceira directiva postal, deverão ser implementadas políticas de liberalização do mercado, assim como a preparação da privatização dos CTT a concretizar até ao final de 2012. No sector das comunicações electrónicas, será dada continuidade à política para reforço da concorrência, merecendo particular destaque a introdução da quarta geração móvel no mercado.

7. Recursos e Estrutura Produtiva

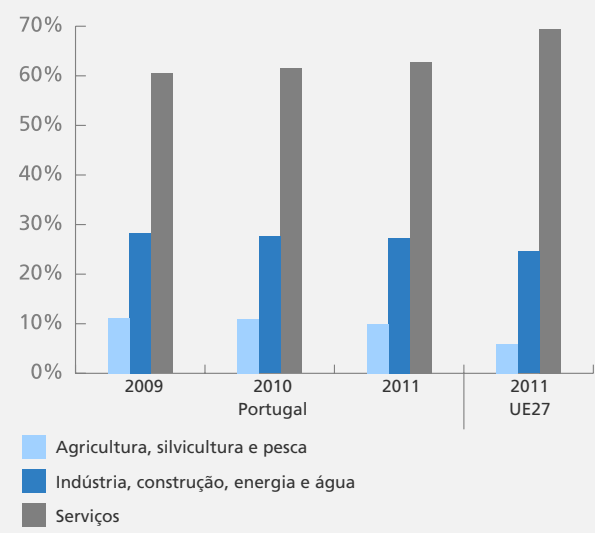
Portugal, a exemplo dos seus parceiros europeus, desenvolveu nas últimas décadas uma economia cada vez mais baseada nos serviços. Actualmente, este sector representa 62,8% do emprego e 74,5% do valor acrescentado bruto (VAB), enquanto o sector agrícola só absorve 9,9% do emprego e contribui apenas com 2,1% para o VAB. A indústria, construção, energia e água representam 27,3% do emprego e 23,3% do VAB.

Sectores de Actividade - Distribuição do Valor Acrescentado Bruto



Fonte: INE – Contas Nacionais Trimestrais (preços correntes); Eurostat

Sectores de Actividade - Distribuição do Emprego

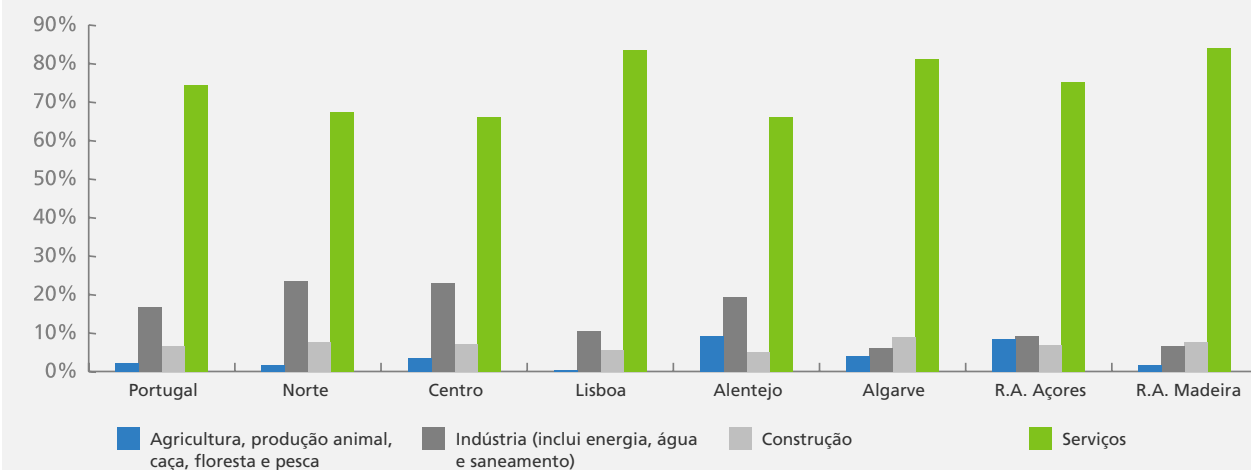


Fonte: INE – Estatísticas do Emprego – 2011; Eurostat – Cálculo baseado nas horas trabalhadas

No que diz respeito à distribuição do VAB por regiões, o ano de 2010 (dados preliminares) revela o predomínio dos serviços na actividade produtiva das sete regiões portuguesas.

O contributo destas actividades foi particularmente expressivo na Madeira, em Lisboa e no Algarve. O sector primário continua a perder terreno, mantendo apenas algum peso no Alentejo e nos Açores.

Valor Acrescentado Bruto Regional por Sector de Actividade – Ano 2010



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – Contas Nacionais (dados preliminares)

No que se refere ao peso dos sectores de actividade económica no PIB nacional, as estimativas do EIU – Economist Intelligence Unit para 2010 atribuem aos serviços um contributo de 74,1%, o que significa um crescimento de 18,8% face a 2000. A indústria, incluindo o sector energético, tem vindo a diminuir o seu contributo para o PIB (mais de ¼ nos últimos 10 anos). A agricultura, no mesmo período, viu o seu peso diminuir para menos de metade.

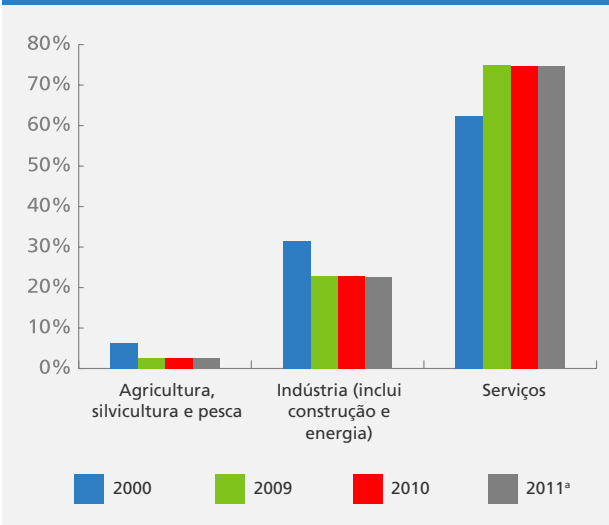
7.1 Agricultura, silvicultura e pesca

Agricultura

Apesar da redução da importância da agricultura na economia do país ao longo das últimas décadas (em 1980 o VAB agrícola representava, em termos nominais, 11% enquanto que em 2011 representou apenas 2,1%, incluindo silvicultura e pescas), este sector é ainda um importante empregador em Portugal (9,9% do total). Tem sido objecto de alguns ajustes estruturais, nomeadamente o aumento da área e do nº de explorações e o incremento da mecanização que contribuíram para o aumento da produtividade, apesar de continuarem a subsistir disparidades a nível sectorial e regional. Por outro lado, os serviços agrícolas e actividades secundárias aumentaram a sua importância relativa, traduzindo uma maior profissionalização e multifuncionalidade da agricultura nacional.

A área agrícola total corresponde a 50% do território nacional e a pequena dimensão continua a predominar, com cerca de ¾ das explorações agrícolas a apresentarem áreas inferiores a 5 hectares.

Estrutura Produtiva - Peso no PIB



Fontes: EIU – Economist Intelligence Unit – Viewswire (15 Fevereiro 2012)

Notas: Cálculo do PIB a custos de factor; a) Estimativas

As culturas agrícolas permanentes, vinha e olival, estão mais concentradas no interior de Norte a Sul do país, enquanto que as espécies florestais se encontram na faixa que vai do Centro para o Litoral de Portugal continental.

Nos Açores, cerca de 95% da superfície agrícola utilizada (SAU) é ocupada por pastagens, prados e forragens e na Madeira, 77% da SAU é ocupada por culturas permanentes.

A actividade agrícola, caracteriza-se por uma enorme volatilidade em resultado da elevada exposição a factores, quer de natureza económica, quer climática.

Fazendo uma análise da estrutura da produção agrícola e da dinâmica de evolução nos períodos 2000-2010 e especificamente, 2009-2010, constata-se uma prevalência da produção vegetal (57,6%) sobre a produção animal (31,7%); a concentração da produção em 4 sectores, três deles pertencentes ao primeiro grupo (hortícolas, frutos e vinho) e um de produção animal (leite); a perda de importância relativa dos cereais devido à forte quebra na sua produção em volume; a importância crescente dos produtos hortícolas, com 20,5% da produção em 2010, imediatamente seguidos do vinho e dos frutos e a dinâmica de crescimento da produção animal, em termos agregados.

Para 2011, de acordo com a primeira estimativa das "Contas Económicas da Agricultura" está prevista uma quebra na produção agrícola, em volume (-1,3%) e em valor (-0,6%), embora com comportamentos distintos nas suas duas componentes: a produção vegetal registará uma quebra de 2,7% em volume e 5,4% em valor e a animal aumentará 0,4% em volume e 5,6% em valor. Na produção vegetal, as culturas com contributos mais significativos para este decréscimo estimado serão os vegetais e produtos hortícolas e o vinho. Na produção animal, o acréscimo em valor terá o contributo da produção de bovinos (+16%) e produção de leite (+11%).

Estão em curso uma série de medidas integradas dentro da denominada Política Agrícola Nacional, tendentes a dotar o país de um sector agrícola desenvolvido, competitivo e com produtos de qualidade, tendo em consideração o peso da vertente social deste sector.

Agricultura biológica

Em 2010, segundo a IFOAM¹³, 37 milhões de hectares (ha) de área agrícola estavam afectos a produção biológica. Enquanto que a Europa foi a região que registou o maior crescimento na área de produção biológica em 2010 (+9% do que em 2009), totalizando cerca de 10 milhões hectares, a Ásia viu a sua área diminuir, no mesmo período.

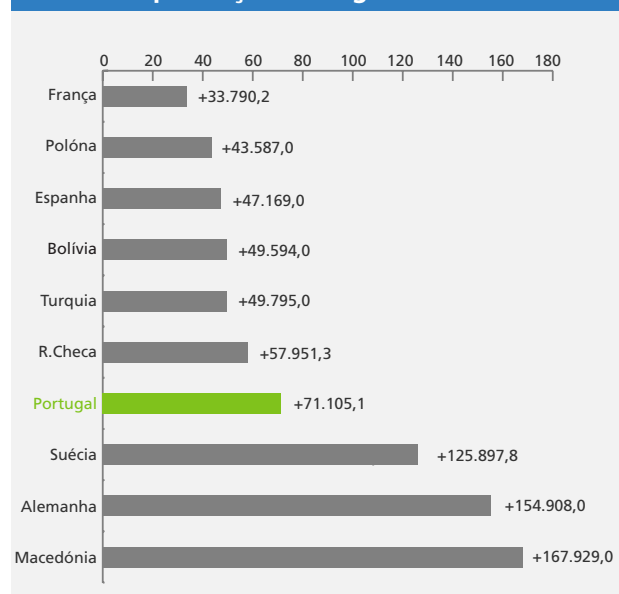
No que diz respeito ao tipo de culturas biológicas, os cereais dominam e o café é o principal produto no grupo das culturas permanentes.

Um terço da área agrícola mundial para produção biológica está situada na Oceânia (33%), seguindo-se a Europa (27%) e a América Latina (23%). Por países, a Austrália concentra a maior área de cultivo biológico (12 milhões de ha), seguida pela Argentina (4,2 milhões ha) e os EUA (1,9 milhões ha).

Já o Liechtenstein e a Áustria são os países europeus com maior quota de área biológica no total da sua área agrícola (27% e 20%, respectivamente).

13 IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements – "The World of Organic Agriculture, Statistics and Emerging Trends 2011" com dados relativos a 160 países e ao ano de 2010

Os 10 Países com maior crescimento da área de produção biológica em 2010



Fonte: FIBL – IFOAM Inquérito 2012
Unidade: Mil Hectares

Globalmente existem cerca de 1,6 milhões de produtores biológicos, que estão maioritariamente situados nos países em desenvolvimento.

O mercado de consumo de produtos biológicos representava, na mesma data, cerca de 44,5 mil milhões de euros, o que significou um crescimento de aproximadamente 8% face ao ano anterior. Os EUA assumem a liderança com 20,2 mil milhões de euros, enquanto na Europa, a Alemanha, França e Reino Unido foram responsáveis por cerca de 60% do consumo de produtos biológicos nesta região. Os países com maior consumo per capita, superior a 140 euros, são a Dinamarca, e Suíça.

Em Portugal, desde o início dos anos 90 que se tem assistido a um crescimento exponencial da agricultura biológica, tanto em área de produção como em nº de produtores que convertem as suas explorações a este modo de produção. Entre 2000 e 2010 a área de cultivo de produtos biológicos vegetais aumentou de 50.000 ha para 210.981 ha e o nº de produtores de 763 para 2.464. Em termos de espécies, as pastagens dominam com 142 mil hectares e têm um peso expressivo na região do Alentejo, seguindo-se o olival com 17 mil hectares, situado predominantemente nas regiões do Alentejo, Trás-os-Montes e Beira Interior.

A produção animal também tem apresentado um crescimento considerável, tanto em nº de efectivos como em n.º de produtores. Em termos de espécies, os ovinos, bovinos e aves de capoeira dominam a produção animal biológica (superior a 80%). Ovinos e bovinos predominam no Alentejo e Beira Interior e as aves de capoeira na Beira Litoral, Ribatejo e Oeste.

Quanto ao perfil dos produtores biológicos¹⁴, em termos gerais, temos predominantemente jovens, com idade sobretudo compreendida entre os 40 e os 49 anos; com nível de escolaridade superior, ou com cursos de formação profissional ligados a esta área; com dedicação

recente à produção biológica, cuja motivação está ligada à protecção do ambiente (preservação dos solos) e à saúde (alimentação mais saudável). Mais de metade dos produtores dedica-se também a outras actividades ligadas ao sector como a comercialização de produtos e/ou factores de produção, a transformação, a sensibilização dos consumidores, a divulgação e o marketing. Quanto ao tipo de explorações, a área é variável, embora predominem as médias e grandes explorações e praticasse, regra geral, a policultura, apesar de a produção animal ser a mais representativa.

A 8 de Fevereiro de 2012 foi aprovada a alteração ao Regulamento¹⁵ comunitário que introduz regras para a vinificação segundo o modo de produção biológico (MPB), que vai permitir aos produtores de vinho europeus colocar no mercado um produto diferenciado, enquadrado neste modo de produção, desde a vinha até ao vinho. A nível nacional existem cerca de 400 produtores de uvas em modo de produção biológica, numa área de cerca de 2.600 hectares (5ª maior da Europa), sendo 128 produtores de uvas para vinho. O alargamento das regras para a produção de vinho permite prever um crescimento assinalável da actividade, tendo em conta que existem actualmente apenas 15 preparadores de vinho declarados neste modo de produção. Estas novas regras são aplicáveis já a partir da próxima campanha (1 de Agosto de 2012).

Apesar de se tratar de um fenómeno relativamente recente, são já vários os produtos biológicos nacionais premiados a nível nacional e internacional, sendo de destacar duas marcas de azeite portuguesas, a "Risca Grande" produzido na Herdade com o mesmo nome em Serpa (Alentejo), e "Acushia" produzido na Quinta do Prado, em Vila Flor - Trás-os-Montes, que receberam o prémio de qualidade na Feira BIOFACH 2012, considerada a maior feira europeia de Agricultura Biológica.

No espaço comunitário, a partir de 1 de Julho de 2010 passou a ser obrigatória a colocação do logótipo

14 Fonte: Produção Agrícola Biológica (Orgânica) em Portugal: Evolução, Paradoxos e Desafios

15 Reg. (CE) 889/2008, da Comissão Europeia

“Eurofolha”, em todos os produtos biológicos pré-embalados produzidos em qualquer dos Estados-Membros, que respeitem as normas aplicáveis. Nos produtos importados, o seu uso é facultativo.

Silvicultura

A importância da floresta e do sector florestal em Portugal é inquestionável. Pela extensão territorial ocupada; pela relevância das funções económicas, ambientais, sociais e culturais a ela associadas; pela natureza da indústria transformadora que, baseada num recurso natural e renovável assegura a existência de produtos recicláveis e reutilizáveis gerando emprego e riqueza, e ainda, pelo elevado número de agentes envolvidos na produção, transformação e comercialização de produtos florestais.

A floresta portuguesa ocupa cerca de 38% do território nacional (3,54 milhões de hectares), apresenta diferentes taxas de arborização nas várias regiões do País e é considerada a 12ª maior área florestal da UE. Portugal possui ainda uma significativa área florestal protegida (cerca de 20% do total), sendo um importante contribuinte para a Rede Natura 2000 (27%).

Quanto à composição da floresta por espécies no território continental, verifica-se que o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), o sobreiro (*Quercus suber*) e o eucalipto (*Eucalyptus* spp.) são as três espécies mais representativas e, também, de maior interesse económico. No seu conjunto, ocupam mais de 70% da área de floresta.

O pinheiro bravo é a espécie florestal que ocupa maior área (sobretudo na região Centro e Norte Litoral do País) sendo o principal sustentáculo da indústria de serração e aglomerados. O sobreiro ocupa uma área que corresponde a cerca de 25% da sua distribuição natural pelo mundo. O grande peso económico desta espécie reflecte-se no facto de Portugal ser o maior transformador mundial de cortiça, com especial destaque para a rolha.

O eucalipto é, também, uma componente importante da paisagem portuguesa. Para além das excepcionais características para a produção de pasta de papel de qualidade, o seu ritmo de crescimento torna-o uma espécie



muito interessante do ponto de vista económico. Este facto, aliado ao desenvolvimento de um sector industrial dinâmico, determinou um aumento rápido da sua área nas últimas três décadas, responsabilidade das indústrias de celulose e de produtores privados.

Nos Açores, mais de 64% da floresta é ocupada por incenso e vegetação natural, representando a criptoméria mais de 60% da floresta de produção.

Na Madeira, 32% do espaço florestal é ocupado por espécies da laurissilva e a restante área é ocupada por espécies exóticas (eucalipto, pinheiro e outras).

A fileira florestal (silvicultura e indústrias da madeira e cortiça, mobiliário, pasta, papel e cartão e artes gráficas) representa, em termos económicos, cerca de 5% do VAB nacional, 14% do PIB e 5% do emprego industrial.

Pesca

A preservação dos recursos existentes e a viabilidade económica da actividade pesqueira são actualmente as principais prioridades deste sector.

Existem em Portugal 45 portos de registo (capitanias e delegações marítimas), dos quais 32 estão situados no Continente, 11 na Região Autónoma dos Açores e 2 na Região Autónoma da Madeira.

Em 2010 encontravam-se inscritos nas capitanias 16.920 pescadores, o que significa um decréscimo de 2,8%, face ao ano anterior e que abrangeu todas as regiões. A frota de

pesca nacional, tanto em n.º de embarcações (8.492) como na sua arqueação bruta e potência observou igualmente uma ligeira quebra no mesmo período. A região Centro continua a deter o maior n.º de embarcações registadas (24% do total) e a maior arqueação bruta (39% do total), devido ao n.º significativo de embarcações de pesca ao largo registadas naquela região.

No ano de 2010 foram capturadas 166.304 toneladas de pescado, descarregado como fresco ou refrigerado em lota, o que representa, face ao ano anterior, uma subida de 15% no volume de capturas e de 6,7% no correspondente valor. Este crescimento ficou a dever-se à maior captura de “peixes marinhos”, particularmente espécies como o atum, cavala e sardinha. Os “moluscos” também registaram um aumento, sobretudo pelo maior volume de polvos capturados. Já no que se refere aos “crustáceos” a quebra foi de 24% em volume devido à redução de licenças de pesca para a Guiné-Bissau.

O Centro e o Algarve mantiveram-se como as principais regiões de descarga contribuindo, respectivamente, com 27,5% e 20,4% do valor total descarregado em portos nacionais. Seguiram-se as regiões de Lisboa, com 14,9%, o Norte e Açores (14,6% cada).

Embora o País disponha de condições naturais favoráveis ao desenvolvimento da aquicultura, a sua produção não tem aumentado de acordo com as expectativas, apresentando ainda um peso reduzido no total do sector. A produção em água salgada e salobra mantém a tendência de crescimento, verificando-se a concentração da produção aquícola em torno das seguintes espécies: dourada, pregado e amêijoia na aquicultura marinha e truta em água doce. A região do Algarve permanece com o maior peso (cerca de 45%) na produção aquícola nacional.

A conjuntura económica desfavorável, a reduzida aposta na diversificação e na certificação do produto e processo produtivo, poderão estar na origem do fraco progresso que este sector ainda regista em Portugal.

7.2 Indústria

Indústria Extractiva

A evolução da Indústria Extractiva (minas, pedreiras e águas) evidencia a alteração provocada no subsector de **minas**, pelo arranque dos projectos de produção de concentrados de cobre e de estanho na mina Neves-Corvo. Dado ser o projecto mineiro mais importante existente actualmente no País e de se localizar na Região do Alentejo, faz com que esta região detenha posição dominante relativamente às restantes, neste subsector. As minas Neves-Corvo representam igualmente o maior factor de emprego na região de Castro-Verde-Almodôvar (mais de 800 trabalhadores) e contribuem de forma significativa para o elevado valor do PIB regional. Ainda nesta região, estão situadas as minas de Aljustrel, que foram reactivadas, estando prevista a produção anual de cerca de 700 mil toneladas de concentrado de cobre e de outros minerais em pequenas percentagens, como a prata, selénio e índio. Em termos de importância relativa, segue-se a Região Centro onde se localiza o segundo centro de produção mineiro mais importante do país - a mina da Panasqueira, produtora de minérios de volfrâmio.

Das minas que se encontram em funcionamento são extraídos, entre outros, ferro-manganésio, estanho, titânio, volfrâmio, cobre, urânio, quartzo, talco e caulino. Os pontos fortes deste sector são o potencial geológico do território português, a qualidade das matérias-primas, nomeadamente as destinadas à indústria cerâmica, a existência de empresas dinâmicas, as adequadas infra-estruturas tecnológicas e uma boa base industrial para desenvolver uma adequada internacionalização.

Relativamente ao subsector de **pedreiras**, onde se incluem as rochas ornamentais e as rochas industriais, tem-se registado um significativo ritmo de crescimento devido, no primeiro caso, ao aumento de competitividade das empresas, como consequência da valorização interna dos produtos comercializados, melhoria dos padrões de qualidade e maior agressividade nos mercados externos.

Constata-se que a Região do Alentejo é o maior centro produtor de rochas ornamentais, onde se localiza a zona de mármore e granito ornamental mais importante do País. As rochas industriais têm tido forte incremento nos últimos anos, reflectindo os acréscimos de consumo destas matérias-primas no sector de construção civil e obras públicas, com as Regiões Norte e Lisboa a destacarem-se em termos de valor de produção.

No que respeita ao subsector de **águas minerais e de nascente**, Portugal dispõe de um apreciável potencial hidromineral, evidenciado pelo elevado número de ocorrências e pela grande diversidade hidroquímica, decorrente de uma complexa e diversificada geologia do País. Constata-se que as Regiões Norte e Centro detêm cerca de 74% dos recursos hidrominerais e águas de nascente em consequência das suas condições geológico-estruturais.

Indústria Transformadora

A indústria transformadora é largamente dominante no universo das empresas do sector industrial¹⁶, concentrando 44,3% das empresas, 60,4% do pessoal ao serviço e 57,3% do volume de negócios industrial.

Desde a adesão de Portugal à UE, que a indústria transformadora nacional experimentou uma expansão considerável tanto ao nível da produção como do valor acrescentado, principalmente a partir de 1991. Todavia, muito embora seja notório uma redução do contributo do sector industrial na economia, este não foi incompatível com alterações, embora lentas, na especialização produtiva, com o reforço de determinados segmentos de maior valor acrescentado e de maior incorporação tecnológica.

Muito embora os sectores tradicionais (têxtil, vestuário, calçado, cerâmica, rochas ornamentais, alimentação e bebidas) continuem a deter um peso significativo no conjunto das actividades transformadoras em Portugal, nomeadamente no que se refere ao emprego e às exportações, a base industrial tem vindo a alargar-se para áreas com maior

incorporação tecnológica, podendo ser apontados como exemplos disso os casos do sector automóvel e componentes, moldes, maquinaria eléctrica e electrónica, papel e matérias plásticas. Em contrapartida, perderam peso relativo ao nível da produção e do emprego, os sectores da metalomecânica pesada, maquinaria não eléctrica, material de transporte e produtos químicos não industriais (sectores em que Portugal é fortemente importador).

Do ponto de vista geográfico, as desigualdades na localização industrial evidenciam-se sobretudo pelo forte contraste entre o Litoral e o Interior e pela grande concentração em torno das duas áreas metropolitanas. A seguir à Grande Lisboa e Grande Porto, as regiões do Ave, Tâmega, Cavado e Entre Douro e Vouga, no Norte, e Península de Setúbal em Lisboa, são as que surgem com maior nº de empresas ligadas à indústria transformadora. O emprego industrial assume uma proporção elevada no Norte, onde representa mais de 50% do total da indústria transformadora, com destaque para as regiões do Ave e Grande Porto. No Centro o emprego representa 24,8% do total, salientando-se o Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Oeste. Lisboa surge com 16,3% do emprego e as restantes regiões apresentam níveis relativamente modestos à escala nacional.

Quanto ao volume de negócios, Norte, Lisboa e Centro assumem mais de 60% do total da indústria transformadora, com a Grande Lisboa, Grande Porto, Península de Setúbal, Ave e Baixo Vouga em posição de destaque.

As diferenças entre estas regiões estão relacionadas com as características e especialização do tecido empresarial. No Algarve, Centro e Lisboa predominam as indústrias de capital intensivo, enquanto no Norte a indústria de mão-de-obra intensiva mantém um peso significativo na estrutura produtiva da região devido, em grande medida, à importância das actividades ligadas ao sector têxtil e calçado. O Alentejo regista um predomínio das indústrias transformadoras baseadas na utilização de recursos naturais (indústrias alimentares e bebidas).

Da mesma forma, o sector alimentar e bebidas marca também a diferença na Madeira e Açores.

16 Fonte: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas; Forma Jurídica: Sociedades; Ano 2010

Indústria têxtil e vestuário

A indústria têxtil e do vestuário (ITV) é uma das indústrias com maior representatividade na estrutura industrial portuguesa e desde sempre assumiu um papel de relevo na economia nacional. Apesar da transformação por que tem vindo a passar este sector (deslocalização e encerramento de unidades fabris) não deixa de ser um dos mais importantes do conjunto da indústria transformadora portuguesa, sendo responsável por cerca de 10% das exportações nacionais em 2011 (em meados dos anos 90 esse valor ascendia aos 30%), 20,5% do emprego, 7,5% do volume de negócios, e 10,4% do VAB da indústria transformadora¹⁷.

Trata-se de um sector maduro, fragmentado e sujeito a desajustamentos periódicos entre a oferta e a procura, cujo desempenho se encontra fortemente condicionado pelas flutuações da actividade económica mundial.

O sector é composto por duas indústrias que se organizam em fileira: a montante – a indústria têxtil que engloba a produção da fibra, a fição, a tecelagem, as malhas e os acabamentos (tinturaria, estampania e ultimação); a jusante - a indústria de vestuário, que compreende a confecção de artigos de vestuário e os acessórios. Convém salientar que nem toda a produção do sector têxtil se destina à indústria do vestuário, havendo uma parte que segue directamente para a distribuição (têxteis-lar) e outra que é utilizada por indústrias diversas (têxteis técnicos e artigos de revestimento).

Nos últimos anos este sector tem vindo a registar comportamentos dinâmicos e competitivos, com investimentos elevados em modernização tecnológica e com uma mudança da estratégia de actuação das empresas que operam no sector, prosseguindo e desenvolvendo de uma cultura de qualidade e inovação, de resposta rápida, pequenas séries e domínio dos canais de distribuição. Estas alterações têm tido reflexos muito positivos no comportamento das exportações do sector, que registaram em 2011 um crescimento global de 23,6% em termos homólogos, com o vestuário a destacar-se neste conjunto (+13,2%).

Do ponto de vista territorial encontra-se dispersa por todo o território nacional, embora a maioria das empresas se encontre situada no Norte de Portugal (Porto, Braga, Guimarães e Famalicão) e exista um outro núcleo importante na Beira Interior dedicada aos lanifícios. Sector formado por cerca de 7.000¹⁸ empresas laborando em todos os sub-sectores da indústria têxtil e do vestuário, que em conjunto representam cerca de 17% do total das unidades produtivas da Indústria Transformadora nacional e 2% das empresas a operar em Portugal.

Apresenta actualmente um perfil muito mais capital intensivo e oferece produtos de marca e design, com expansão crescente em novos e exigentes mercados, como é o caso de Espanha, dos EUA e até dos Emiratos Árabes Unidos e Arábia Saudita.

Segundo o Instituto de Informação em Franchising, a área do pronto-a-vestir representa já quase 20% do total das marcas portuguesas a operar no estrangeiro em sistema de franchising, com especial destaque para a Petit Patapon (33 lojas), Origem (15) e Metro Kids (14) em cerca de 35 países, a que se juntam as empresas de acessórios de moda como a Parfois (81 lojas) e a Lune Bleu (68).

Para além destas existem outras igualmente implantadas nos mercados internacionais: Lanidor, Dielmar, Diniz & Cruz, Ímpetus, Papo d'Anjo, Zippy, Onara, Do Homem, Vícri, como empresas apostadas na inovação têxtil como é o caso da Domingos Almeida, produtores de lençóis que regulam automaticamente a temperatura em contacto com o corpo e a Coltec especializada na laminagem especial de membranas capazes de conferir características únicas aos tecidos, tornando-os impermeáveis, respiráveis e isotérmicos. Temos também, tecidos inteligentes, anti-fogo, anti-bacterianos ou com propriedades terapêuticas e hidratantes, tecidos com misturas de algodão orgânico, bambu ou poliéster reciclado e tecidos 100% lã para fato lavável no chuveiro (Shower Clean Suit) da Paulo de Oliveira, inovação conseguida através de acabamentos especiais que incorporam propriedades anti-ruga, anti-encolhimento, vinco permanente, repelência à sujidade e

17 Fonte: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas – Ano 2009

18 Excluindo os empresários em nome individual

secagem rápida. Também é português o vestuário exterior e interior usado pelos astronautas das Agências: Espacial Europeia (ESA) e Espacial Internacional, e o fato de banho o LZR Racer fabricado pela Petratex, que foi usado por Michael Phelps nos Jogos Olímpicos de Pequim (94% das provas de natação dos Jogos foram ganhas por atletas que usaram este fato de banho).

Indústria do calçado

A indústria portuguesa de calçado atravessa actualmente uma fase de consolidação e preparação para novos desafios. Depois do processo de ajustamento às novas realidades competitivas e que envolveu a deslocalização de algumas grandes unidades de produção de capital estrangeiro, a indústria do calçado encontra-se agora em franco desenvolvimento. Nos últimos anos redimensionou-se, reformulou o seu modelo de negócios, migrando a produção para segmentos de maior valor acrescentado e manteve uma aposta forte nos mercados externos, conseguindo afirmar-se internacionalmente como um produtor de calçado de excelência, com marcas reconhecidas, assente numa atitude comercial pro-activa. A resiliência que este sector demonstra perante a grave crise económica actual reflecte o acerto destas opções.

Constituída por PME's, emprega, segundo a Associação do Sector – APICCAPS - cerca de 33.000 pessoas, a sua produção ronda os 62 milhões de pares/ano (20º produtor mundial em volume) e vive fundamentalmente da procura externa (cerca de 90% da produção é dirigida à exportação) e mesmo enfrentando poderosos concorrentes que beneficiam de custos de produção muito favoráveis, consegue manter um saldo comercial favorável e contribuir positivamente para a balança comercial do país.

No conjunto da indústria transformadora¹⁹ este sector representa cerca de 3,2% das empresas, 5,6% do pessoal ao serviço, 2,4% do volume de negócios, e 3,1% do VAB. Por outro lado, este sector apresenta uma forte especialização no calçado de couro: este segmento

concentra 88,2% das empresas, 92,7% do emprego, 89,8% do VAB e 88,3% do volume de negócios da indústria do couro e dos produtos de couro.

O sector do calçado exportou, em 2011, 1.551 milhões de euros o que representou 3,7% do total das exportações nacionais e um crescimento de 15,5% face ao ano anterior. Por outro lado, o calçado português tem vindo a reforçar a aposta em novos mercados, exportando já para mais de 132 países, o que permite afirmar que há "Portuguese Shoes" em todos os continentes. Em 2010, Portugal foi o 11º exportador mundial de calçado²⁰.

Ainda segundo a APICCAPS, o calçado de senhora representa cerca de metade da produção nacional de calçado de couro e 45% da produção total de calçado. A sua importância é maior em valor, fruto do elevado preço médio situado acima dos 25 euros/par. O calçado para homem representa cerca de 1/3 da produção, e tem um preço médio ligeiramente inferior. O calçado produzido com recurso a outros materiais (têxteis e plásticos), corresponde a 1/5 da produção nacional e representa apenas 13% do seu valor, uma vez que o preço médio é mais baixo (situa-se entre os 5 e 10 euros/par).

O calçado em couro, com quase 900 empresas exportadoras representou 85% das exportações portuguesas de calçado em 2011 e cresceu 16%, face ao ano anterior. Neste segmento, Portugal mantém uma posição de destaque à escala europeia e mundial, ocupando o 5º lugar a nível europeu e o 9º em termos mundiais (quota de 3,2%)²¹.

Marcas portuguesas como a Fly London, Campport, Eject (marca da A.J.Sampaio que é a primeira empresa de calçado certificada em gestão de inovação), Exceed, Hard Hearted Harlot Shoes, Mackjames, Prophecy, Softwaves (GoAir, Go Green), Luís Onofre, Paulo Brandão, Miguel Vieira ou Carlos Santos, estas últimas direccionadas para um segmento de luxo, continuam a crescer e a afirmar-se nos mercados internacionais.

20 Fonte: ITC

21 Fonte: ITC

19 Fonte: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas – Ano 2009

Apenas a título de exemplo refira-se que a McLaren escolheu Portugal para desenvolver e produzir uma coleção tecnicamente inovadora. O projecto "McLaren Shoes Team" consiste na produção de uma linha de calçado desportivo, que se destina a mais de 20 países.

Indústria vitivinícola

Portugal possui a mais antiga Região Demarcada do mundo - a região do Douro - e métodos seculares de produção de vinhos, apesar da tecnologia moderna predominar nas adegas portuguesas. De forma a adaptar a produção à procura de mercado tem sido desencadeada, ao longo dos últimos anos, uma campanha de reconversão e reestruturação da vinha, com recurso a apoios comunitários. Actualmente são 11 as regiões vitivinícolas existentes em Portugal com uma cultura típica, visível em cada vinho produzido.

A entrada de Portugal na União Europeia obrigou a certas alterações na designação dos vinhos produzidos. Existem actualmente várias designações e conceitos atribuídos aos vinhos produzidos, que podem ser consultados no seguinte endereço: <http://www.ivv.min-agricultura.pt/np4/30>.

Na campanha 2010/2011²², Portugal produziu 7,1 milhões de hectolitros de vinho, ou seja, mais 21% do que na campanha anterior. A estrutura regional de produção vinícola, em volume, foi a seguinte: as regiões Tejo, Beiras

e Lisboa produziram 76% do total do Vinho de Mesa (sem DOP/IGP), Lisboa, Península de Setúbal e Alentejo responderam por 75% do Vinho Regional (IGP). Já no que diz respeito ao vinho DOP, as regiões Minho, Douro (a região mais representativa devido ao Vinho do Porto, com 40% do total do vinho DOP), Beiras e Alentejo foram responsáveis por 90% da produção total desta categoria. Na Madeira o vinho DOP representou 89,6% do total produzido e nos Açores o predomínio vai para o Vinho de Mesa com quase 76,5% do total produzido.

Na sua globalidade a indústria do vinho representa 1,5% das empresas, 1,2% do pessoal ao serviço, 1,8% do volume de negócios e 1,9% do VAB da indústria transformadora.

Ainda segundo o IVV, em 2011 as exportações de vinhos representaram 1,6% do total das vendas portuguesas ao estrangeiro, 66% dos produtos "bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres" e cresceram 7% face ao ano anterior. Os vinhos "tranquilos" (DOP+IGP+Mesa) foram o principal gerador deste crescimento (+10% em valor e +22% em volume), dada a quebra verificada nos "licorosos" (-3,3% em valor e -3,4% em volume) e representaram 51% do total das exportações de vinhos, ultrapassando o montante total gerado pelos vinhos licorosos.

Em Portugal sempre se produziram bons vinhos, como são os casos dos Barca Velha, Porta de Cavaleiros e Caves São João, do Tinto Velho de Rosado Fernandes, dos Aliança, dos Montes Claros, do Quinta das Cerejeiras, do Collares, do Quinta da Agueira, dos Buçaco, do Periquita, do Pêra Manca, Quinta da Bacalhôa e outros, mas nos últimos anos a qualidade foi alargada a um leque muito mais variado de vinhos produzidos com castas nacionais e internacionais. Para isso, foi fundamental a aplicação de novos processos de vinificação, novas tecnologias, a existência de técnicos mais bem preparados, a criação de muitas novas marcas, que vieram subir a fasquia da qualidade dos vinhos portugueses, colocando-os num plano de destaque a nível internacional.

Prova disso são os inúmeros prémios com que têm sido distinguidos os vinhos portugueses, atribuídos pelas mais



22 Fonte: IVV – Instituto da Vinha e do Vinho (20.02.2012)

prestigiadas publicações e revistas ligadas ao sector a nível mundial, sempre que se realizam provas no estrangeiro. No concurso "Decanter World Wine Awards" o maior a nível mundial, foram atribuídos troféus internacionais a vinhos portugueses: um Moscatel de Setúbal, um vinho da Madeira e um vinho do Alentejo. Recentemente, no concurso "Berliner Wein Trophy 2012" foram premiados 81 vinhos portugueses, dos quais 1 com medalha de grande ouro, 48 com medalha de ouro e 32 com prata. No concurso "MundusVini Biofach 2012" foram premiados 3 vinhos portugueses em modo de produção biológica. Na edição do Vinalies Internationales 2012, sob a organização da Union des Oenologues de France, os vinhos do Tejo arrecadaram 10 medalhas de prata.

Indústrias da madeira e da cortiça

Os produtos florestais representam cerca de 5,3% do VAB nacional, 14% do PIB industrial, 5% do emprego industrial e cerca de 11% das exportações portuguesas.

Os subsectores da madeira, mobiliário e cortiça caracterizam-se, salvo raras excepções, por um forte predomínio das PMES.

Segundo a AIMMP²³, a fileira da madeira, constituída por 4 áreas: serrações de madeira, painéis de madeira, carpintaria e mobiliário em madeira, - é constituída por cerca de 5.000 empresas que têm ao seu serviço mais de

54.000 trabalhadores. Estas empresas geram um volume de negócios na ordem dos 2,5 mil milhões de euros, dos quais 52% se destinam à exportação, representam 2,2% do VAB nacional e 9,4% do VAB da Indústria Transformadora.

Em termos de distribuição regional, o Norte e Centro concentram as serrações de madeira e as empresas produtoras de painéis de madeira (90% do total), enquanto que as empresas de carpintaria estão espalhadas por todo o território do continente.

Os aglomerados e contraplacados, liderados por grupos económicos portugueses e estrangeiros bem dimensionados e equipados a nível europeu, apresentam uma oferta de qualidade a preço competitivo, com especial destaque para os aglomerados de fibras, onde Portugal detém mais de 30% da capacidade instalada na Península Ibérica.

Em Portugal concentra-se cerca de 32% da floresta de sobreiro a nível mundial. Seguem-se Espanha (22%), o Magrebe (37%) e França e Itália com os restantes 8%. Com uma área florestada de sobreiro de 730 mil hectares (23% da floresta nacional), Portugal tem vindo a enveredar por uma política de reflorestação, cujo ritmo, é actualmente de 10 mil hectares/ano.

Na **cortiça**, Portugal assume a liderança mundial na produção e transformação da cortiça, sendo responsável por cerca de 53% da produção mundial, que se destina na sua quase totalidade (90% do total produzido) ao mercado externo.

Este sector assume particular importância para a economia nacional, representando 1,2% do VAB e 1,3% do emprego, 1,6% do volume de negócios da indústria transformadora, 2% do total das exportações nacionais (crescimento de 7% em 2011 e de 15,5% face a 2009) e cerca de 17,5% do total das exportações de produtos florestais. Só a rolha representa mais de 70% do total exportado. O Alentejo concentra 72% do total da produção portuguesa de cortiça. A indústria de transformação está distribuída por 12 distritos, com Aveiro e Setúbal a serem os mais representativos em termos de emprego (58% e 28%, respectivamente).

23 AIMMP – Associação da Indústria da Madeira e Mobiliário de Portugal



A percepção da cortiça enquanto matéria-prima tem-se alterado nos últimos anos, uma mudança que se baseia no seu potencial de sustentabilidade e no desempenho técnico das soluções. É um produto versátil, renovável e reciclável, um bom isolador térmico e acústico, resistente ao desgaste e com propriedades hipoalergénicas, características que a tornam bastante atractiva para o sector da construção, podendo ser aplicada no início do projecto ou numa fase de reabilitação, como parte integrante das estruturas ou no final como revestimento. O Pavilhão de Portugal na Expo Xangai, a Sagrada Família de Gaudí e também o Clube Jimmy Woo, de Amsterdão, o Museu Guggenheim de Abu Dhabi e o Museu Nezu, no Japão, são exemplo de obras emblemáticas onde foi aplicada cortiça.

A **indústria do mobiliário de madeira** produz fundamentalmente através de unidades familiares, orientadas para o mercado nacional, embora já existam algumas de maior dimensão orientadas para a exportação. Uma grande capacidade de adaptação às solicitações do mercado e grande flexibilidade na produção permitiram que, nos últimos anos, o sector tenha desenvolvido uma notável capacidade de apresentar novos produtos e estilos. Estima-se²⁴ que existam actualmente cerca de 2.000 empresas que geram um volume de negócios que deverá rondar 1,3 mil milhões de euros. A região Norte é aquela que concentra o maior nº de empresas deste sub-sector (65% do total). O mobiliário de “reprodução” ou de estilo goza de boa reputação nos mercados internacionais, embora o seu peso no total das exportações seja ainda pouco significativo.

Indústria do papel e pasta de papel

Integrada por um número reduzido de empresas, caracteriza-se pelo seu elevado nível tecnológico, alta produtividade e qualidade reconhecida internacionalmente. As excepcionais condições de plantação do eucalipto traduzem-se numa importante posição de Portugal enquanto produtor de pasta de eucalipto na UE. Por outro lado, existe uma fileira industrial bem implantada no subsector do papel, aglomerados e mobiliário em

Portugal, com novas oportunidades a serem geradas entre as necessidades industriais e os compromissos ambientais como é o caso da biomassa florestal.

O sector do papel e pasta de papel desempenha um papel muito importante na economia nacional representando²⁵ 3,9% do VAB, 1,7% do emprego e 3,9% do volume de negócios na indústria transformadora. É responsável por cerca de 5% do total das exportações portuguesas e contribui fortemente para o crescimento da economia, uma vez que é um exportador líquido, ou seja, apresenta um saldo positivo na sua balança comercial desde 2008, que em 2011 atingiu os 145%. De acordo com dados do Eurostat, Portugal é o 6º produtor europeu de pasta para papel e o 13º na produção de papel e cartão.

Importa destacar o papel desempenhado pela Portucel Soporcel não só no sector da pasta e do papel onde se encontra entre os grandes produtores de papéis finos não revestidos da Europa (UWF-Uncoated Woodfree Paper) e é o maior produtor europeu e um dos maiores a nível mundial de pasta branca de eucalipto (BEKP-Bleached Eucalyptus Kraft Pulp), mas igualmente no sector energético, onde assume o estatuto de maior produtor português de energia a partir de biomassa (mais de metade da energia eléctrica proveniente da biomassa florestal em Portugal).

O papel “Navigator” produzido por este grupo é uma das marcas mais vendidas em todo o Mundo no segmento premium de papéis de escritório e o “Navigator Kids” e “Navigator Eco-Logical” têm sido premiados em vários anos consecutivos.

Indústria química

Esta indústria bastante diversificada e especializada agrega um conjunto de produtos bastante heterogéneo, muitos deles não directamente visíveis, mas utilizados no fabrico de muitos dos bens que são consumidos todos os dias, sendo de destacar os polietilenos, os fertilizantes, as resinas sintéticas, as matérias plásticas e as fibras artificiais. Estes

24 Fonte: AIMMP

25 Fonte: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas; Forma Jurídica: Sociedades; Ano 2009

materiais constituem o ponto de partida de uma série de reacções químicas, sínteses e transformações que dão origem a novos produtos a utilizar por muitas das principais indústrias de diferentes sectores de actividade.

O conjunto dos produtos químicos orgânicos e inorgânicos, composto por: adubos, compostos azotados, gases industriais, corantes e pigmentos, matérias plásticas e borracha sob forma primária, - representa 1,3 do VAB, 0,6% do emprego e gera 2,2% do volume de negócios da indústria transformadora nacional.

Os produtos químicos inorgânicos e orgânicos (NC 28 e 29) corresponderam a cerca de 2% do total das exportações portuguesas em 2011 e registaram um crescimento de 17% e 54%, respectivamente, face ao ano anterior.

Indústria farmacêutica e biotecnologia

A indústria farmacêutica é um dos sectores que gera importante emprego qualificado, contribui significativamente para a investigação e conhecimento científico, sendo um dos que mais investe em inovação e tem tido, nos últimos anos, um peso significativo na evolução da economia de Portugal (2,3% do VAB e 0,6% do emprego na indústria transformadora e um peso nas exportações nacionais de 1,3%).

Em 2011, as exportações de medicamentos renderam mais de 550 milhões de euros e entre 2006 e 2011 o crescimento médio anual das exportações foi de 11%. A aposta em projectos de internacionalização por parte das empresas e das associações do sector é uma das justificações para o crescimento da exportação nacional de medicamentos. Alemanha, Reino Unido e Angola são os mercados que mais têm absorvido os fármacos portugueses. As áreas referentes aos sistemas cardiovascular e nervoso são as que mais contribuem para as exportações. Os "genéricos" representam já entre 20 a 30% do total exportado, quando há cinco/seis anos tinham um peso de apenas 10%.

Entre as farmacêuticas portuguesas que mais apostam em I&D em Portugal está a Bial, a Bluepharma, a Medinfar,

a Tecnimede, a Hovione e também a Atral Cipan. A Bial (responsável pelo lançamento do primeiro fármaco investigado e desenvolvido em Portugal, designado Zebinix²⁶) reforça a aposta global na imunoterapia alérgica, no seu novo Centro de Excelência localizado em Bilbao (Espanha), a Hovione foi a empresa que mais patentes apresentou em 2010 (oito), de acordo com o Relatório Estatístico de Patentes referente a 2010 e elaborado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial. A Biotecnol, Alfama (prémio de melhor start up europeia de 2005), Crioestaminal, Medinfar/Cytothera, Biocant, ou IBET estão empenhadas em encontrar soluções para vencer doenças incuráveis ou preservar células estaminais para medicina regenerativa. A Bioalvo, empresa que actua na área do desenvolvimento de novos medicamentos com aplicação às neurociências é detentora de uma patente internacional sobre plataforma tecnológica para descoberta de fármacos para doenças neurológicas como a de Alzheimer's ou de Parkinson's (Global Platform Screening for Drug Discovery, GPS D2).

A sua actividade está grandemente concentrada na Região de Lisboa e mais de metade dedica-se à produção de especialidades farmacêuticas, condicionadas pela regulação dos preços dos medicamentos. O resto da actividade encontra-se repartido entre produtos farmacêuticos não-específicos e fabricação de produtos biológicos.

São já muitos os investigadores portugueses com bolsas de investigação científica atribuídas por Organizações de renome internacional, nas mais diversas áreas, podendo citar-se como exemplo mais recente a atribuída pelo Conselho Europeu de Investigação, a um investigador que trabalha no Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC), e que vai receber 2,2 milhões de euros para determinar quais os mecanismos que impedem a destruição dos órgãos, e são a causa de morte quando se contrai doenças como a sepsis grave ou a malária. Também o Governo Britânico atribuiu uma medalha de prata na área de *Science, Engineering and Technology for Britain (SET)* a uma investigadora portuguesa afiliada com o

²⁶ Zebinix® um novo bloqueador dos canais do cálcio, capaz de diminuir a frequência das crises epilépticas parciais, quando usado em combinação com outros medicamentos antiepilépticos

Biocant e Centro de Neurociências e Biologia Celular, pelo desenvolvimento de um nanomaterial capaz de monitorizar células estaminais por Ressonância Magnética de Imagem e de as manipular in situ no sentido de potenciar o seu efeito terapêutico em tecidos isquémicos.

Ainda, no âmbito da conferência internacional Bioinformatics 2012, uma doutoranda em engenharia biomédica da Universidade de Coimbra foi premiada com o "Best Student Paper Award", pela investigação de um novo método de auxílio de diagnóstico de determinadas doenças, especialmente a diabetes, em colaboração com investigadores internacionais e com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Ao nível do ensino, o Instituto Gulbenkian da Ciência (IGC), foi classificado como uma das 10 melhores instituições (8º lugar no ranking) para pós-doutorados trabalharem, pela revista Scientist. O ranking "Best Places to Work for Postdocs Survey" é determinado pelos próprios pós-doutorados que trabalham em grupos de investigação de institutos pelo Mundo.

Indústria eléctrica e electrónica²⁷

Concentra-se especialmente nas regiões de Lisboa, Setúbal, Braga e Porto, estando localizadas no Norte as empresas de maior dimensão. Produz sobretudo máquinas e equipamentos e aparelhagem industrial, cablagens, fios e cabos, equipamento de telecomunicações, informática e electrónica profissional e componentes electrónicos. Esta indústria ocupa um lugar de destaque na economia portuguesa, representando 6% do VAB e 4,1% do emprego da indústria transformadora. As cerca de 1.000 empresas que a constituem geram um volume de negócios de cerca de 5 mil milhões de euros, que corresponde a 7,5% do total da indústria transformadora. As exportações em 2011 foram superiores a 3,6 mil milhões de euros, o que significou um crescimento de 10% face ao ano anterior. É um sector que tem vindo a desempenhar um papel importante no desenvolvimento do sector automóvel.

²⁷ Engloba as CAE (Rev.3): 26 – Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos electrónicos e ópticos; 27 – Fabricação de equipamento eléctrico.



No campo da micro-electrónica, foram registados significativos avanços científicos em Portugal. Podemos citar o desenvolvimento de circuitos integrados transparentes à utilização do papel como suporte de transístores e de memória em vez do tradicional silício, destinados a aplicações diversas: ecrãs, etiquetas de pacotes inteligentes, chips de identificação ou aplicações médicas na área dos bio-sensores. Trata-se de "electrónica verde", já que os transístores podem ser reciclados, voltando ao ciclo da celulose.

Descoberta de um novo material condutor, designado gel-iónico que resulta da combinação de liquido iónico com biopolímero que é a gelatina, que permitirá desenvolver pilhas e células de combustível mais baratas e amigas do ambiente.

Indústria automóvel

A indústria automóvel é tributária de praticamente todos os sectores da indústria transformadora, desde a metalomecânica à borracha, da electrónica ao têxtil, do vidro aos plásticos.

Em Portugal, o desenvolvimento do sector automóvel nas décadas recentes, tem sido fortemente condicionado pela evolução da política industrial e pelo papel do investimento estrangeiro, nomeadamente no que respeita à instalação de unidades de montagem local, verdadeiras âncoras do desenvolvimento da indústria dos componentes. Esta indústria contribui com 1,1% para o VAB nacional e 5,6% para o VAB da indústria transformadora e tem uma representatividade de cerca de 13% nas exportações.

Em 2011 foram produzidos cerca de 192 mil veículos (ligeiros de passageiros, comerciais ligeiros e veículos pesados), o que significou um crescimento de 21%, em termos homólogos. É um sector com investimentos em I&D muito acima da média na indústria e dá emprego em Portugal a mais de 30.000 trabalhadores (cerca de 4,4% do emprego da indústria transformadora). A região de Palmela é um dos pólos mais importantes da indústria automóvel portuguesa, dada a localização da Auto-Europa e de um leque alargado de fornecedores de componentes. Outros pólos desta indústria situam-se em Cacia onde se encontra instalada a Renault, em Ovar onde se encontra o Grupo Salvador Caetano, ambas no distrito de Aveiro, e ainda, em Mangualde (distrito de Viseu) onde se encontra a PSA Peugeot Citroen.

Portugal apresenta diversos pontos fortes neste sector: existência de focos de cooperação entre empresas, universidades e centros de I&D; soluções logísticas interessantes para mercados fora da UE, com destaque para o norte-americano; boa capacidade de adaptação da mão-de-obra; existência de empresas certificadas; existência de focos de cooperação / agrupamentos de empresas; e empresas inseridas em redes de fornecimento internacionais.

A indústria conta hoje com um sector de componentes, que assenta num conjunto de empresas com competitividade de nível internacional, apostadas no desenvolvimento de novos factores de competitividade, nomeadamente nas áreas de engenharia e investigação e desenvolvimento tecnológico. Segundo a Associação do sector – AFIA, o volume de negócios das 180 empresas que integram este subsector contribuiu em 2011 com cerca de 4,3% para o PIB, 5,6% para o emprego na indústria transformadora e 9,7% para as exportações nacionais de bens e serviços, e gerou um volume de negócios da ordem dos 7,4 mil milhões de euros.

A distribuição regional das empresas de componentes não é homogénea, concentrando-se na zona litoral entre a Península de Setúbal e Viana do Castelo. As zonas de Porto/Braga, Aveiro e Lisboa/Setúbal constituem três grandes pólos desta indústria a nível nacional, a que acresce a zona

de Leiria, onde as actividades de produção de moldes e injeção de plásticos assumem grande expressão.

Indústria de moldes

A indústria portuguesa de moldes tem vindo a crescer e a ganhar projecção a nível mundial, impulsionada pela procura externa e pela perícia e experiência dos fabricantes de moldes portugueses, ao nível da qualidade, prazos de entrega, preços competitivos, capacidade tecnológica e assistência técnica, sendo actualmente um dos maiores fornecedores mundiais de moldes de precisão essencialmente para a indústria de plásticos (8º fornecedor mundial).

De acordo com a CEFAMOL²⁸, o sector dos moldes é constituído por cerca de 532 empresas, com dimensão de PME, dedicadas ao fabrico de moldes e ferramentas especiais, e emprega cerca de 8.000 trabalhadores, com uma distribuição geográfica bipolar, designadamente nas regiões da Marinha Grande e Oliveira de Azeméis.

A produção de moldes representa cerca de 1% das empresas, 1,1% do emprego, 0,8% do volume de negócios e 1,4% do VAB da indústria transformadora. Em 2011 este sector exportou cerca de 364 milhões de euros (cerca de 1% do total nacional), o que significou um crescimento de 15% em termos homólogos. Os moldes para plásticos constituem a quase totalidade da produção e exportação do sector (em 2011 representaram cerca de 80% do total exportado pelo sector).

Cada vez mais, grandes multinacionais (indústria automóvel, embalagem, electrónica/telecomunicações, electrodomésticos, etc.) seleccionam empresas nacionais para o fabrico dos seus moldes, destinados a alguns dos melhores produtos de grandes marcas internacionais. São exemplos disso a Samsonite, a Nokia, a Mercedes e a Porsche, que contam com o talento e engenharia das empresas de moldes portuguesas. A indústria automóvel é uma das principais indústrias servidas pelo sector de moldes (72%), seguida pelos electrodomésticos (6%) e embalagem (5%).

28 Associação Nacional da Indústria de Moldes

Um copo inquebrável ou um CD que permite seis análises simultâneas ao sangue são apenas dois exemplos da aplicação das tecnologias de ponta das empresas de moldes, no sector da alimentação ou na indústria farmacêutica.

Pólos de competitividade e tecnologia e outros clusters

O importante papel desempenhado pelo sector industrial na actividade económica portuguesa (a nível europeu estima-se que represente cerca de 75% do PNB e 70% do emprego) e o seu valioso contributo para a melhoria da competitividade da economia, levou à constatação da necessidade de definir uma estratégia de organização em rede, com uma visão orientada para a afirmação internacional de um sector industrial português, moderno e inovador, com uma forte componente de I&D.

Esta rede de actores, agregada em Pólos de Competitividade e Tecnologia²⁹ e em Outros Clusters tem por objectivo alavancar de forma sustentável a competitividade nacional e empresarial, dinamizando e potenciando projectos colectivos, comuns e em cooperação entre os diversos intervenientes (empresas, universidades, unidades de I&D, associações empresariais, etc.).

7.3 Construção

Condicionado pela situação económica mundial, o sector da construção continua a enfrentar os seus efeitos a nível global. No conjunto dos 19 países europeus membros do Euroconstruct, as estimativas para a produção do sector apontam para uma quebra de 0,6% em 2011 e de -0,3% em 2012, prevendo-se que volte a terrenos positivos em 2013 (+1,8%).

Caracterizado por ser uma actividade cíclica, nómada e dependente da evolução da conjuntura económica e do



investimento do país, o sector da construção em Portugal tem sido também muito penalizado, nos últimos anos. Em 2010³⁰, este sector representava 56,9% da FBCF nacional (contração de 5,8% face a 2009) e 5,3% do VAB (quebra de 3,9%). A quebra na produção cifrou-se nos 4,1%, ainda assim menos pronunciada do que em 2009 (-9%) e o emprego diminuiu 4,6%. No final desse ano existiam 23.859 empresas habilitadas com Alvará e 38.931 com Título de Registo, com as regiões Norte e Centro a concentrarem o maior nº de empresas do sector. O segmento mais afectado foi o dos Edifícios Residenciais com uma quebra de 15% na produção, no mesmo ano. Os Edifícios Não Residenciais também registaram uma diminuição de 3,5%, devido à contração da procura privada, que não foi compensada pela componente pública. As perspectivas para o ano de 2012 continuarão a ser pouco positivas, não só devido à retracção do investimento privado, mas também pelas restrições orçamentais que impõem tectos à despesa pública e investimento público, afectando negativamente o mercado interno da construção.

29 São 11 os Pólos de Competitividade já reconhecidos: Engineering & Tooling; Indústrias da Mobilidade; Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial; Tecnologias de Produção – PRODUTECH; Energia; Indústrias de Base Florestal; Agro-Industrial; Turismo; TICE; Moda; Saúde e 8 os Clusters: Mobiliário; Habitat Sustentável; Pedra Natural; Agro-Industrial do Centro; Agro-Industrial do Ribatejo; Vinhos da Região Demarcada do Douro; Economia do Mar; Indústrias Criativas na Região do Norte. Para mais informações consultar (<http://www.pofc.qren.pt/>)

30 Relatório do Instituto da Construção e do Imobiliário – “O sector da Construção em Portugal em 2010”, Setembro 2011

Na tentativa de contornar a quebra nos mercados domésticos provocada pela crise, o “European Powers of Construction 2010”, estudo da autoria da consultora Deloitte, publicado em Junho de 2011, aponta como tendência o reforço da internacionalização e da diversificação de negócios nos grupos de construção. As construtoras portuguesas também têm vindo a apostar cada vez mais nos mercados externos. A actividade internacional das empresas portuguesas cresceu a uma taxa média anual de 28% nos últimos 10 anos, podendo afirmar-se que mais de 30% do volume de negócios das maiores empresas tem origem na actividade desenvolvida fora de Portugal, materializando-se num número significativo de concursos ganhos em consórcio com parceiros locais ou mesmo a título individual através da criação de empresas locais.

No estudo da Deloitte, que apresenta o ranking dos 50 maiores grupos europeus de construção (baseado no volume de negócios), as três maiores empresas portuguesas do sector: Mota Engil (30ª posição), Teixeira Duarte (37ª) e Soares da Costa (47ª), integram o top 50. Juntos, facturaram, em 2010, 4,3 mil milhões de euros, face a 3,8 mil milhões de euros em 2008.

Face às perspectivas de evolução da economia portuguesa, não se projectam grandes melhorias na actividade deste sector nos anos mais próximos. Por outro lado, existe a percepção, por parte dos principais players do sector, da necessidade de concentração e de uma aposta cada vez maior na diversificação das áreas de actividade, nomeadamente nos sectores da energia, do ambiente e turismo.

7.4 Serviços

O sector dos serviços, conforme já referido anteriormente, tem vindo a ganhar um peso crescente na economia portuguesa nas últimas décadas, sendo responsável actualmente por cerca de 2/3 da actividade económica e 63% do emprego em Portugal, comparados com 72,9% e 69,5% da UE27, respectivamente. Para além da sua enorme representatividade em termos económicos,

também é uma das áreas em que se registaram os maiores avanços tecnológicos, sendo de destacar os exemplos das telecomunicações – redes fixa e móvel, acesso à Internet, banda larga, etc., do sector da energia, dos serviços financeiros e do sector das tecnologias de informação.

Serviços públicos

A nível dos serviços públicos, a melhoria na qualidade, desempenho, acessibilidade e disponibilidade dos serviços públicos on-line é dos exemplos a apontar, na medida que veio facilitar a vida dos cidadãos; favorecer a actividade das empresas; melhorar a disponibilidade e a qualidade dos serviços prestados, aumentar a transparência da administração e o desenvolvimento da indústria e dos serviços nacionais.

Este bom desempenho colocou Portugal na liderança do Ranking Europeu de Serviços Públicos Online ao nível da “Disponibilização Completa Online”, a par da Áustria, Malta, Itália e Suécia e da “Sofisticação da Disponibilização Online” a par de Malta, Irlanda e Áustria³¹.

Os avanços registados, nomeadamente a criação de um ambiente favorável aos negócios (ex: Empresa na Hora, reconhecida como boa prática pela Comissão Europeia e “top reformer” pelo Banco Mundial, Marca na Hora, Casa Pronta), foram não só determinantes para atrair as melhores empresas tecnológicas mundiais a investirem em Portugal, como a Microsoft, a Cisco e a Nokia-Siemens, como também contribuíram para colocar Portugal entre os países que mais apostaram no desenvolvimento do E-Government. O Programa Simplex, que conta já com 6 anos de vida, tem vindo a prosseguir o esforço de agregação, consolidação e desenvolvimento de algumas medidas importantes concluídas em anos anteriores e continua a dar especial atenção à simplificação de procedimentos no sector da saúde, bem como à redução de custos de contexto para as PME.

Medidas destinadas a reduzir a burocracia para os cidadãos e para as empresas continuam a ser implementadas,

31 Estudo E-Gov-Benchmark 2010 elaborado pela CAPGEMINI para a Comissão Europeia em Dezembro 2010

destacando-se por exemplo, a criação de uma 'Via Verde' para os projectos das pequenas e médias empresas cujo financiamento tenha sido aprovado pelo QREN.

A 29 de Março de 2011 foi apresentado o primeiro Simplex dedicado a um tema específico: **as Exportações**, que compreende 12 medidas. Entre elas encontram-se iniciativas para agilizar questões fiscais associadas às exportações, outras visam dotar as empresas de mais informação que lhes permita organizar com mais segurança a sua actividade exportadora.

Também já está disponível o Balcão do Empreendedor (BdE), balcão único electrónico nacional, que permite aceder online às formalidades necessárias ao exercício de uma actividade económica, a partir do Portal da Empresa. O BdE destaca-se por ser o ponto único de acesso a informação estruturada de um modo simples e uniforme sobre 462 serviços necessários ao exercício de mais de 450 actividades económicas, dos quais 130 podem ser realizados totalmente online. Com a entrada em funcionamento do BdE, qualquer cidadão, nacional ou de outro Estado-Membro da União Europeia (UE), que pretenda iniciar uma actividade económica em Portugal, pode conhecer as formalidades necessárias à constituição de uma empresa, passando pelas suas obrigações fiscais e sociais, até à instalação e funcionamento da actividade. Foi assim cumprido o objectivo intercalar definido no Memorando de Entendimento assinado entre Portugal, a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu, sobre esta matéria.

Energia

A promoção das energias renováveis e da eficiência energética visa reduzir as emissões de carbono e diminuir a dependência energética de Portugal face ao exterior, contribuindo para a redução do peso excessivo dos combustíveis fósseis e evitando a exposição progressiva à volatilidade dos preços do petróleo e gás natural nos mercados internacionais. Todos estes factores, a que se juntam algumas condicionantes ambientais, não só conduziram a uma intervenção profunda neste



sector como contribuíram para aumentar por esta via a competitividade do país.

Portugal está na linha da frente tendo o quinto objectivo mais ambicioso da União Europeia (UE) no que toca à energia total consumida em 2020 e, no que respeita à electricidade, a sua posição sobe para terceiro.

O aumento da capacidade de produção energética endógena com recurso ao fomento das energias renováveis e a melhoria da eficiência energética e redução das emissões de CO₂ têm resultados já visíveis, de que se destacam a maior central fotovoltaica do mundo em meio urbano em Lisboa (Mercado Abastecedor) com 6MW de potência instalada e o 2º maior parque eólico³² da Europa. De acordo com o relatório da Direcção Geral de Energia e Geologia, apresentado em Novembro de 2011, Portugal tinha nessa data, uma capacidade instalada para produção de energia a partir de FER (fontes de energia renovável), de 10.309MW e em 2010 a incorporação de FER no consumo de energia eléctrica para efeitos da Directiva 2001/77/CE, foi de 50% do total.

A Estratégia Nacional para a Energia que define as apostas energéticas até 2020, tem como metas a redução da

32 Parque eólico do Alto Minho com 120 turbinas distribuídas por 5 sub-parques com 240MW de capacidade instalada, produção de 600 GWh/ano, suficiente para abastecer 160 mil lares e evitar a emissão de 500 mil tn de CO₂/ano.

dependência energética de Portugal face ao exterior para 74% (o equivalente a 31% do consumo final de energia) permitindo assim cumprir os acordos estabelecidos no contexto das políticas europeias de combate às alterações climáticas, de forma a que 60% da electricidade produzida tenha origem em fontes renováveis.

Uma das ideias força desta Estratégia é a adopção de novos modelos para a mobilidade, ambientalmente sustentáveis e capazes de explorar a relação com a rede eléctrica nacional, desenvolvendo uma rede de carregamento que permita o abastecimento de veículos eléctricos. Portugal foi pioneiro no lançamento da Rede Nacional de Mobilidade Eléctrica, um modelo de mobilidade integrado, baseado nas energias renováveis. A necessidade de novos modelos de geração de energia e de maior fiabilidade e qualidade do fornecimento energético levou à criação do InovGrid, um projecto inovador que dota a rede eléctrica de informação e equipamentos inteligentes capazes de automatizar a gestão da energia, melhorando assim a qualidade do serviço - diminuem os custos, e a eficiência energética e a sustentabilidade ambiental crescem. Évora é a cidade piloto deste projecto (30.000 contadores Energy Box instalados) e a meta a atingir é a de instalar estes contadores inteligentes, em metade das habitações portuguesas, até 2020.

Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

De acordo com o estudo da IDC³³ - "As 10 Principais Tendências do Mercado Ibérico de Tecnologias de Informação e Comunicações em 2011", em 2010 o valor do mercado português de TIC ascendeu aos 3.220,7 milhões de euros. Trata-se de uma quebra de 2,7% em relação a 2009, ano em que o mercado já tinha retraído 10,7%.

Uma das previsões do estudo é que a tendência do mercado permanecerá negativa em Portugal, havendo uma quebra de 0,6% no seu valor global, durante 2011. Apenas em 2012 será expectável uma recuperação do mercado, com um crescimento de 3,4%.

O mercado TIC em Portugal está marcado pela volatilidade financeira e pela difícil conjuntura económica, que desincentivam o investimento das empresas e retraem o consumo.

Esta área e as suas empresas têm vindo a desempenhar um papel fundamental na modernização de Portugal e de muitas outras empresas dos mais diversos sectores da economia, tendo algumas delas alcançado protagonismo tanto a nível nacional como além fronteiras. Temos o exemplo recente da Critical Health Software, que com o produto RetmarkerAMD, foi galardoada em Londres com o prémio Europeu de Excelência em Tecnologias de informação (European IT Excellence Award), ao qual haviam concorrido as principais organizações do sector, oriundas de 26 países Europeus.

Podemos citar ainda os seguintes exemplos: a Critical Software, uma referência global no desenvolvimento de software para sistemas de informação críticos, a única empresa não americana que desenvolve projectos para a Força Aérea dos EUA; a SISCOG, que continua a ganhar os clientes mais exigentes do mundo; a Number Five que detém uma importante fatia do mercado mundial de auto-identificação; a Altitude Software que é líder da tecnologia para Call Centers e CRM; a YDreams que desenvolve produtos e serviços que utilizam tecnologia pioneira em áreas como computação ubíqua, media interactivos, realidade aumentada e sensores biométricos, através da sua participada "Audience Entertainment" foi escolhida pela Disney para promover os cruzeiros da empresa nas salas de cinema dos Estados Unidos com um jogo de interacção colectiva em que os espectadores são convidados a escorregar com o Pato Donald por um tobogã; a Novabase que é líder em soluções de negócio baseadas em tecnologias de informação; a Active Space Technologies, Actividades Aeroespaciais que oferece soluções integradas de tecnologia provada e tecnologia de ponta para os sectores aeroespacial, automóvel, defesa e energia e que trabalha, entre outros, para a Agência Espacial Europeia e Galileo Avionica; a HPS Portugal que está a desenvolver tecnologia (material para a protecção

³³ Empresa líder mundial na área de "market intelligence" para os mercados das Tecnologias de Informação, Telecomunicações e Electrónica de Consumo

térmica) para os veículos a serem utilizados na próxima missão da Agência Espacial Europeia ao planeta vermelho, em 2020; a WeDo Technologies que é líder mundial em Revenue e Business Assurance; a Alert Life Sciences Computing, que é líder na criação de ambientes clínicos sem papel, com o software ALERT®; a Edigma que criou a tecnologia "Displax Multi-touch Technology", que transforma qualquer superfície num ecrã multi-toque; a Fibersensing líder global no desenvolvimento, produção e comercialização de sistemas avançados de monitorização baseados em sensores de Bragg, um dos meios mais fiáveis de monitorizar a integridade de estruturas tão complexas como pontes, barragens, túneis, caminhos de ferro, tanques de combustível em aeronaves, cabos de alta tensão, poços de petróleo ou geradores de elevada potência; a Bio-Devices que produz a t-shirt "Vital Jacket" que monitoriza batimentos cardíacos, tecnologia desenvolvida pela Universidade de Aveiro; a Inosat que produz o localizador GPS "My Locator" que ao ser equipado nas malas de viagem, pode prevenir o desaparecimento de bagagens nos aeroportos.

Mais recentemente, a Hidromod que desenvolveu a plataforma AQUASAFE, uma aplicação de suporte à operação e gestão de redes de saneamento e distribuição de água, considerado um dos projectos mais relevantes no que respeita à avaliação efectuada no âmbito dos "2011 Bentley Be Inspired Awards"; a OutSystems que desenvolveu a Agile Platform, uma ferramenta informática premiada internacionalmente, que permite às empresas desenvolver, alterar e actualizar redes de aplicações WEB, foi seleccionada pelo Exército norte-americano para fornecer soluções para a consolidação dos seus centros de dados.

Geograficamente, a área metropolitana de Lisboa continua a apresentar a maior concentração de serviços com cerca de 1/3 dos estabelecimentos.

No caso dos serviços prestados às empresas, a percentagem aumenta para mais de metade, cabendo à área metropolitana do Porto apenas 18% do total.

Comércio

Os indicadores macroeconómicos referentes à estrutura e evolução da actividade económica ilustram a importância do sector terciário, e do comércio em particular, no contexto da economia nacional.

Em 2010³⁴, as quase 254 mil empresas, que se concentram nas regiões de Lisboa, Norte e Centro, empregaram mais de 800 mil trabalhadores e geraram um volume de negócios superior a 133 mil milhões de euros, que representaram, respectivamente, 21,7% e 37,8% do total do sector empresarial.

Comparando as três actividades que este sector agrega, verifica-se que o comércio a retalho abrange 61% do total das empresas, mas apenas 36% do volume de negócios, enquanto o comércio por grosso engloba apenas 27% das empresas, mas assegura 50% do volume de negócios. O comércio automóvel representa 12% das empresas e 15% da facturação.

Importa ainda destacar a concentração que se regista na actividade do comércio por grosso, com apenas três grupos - produtos alimentares, combustíveis e bens de consumo ex. alimentares - a agregarem 77% do volume de negócios

34 INE – Estatísticas do Comércio 2010, Edição 2011



total. A actividade de comércio a retalho é dominada pela venda em supermercados e hipermercados, que gerou o 3º maior volume de negócios de todo o comércio.

O sector do comércio tem vindo a aprofundar o conhecimento do cliente, a valorizar o serviço, melhorando factores como a proximidade, comodidade, qualidade e logística, tem-se assistido ao crescimento do comércio de marcas, de produtos que garantam a saúde e segurança dos clientes e a desenvolver o hard discount, os supermercados de média dimensão e das grandes superfícies especializadas. Em 2010 os produtos MDD (marca do distribuidor) apresentaram uma incidência global de 25,7% no comércio a retalho em super e hipermercados, crescendo para 29,6% no caso dos produtos alimentares.

Nos últimos anos Portugal assistiu a um aumento das grandes superfícies e centros comerciais (a Sonae Sierra é um líder europeu na criação e gestão destes gigantes do consumo, com 49 centros comerciais na Europa, incluindo Portugal, América do Sul e África, e líder na área da sustentabilidade energética através da implementação do conceito "centro verde" no desenvolvimento e gestão dos seus centros comerciais). Os centros comerciais viram a sua superfície bruta aumentar e encontram-se implantados não só nos principais centros urbanos, mas também em cidades de tipo médio.

Serviços financeiros

Num passado recente, o sistema bancário, o sector dos seguros e o mercado de capitais em geral foram objecto de alterações significativas. O sector bancário português é actualmente moderno e abrange a banca comercial, os bancos de investimento, fundos de investimento e empresas seguradoras. Está ao nível dos restantes países europeus tanto em termos de rentabilidade, como de solvência e estrutura de custos.

A crise financeira global iniciada no mercado hipotecário dos EUA em meados de 2007 e que começou no sistema bancário com o rebentamento de uma bolha

imobiliária especulativa, com perdas em cascata no sector financeiro alastrou-se a uma velocidade extraordinária a todo o mundo financeiro internacional. Esta rápida "contaminação" deveu-se, em grande medida, ao facto de se tratar de um sector que opera globalmente e está fortemente interligado por redes de empréstimos e seguros dos riscos dos empréstimos, que levaram a desequilíbrios e instabilidades que, em situações extremas, provocaram a falência de importantes instituições financeiras e a necessidade de intervenção do Estado para "estancar" o seu alastramento.

Portugal também não conseguiu ficar imune a esta crise apesar de beneficiar de um sistema financeiro moderno e robusto, tendo havido a necessidade de intervenção pública na estabilização do sistema de forma a evitar riscos acrescidos de insolvência e a minorar os efeitos de um forte travão no acesso ao crédito.

Os cinco principais bancos são a Caixa Geral de Depósitos (público) e os privados: Millennium BCP, BES - Banco Espírito Santo, BPI - Banco Português de Investimento e Banco Santander-Totta.



8. Situação Económica

Em 2011 assistiu-se a uma desaceleração da economia mundial³⁵, mais acentuada no caso das economias avançadas, em particular dos EUA e Japão, e a um crescimento moderado da União Europeia, em particular da Zona Euro.

De acordo como Banco Central Europeu³⁶, a actividade económica na área do euro observou um enfraquecimento no decurso de 2011, que culminou numa contracção do PIB no 4º trimestre, tendo registado um crescimento médio anual de 1,5%. Esta desaceleração traduziu, em grande medida, o abrandamento do crescimento económico mundial, a subida dos preços de matérias-primas, o impacto adverso da crise da dívida soberana na confiança dos consumidores e empresários, bem como a deterioração das condições de crédito e a adopção de medidas adicionais de consolidação orçamental em diversas economias da moeda única.

8.1 Política económica recente

O alastrar da crise da dívida soberana na Zona Euro ao longo do ano de 2010 e 2011 contribuiu para a deterioração das condições de acesso aos mercados de financiamento internacionais.

Neste contexto adverso, no início de 2011 Portugal viu-se confrontado com um forte aumento da restritividade das condições de financiamento do sector público nos mercados internacionais e consequentemente, do sistema bancário português. Com uma economia caracterizada por um elevado grau de endividamento externo e baixo crescimento económico tendencial, conjugados com um défice público excessivo, estes acontecimentos vieram colocar em causa a sustentabilidade das finanças públicas, tornando inevitável o pedido de assistência financeira à União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, em Abril.

Por seu turno, era urgente proceder a uma correcção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados nos anos anteriores. O esforço de consolidação orçamental realizado em 2010 tinha-se revelado claramente insuficiente, face à magnitude dos desequilíbrios existentes, tendo sido ultrapassadas as metas estabelecidas tanto para o défice orçamental, como para a dívida pública, que atingiram níveis historicamente elevados.

O Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) acordado com as instâncias europeias e o FMI, para o período 2011-2013, engloba um conjunto ambicioso de medidas de ajustamento económico e financeiro desenhadas para assegurar um desenvolvimento equilibrado e sustentado da economia no médio-longo prazo, para eliminar as restrições ao crescimento económico, promovendo a competitividade e o emprego, e para garantir uma trajectória sustentável para as finanças públicas.

A relevância das medidas consignadas e a exigência no cumprimento dos objectivos fixados para Portugal determinaram a evolução da actividade económica em 2011 e tiveram igualmente um impacto significativo a nível social.

Em termos económicos registou-se uma queda de 1,6% no crescimento do Produto Interno Bruto, após um aumento de 1,4% em 2010. Esta contracção reflectiu a evolução negativa da procura interna (contributo para a variação anual do PIB de -6,2% depois de se ter situado nos 0,9% em 2010), com destaque para a contracção significativa do consumo privado (-3.9% contra 2,1% em 2010) e para a queda, pelo quarto ano consecutivo, do investimento (FBCF). Em sentido contrário, o contributo da procura externa líquida aumentou de forma significativa em relação a 2010 (4.6% contra 0,5%), devido, em grande medida à redução acentuada das importações.

A nível social, num contexto de contracção económica, a deterioração do mercado de trabalho em 2011 foi evidente, principalmente no 4º trimestre. Em termos anuais e recorrendo a valores médios, a população empregada decresceu 2,8%³⁷

35 IMF – World Economic Outlook Update, January 2012

36 Projecções Macroeconómicas – Março 2012

37 INE – Estatísticas do Emprego - 2011

e o desemprego subiu em todos os segmentos populacionais, atingindo cerca de 700 mil indivíduos. A taxa média de desemprego aumentou 1,9%, em termos homólogos, fixando-se nos 12,7%, mas entre os jovens (15 a 24 anos) foi de 30,1%, ou seja, 2,4 vezes a taxa de desemprego global e 7,7% acima da registada no ano anterior. O número de desempregados jovens representou 11,7% do total da população com idades compreendidas entre os 15 e 24 anos e 18,9% do total de desempregados.

Pressionada pela evolução do preço dos produtos energéticos (preço médio do barril de petróleo a situar-se nos 104,23 US\$ em 2011) e de outras matérias-primas nos mercados internacionais, a taxa de inflação³⁸ subiu para 3,6% em 2011 (1,4% em 2010).

O défice público situou-se em cerca de -4% do PIB, abaixo do limite máximo previsto no PAEF (-5,9%), embora beneficiando de medidas de carácter extraordinário que não poderão repetir-se.

8.2 Perspectivas de evolução

As perspectivas de crescimento da actividade económica a nível mundial (excluindo a área do euro) apontam para um valor estimado de 3,8% em 2012 e 4,3% em 2013³⁹. Os dados mais recentes, em especial os relativos à evolução da economia norte-americana, que revelam alguns sinais de melhoria dos indicadores de confiança das empresas e dos consumidores, bem como uma ligeira melhoria das condições nos mercados financeiros internacionais, parecem indicar que a economia mundial se encontra num ponto de viragem cíclica. Todavia, as perspectivas de crescimento no médio prazo permanecem moderadas, em especial nas economias avançadas, onde ainda é necessário corrigir o excessivo endividamento das empresas e das famílias e equilibrar a despesa pública. Por seu lado, as economias emergentes, principalmente as situadas no continente asiático e, em particular, a China

deverão continuar a crescer a bom ritmo, ao passo que os países da Europa Central e de Leste registarão um crescimento mais lento.

Neste contexto, e com base na informação disponível até 23 de Fevereiro de 2012, as projecções do BCE para a evolução macroeconómica na Zona Euro apontam para um crescimento real médio anual do PIB entre -0,5% e 0,3% em 2012 e entre 0,0% e 2,2% em 2013. Assumindo que a pior fase da crise financeira está ultrapassada, ainda segundo a mesma fonte, é projectada uma recuperação da actividade económica já no 2º semestre de 2012 que se acentuará em 2013. Esta recuperação reflectirá o fortalecimento gradual da procura interna e o contributo positivo das exportações líquidas, num contexto de aumento da procura externa e depreciação da taxa de câmbio.

Já o FMI⁴⁰ aponta para uma recessão da Zona Euro em 2012 (-0,5%) e uma ligeira retoma em 2013 (+0,8%). De acordo com o BCE a inflação deverá situar-se entre 2,1% e 2,7% em 2012 e entre 0,9% e 2,3% em 2013. A moderação da taxa de inflação deve-se, sobretudo, à previsão de uma descida gradual do preço do petróleo nestes dois anos, dissipando-se os efeitos de aumentos passados.

A recuperação mundial, embora moderada, levará a um aumento da procura externa na Zona Euro que deverá situar-se nos 4,3% em 2012 e 6,5% em 2013.

As projecções do Banco de Portugal no seu Boletim da Primavera publicado em Março 2012 apontam para uma contracção, em termos reais, de 3,4% na actividade económica portuguesa em 2012, seguida de uma estagnação em 2013.

A procura interna continuará a ser a componente que mais contribui para a contracção económica, em particular o consumo privado (redução de 7,3% em 2012 e 1,9% em 2013), reflectindo a diminuição do rendimento disponível das famílias, num contexto de limitação no acesso ao financiamento que restringe o consumo.

38 Inflação medida pelo índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)

39 Projecções macro-económicas para a área do euro elaboradas por especialistas do Banco Central Europeu (BCE) – Março 2012

40 IMF – WEO Update, January 2012

Principais indicadores económicos (%)

		2008	2009	2010	2011	2012 ^a	2013 ^a
Produto interno bruto ^b		0,0	-2,9	1,4	-1,6	-3,4	0,0
Consumo privado ^b		1,3	-2,3	2,1	-3,9	-7,3	-1,9
Consumo público ^b		-0,1	-13,3	-3,6	-3,9	-1,7	-1,2
Formação bruta de capital fixo ^b	Var. (%)	-0,3	-8,6	-4,1	-11,4	-12,0	-1,7
Exportações de bens e serviços ^b		-0,1	-10,9	8,8	7,4	2,7	4,4
Importações de bens e serviços ^b		2,3	-10,0	5,4	-5,5	-5,6	0,0
Balança corrente (% do PIB)		-12,6	-10,9	-10,0	-6,4	-5,0	-3,8
Saldo do sector público (% do PIB)	% PIB	-3,5	-10,1	-8,3	-4,2	-4,5	-3,2
Dívida pública (% do PIB)		71,6	82,9	93,3	107,8	112,5	112,1
Taxa de desemprego	%	7,6	9,5	10,8	12,7	13,6	13,7
Taxa de inflação ^c	%	2,7	-0,9	1,4	3,6	3,2	0,9

Fontes: INE - Instituto Nacional de Estatística, Banco de Portugal (Boletim Económico, Março 2012)
Notas: (a) Previsões (b) Variação real (c) Índice harmonizado de preços no consumidor

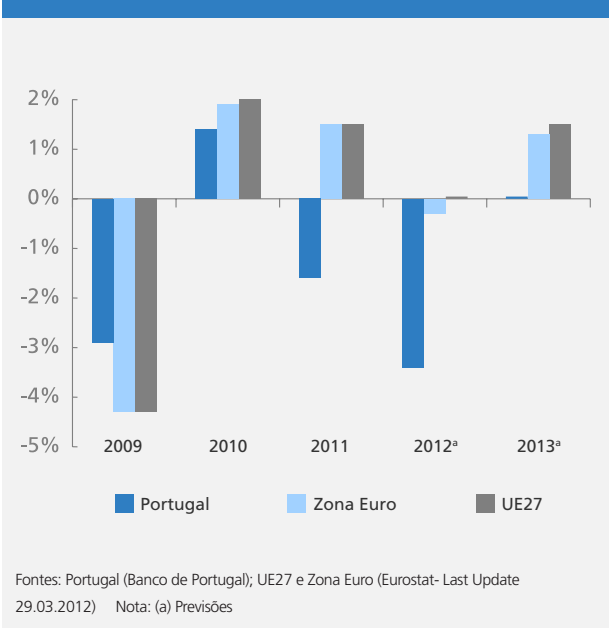
Por outro lado, importa ter ainda em linha de conta a redução dos rendimentos do trabalho resultantes da aplicação das medidas de consolidação orçamental, bem como, a deterioração das condições no mercado de trabalho.

Em 2012, o investimento (FBCF) deverá registar uma quebra superior à registada em 2011 (-12,0% face a -11,4% em 2011), reflectindo a deterioração da procura interna. O ano de 2013 será já de recuperação, se se vier a confirmar uma aceleração da procura externa.

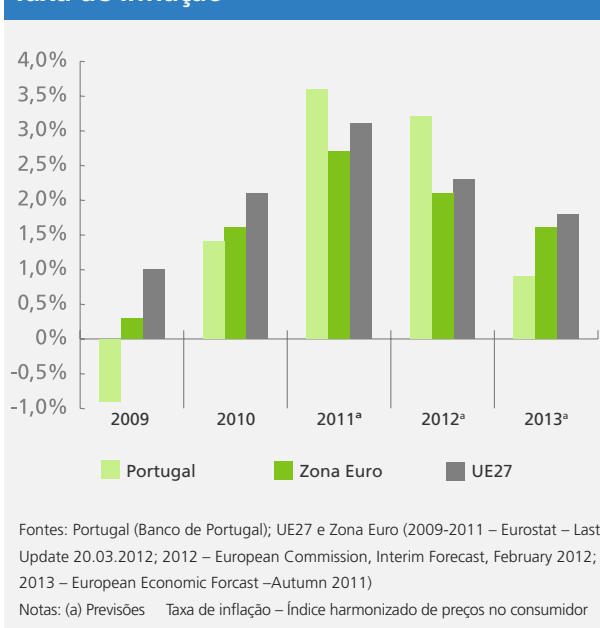
Em oposição, as exportações deverão manter um contributo determinante para sustentar a actividade económica, embora se preveja uma desaceleração (7,4% em 2011 para 2,7% em 2012), face às perspectivas de abrandamento do ritmo de crescimento da procura externa dirigida à economia portuguesa, em 2012.

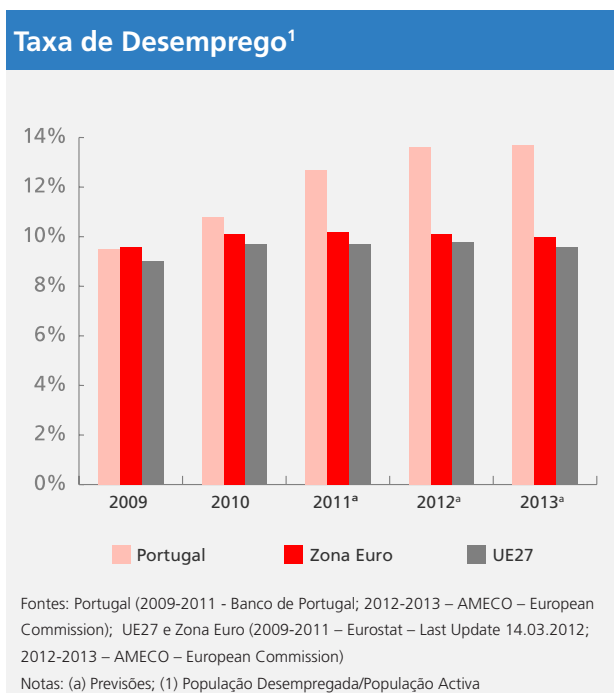
Em 2013, deverá apresentar um ritmo de crescimento próximo dos 4%. As importações deverão diminuir 5,6% em 2012 (uma queda idêntica à atingida em 2011), e 2013 registará crescimento nulo, pressupondo uma

Taxa de Crescimento do PIB



Taxa de Inflação





recuperação da produção com conteúdo importado relativamente elevado.

O ajustamento da despesa do sector público e privado irá reflectir-se na melhoria expressiva do saldo da balança corrente e de capital nos próximos anos.

A inflação, medida pelo índice Harmonizado de Preços no Consumidor (HIPC), deverá estabilizar em 2012 (3,2% face aos 3,6% atingidos em 2011), e diminuir em 2013 para 0,9%.

Em 2012, parte do aumento da inflação está directamente relacionado com o efeito fiscal resultante da alteração das taxas do IVA a aplicar a alguns bens e serviços (de reduzidas, para normais, ou de intermédias para normais), embora este efeito mecânico seja mitigado pela contracção da procura interna, e pelo efeito esperado sobre os custos salariais. Estas projecções traduzem igualmente a desaceleração da componente energética, enquanto que a não energética se manterá estável.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, projecta-se uma redução do emprego de 3,6% em 2012 e 0,7% em 2013. Em 2012 a contracção será mais significativa no sector privado, reflectindo a contracção da economia, enquanto que no sector público o emprego deverá manter o ritmo de redução relativamente constante, tanto em 2012 como

em 2013, embora a queda estimada, neste último ano, seja maior do que no sector privado.

O PAEF impõe um limite para o défice orçamental público, numa óptica de contabilidade nacional de 7.645 milhões de euros em 2012 (equivalente a 4,5% do PIB), cujo cumprimento é condição necessária para garantir o financiamento à economia portuguesa associado ao Programa. Para 2013, está previsto que o défice público se situe nos 3%. Para o cumprimento de tal objectivo é necessário dar continuidade ao esforço de consolidação orçamental e correcção dos desequilíbrios macro-económicos.

Todavia, um ajustamento bem sucedido requer, acima de tudo, uma melhoria substancial da qualidade dos factores que determinam o crescimento económico. A garantia de manutenção de financiamento aos sectores mais competitivos da economia e a adopção de políticas de criação de emprego são fundamentais para que Portugal regresse a uma trajectória de crescimento económico sustentado.

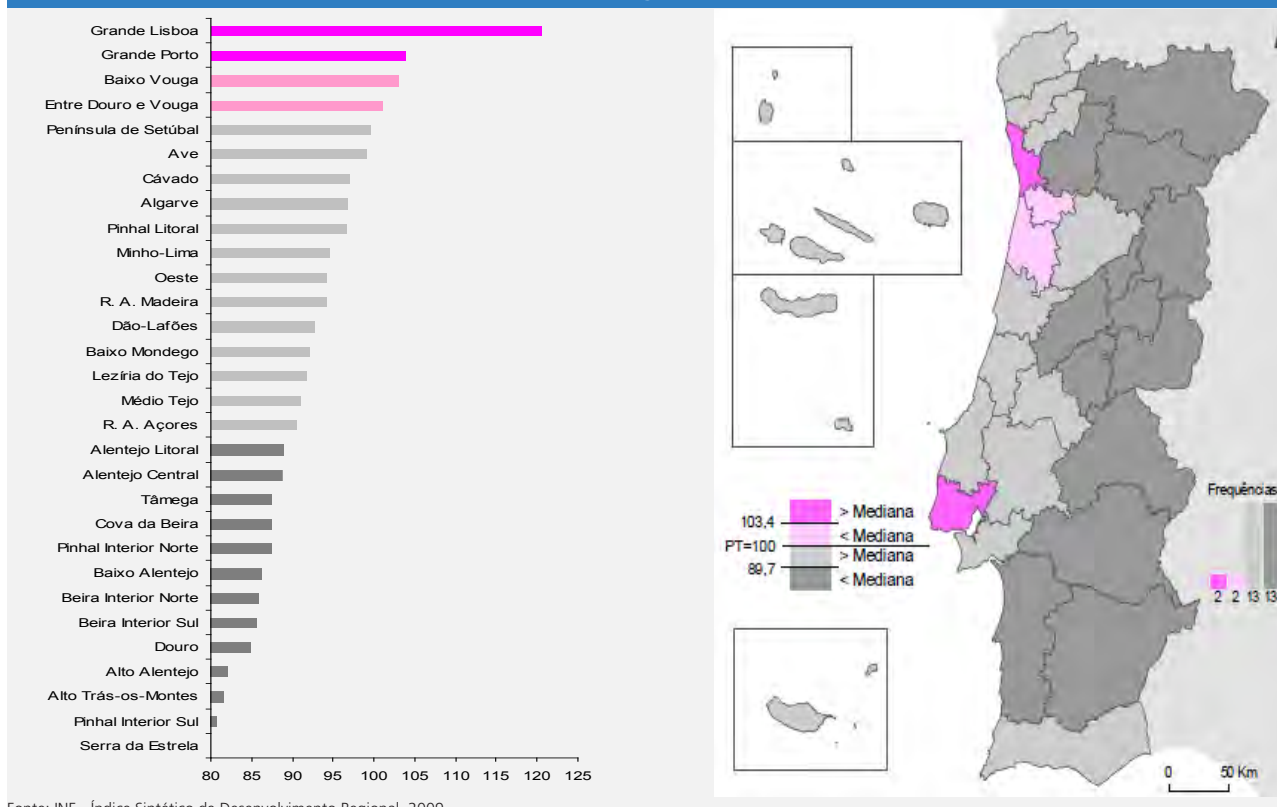
8.3 Economia das regiões

Os indicadores disponíveis relativos às Regiões (NUT II e III), como o PIB, o PIB per capita e o Desemprego, confirmam a existência de uma grande assimetria regional em Portugal. Por outro lado, se considerarmos o Índice de Competitividade, é evidente a vantagem competitiva das regiões do Litoral, especialmente as situadas junto dos grandes centros urbanos de Lisboa e do Porto, face ao Interior. Apenas as sub-regiões do Ave e Grande Porto, no Norte, Baixo Vouga, no Centro, Grande Lisboa e Península de Setúbal, na região de Lisboa e Alentejo Litoral apresentam índices de competitividade superiores a 100, ou seja acima da média nacional.

Em 2010⁴¹ (último ano disponível), a evolução regional do PIB, em termos reais, foi diferenciada em todas as regiões mas, ao contrário do que sucedeu em 2009, ano em que se registou uma quebra generalizada do PIB a nível nacional (-2,9%), reflectindo a conjuntura internacional pouco

41 INE - Estatísticas Regionais - Dados preliminares

Competitividade (Portugal = 100), NUTS III, 2009



Fonte: INE - Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, 2009

favorável, todas as regiões acompanharam a recuperação a nível nacional, em particular as regiões de Lisboa (+1,8%) e do Norte (+1,4%), excepto o Algarve que registou uma variação nula face ao ano anterior.

O PIB per capita regional a preços correntes mostra que Lisboa assume uma posição de destaque face às restantes regiões do país. Em 2010 apresentava um PIB per capita de 22,7 mil euros, o equivalente a 140% da média nacional (16,2 mil euros). Por seu turno, a Madeira foi a região que, ao longo dos últimos anos, aumentou mais a divergência face à média nacional – de 112 % em 2000 para 130% em 2010. Para além destas, apenas o Algarve, com um PIB per capita de 17 mil euros, supera a média nacional. As regiões do Norte, Centro e Açores apresentam valores mais baixos, respectivamente, 80,2%, 83,3% e 93,8% da média nacional, não tendo convergido com o resto do país ao longo da década de 2000. Ao nível das NUT III, verificam-se enormes assimetrias, com máxima expressão quando se compara a Grande Lisboa (167,3) com a Serra da Estrela (54,3) ou o Tâmega (55,5), índices máximo e mínimos face à média nacional.

Na produtividade aparente no trabalho (VAB/Emprego), apenas as regiões de Lisboa (45 mil euros), Madeira (38,2 mil) e Algarve (33,4 mil) superaram a média nacional (30,3 mil euros).

No que se refere à repartição geográfica do VAB e do Emprego, sobressai a região de Lisboa, pelo maior peso em termos do VAB (37,3% do total nacional), e a região Norte, pela relevância no Emprego (34,8% do total).

Em termos de repartição do VAB regional por sector de actividade, na agricultura, o Centro com 29,7% do sector agrícola, pescas e afins é a região mais representativa, seguindo-se o Alentejo com 26,4%. Por NUT III, destacam-se a região Oeste com um peso de cerca de 8% e a Lezíria do Tejo com 6,5% no VAB do sector agrícola. Na indústria, as regiões do Norte e Lisboa assumem a liderança com 40,7% e 28% no VAB industrial, e as NUT III Grande Lisboa com 21,3% e o Grande Porto com 12,6% do VAB surgem em destaque. Quanto ao sector dos serviços, verifica-se que a importância de Lisboa é ainda mais evidente, com cerca de 42% do total do VAB, assim como a Grande Lisboa no conjunto das NUT III (36,7% do VAB nos serviços).

Norte

É uma das mais antigas regiões de Portugal, mas é aquela que concentra a população mais jovem do Continente (37,8% do total da população entre os 15 e 24 anos). É nesta região que se situa a 2ª maior cidade portuguesa – Porto – que, por sua vez, contribui para a boa posição que esta região ocupa no PIB nacional (2ª posição com 28,1% do total). Em 2010 a economia desta região recuperou de uma quebra de 3,6% no ano anterior e cresceu ao mesmo ritmo da economia nacional (1,4%). A taxa de actividade

é superior à média nacional e a 2ª mais alta em termos regionais, no entanto, embora assuma a liderança no emprego, apresenta uma taxa de desemprego ligeiramente acima da média nacional (13%), factor menos positivo mas compreensível face às características da indústria desta região e às alterações que tem sofrido o seu tecido empresarial. Mantém, no entanto, uma importante vocação exportadora, sendo responsável por 35,7% do total das exportações portuguesas em 2010, sobretudo bens de consumo (têxteis e calçado) e produtos industriais.

Dados Gerais

Área:	21.286 km ² (23,1% do Continente)	A photograph showing several traditional wooden boats (barcos) on the Douro River in Porto, with a bridge in the background. The water is blue and the sky is clear. The boats are small and have masts. The bridge is a metal truss bridge. The background shows a hillside with buildings.
População total (2011):	3.745,9 milhares habitantes	
Capital	Porto	
Sub-regiões	Alto Trás-os Montes, Ave, Cavado, Douro, Entre Douro e Vouga, Grande Porto, Minho-Lima e Tâmega	
Concelhos	86 (27% do total nacional)	
Características geomorfológicas	Planície no litoral; colinas e serras no interior.	
Rios principais	Minho and Douro.	
Flora	Pinhais, incluindo o pinheiro marítimo no litoral; Eucalipto, que tem vindo a substituir o carvalho.	
Sector agrícola (actividades agrícolas predominantes)	Trigo, milho, legumes e vinha (1ª região demarcada do mundo - Douro), com particular destaque para o vinho do Porto. Criação de gado e actividade piscatória.	
Sector industrial (principais indústrias)	Equipamento eléctrico e electrónico, componentes auto, construção naval, têxteis, calçado, mobiliário, cutelaria e ferragens, madeira, cortiça, lacticínios; indústria extractiva.	
Nº Empresas exportadoras (2010)	6.717 (37,8% do total)	
Infraestruturas	Porto de Leixões; Aeroporto Internacional do Porto; boas ligações viárias (auto-estradas, IP e IC); rede metropolitano na cidade do Porto	

© Antonio Sacchetti

Rio Douro (cidade do Porto)

Principais Indicadores Económicos

	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010
Produto interno bruto (PIB) (a)	Milhões €	44.593,0	47.385,0	48.488,0	47.205,0	48.542,0
PIB per capita (a)	Milhares €	11,9	12,7	13,0	12,6	13,0
Emprego	Milhares indivíduos	1.805,3	1.800,7	1.811,7	1.753,7	1.732,9
Produtividade (VAB/Emprego)	Milhares €	21,2	22,7	23,2	23,8	24,5
Exportações de bens	Milhões €	14.499,0	15.058,0	14.399,0	11.897,0	13.126,0
Importações de bens	Milhões €	14.691,0	13.416,0	13.190,0	10.433,0	10.791,0

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais e Estatísticas do Emprego - 2010
Notas: (a) Preços correntes

Centro

A Região Centro, embora se coloque em 3º lugar na contribuição para o PIB nacional (18,6%), registou uma taxa de crescimento nominal do PIB de 1,1% em 2010, acompanhando a recuperação económica a nível nacional. O PIB per capita (13,5 mil €) corresponde a 83,3% da média nacional. Embora seja a 3ª região do país com maior nº de população com idade superior a 45 anos apresenta uma taxa de actividade entre a população com 15 e mais anos de 62%, que é superior à média nacional (61,3%). A taxa de emprego corresponde a 55,6% da sua

população activa, na mesma faixa etária, que se distribui maioritariamente pelos sectores secundário e dos serviços, contribuindo assim para que a região Centro seja a detentora da taxa de desemprego mais baixa a nível regional (10,3%). No período 2006-2010 a produtividade aparente do trabalho desta região tem vindo a aumentar e, no último ano, o crescimento rondou os 3%. Importa ainda destacar que a região Centro apresenta uma balança comercial superavitária e foi responsável por cerca de 20% das exportações nacionais, com grande predomínio dos produtos industriais (máquinas e aparelhos e material de transporte).

Dados Gerais

Área:	28.199 km ² (30,6% do Continente)
População total (2011):	2.374,4 milhares habitantes
Principais cidades	Coimbra e Aveiro
Sub-regiões	Baixo Mondego, Baixo Vouga, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Dão-Lafões; Médio Tejo, Oeste, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Pinhal Litoral, Serra da Estrela
Concelhos	100 (25,2% do total)
Características geomorfológicas	Relevo aplanado junto ao litoral; Relevo rochoso no interior (xisto, granito, volfrâmio).
Flora	É uma das regiões mais ricas em floresta, destacando-se a oliveira.
Paisagem predominante	Paisagem diversificada e com contrastes entre as praias no litoral e as serras; uma das regiões mais ricas em beleza arquitectónica
Sector industrial (principais indústrias)	Indústria química, componentes auto, moldes, celulose e papel, têxteis (lanifícios), cerâmicas, agro-alimentares (lactínios, azeite, carnes), vitivinicultura, indústrias extractivas (ouro, chumbo, volfrâmio e estanho).
Nº de empresas exportadoras (2010)	3.843 (21,6% do total)



Vista parcial da Aldeia do Piódão

©Antonio Sacchetti

Principais Indicadores Económicos

	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010
Produto interno bruto (PIB) (a)	Milhões €	30.333	31.746	31.677	31.362	32.161
PIB per capita (a)	Milhares €	12,7	13,3	13,3	13,2	13,5
Emprego	Milhares indivíduos	1.286,6	1.294,5	1.292,7	1.255,1	1.242,8
Produtividade (VAB/Emprego)	Milhares €	20,3	21,2	21,3	22,1	22,6
Exportações de bens	Milhões €	7.422	7.915	7.630	6.486	7.434
Importações de bens	Milhões €	6.971	7.051	7.059	5.377	5.982

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais e Estatísticas do Emprego - 2010
Notas: (a) Preços correntes

Lisboa

A Região de Lisboa, devido sobretudo à importância e peso económico da sub-região Grande Lisboa no cômputo nacional, assume a liderança em quase todos os indicadores económicos regionais. Encontra-se em 1º lugar na repartição do PIB nacional (contributo de 37,3%) e na produtividade aparente do trabalho (45 milhares de euros face a 30,3 milhares de euros de média nacional). Também no que se refere ao rendimento per capita, Lisboa, a par da Madeira, supera a média da UE27 (índice 113) e é

responsável por 25% do emprego e 37% do VAB nacional. É igualmente uma região com uma forte componente exportadora (2º lugar a seguir ao Norte), tendo sido responsável por 30% do total das exportações portuguesas, com particular destaque para os produtos minerais, material de transporte, maquinaria e material eléctrico e produtos químicos. É a 2ª região em nº de empresas exportadoras (só ultrapassada pelo Norte), e aquela que concentra a mão-de-obra mais qualificada, assim como o maior número de empresas de alta tecnologia.

Dados Gerais

Área:	3.002 km ² (3,2% do Continente)
População total (2011):	2.846,9 milhares habitantes
Capital	Lisboa
Sub-regiões	Grande Lisboa e Península de Setúbal
Concelhos	18 (5,8% do total nacional)
Paisagem	Existência de praias e muitas zonas verdes.
Rios principais	Tejo e Sado
Sector agrícola (actividades agrícolas predominantes)	Possui terrenos muito férteis nas áreas circundantes aos rios. Principais culturas: cereais, fruta, vinha e produtos hortícolas.
Sector industrial (principais indústrias)	Esta região congrega muitas empresas de dimensão média e grande na indústria transformadora. Por exemplo: petroquímica, estaleiros navais, siderurgia, automóvel, têxteis, extracção de sal, exploração de pedreiras, actividades ligadas à pesca e vinho.
Nº de empresas exportadoras (2010)	5.919 (33,3% do total)
Serviços	Nesta região concentra-se grande parte das actividades de serviços, sendo o sector do turismo uma actividade importante.



Praça do Comércio e Terreiro do Paço
- Arco da Rua Augusta

© José Manuel

Principais Indicadores Económicos

	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010
Produto interno bruto (PIB) (a)	Milhões €	59.470	62.668	63.880	62.911	64.313
PIB per capita (a)	Milhares €	21,4	22,4	22,7	22,3	22,7
Emprego	Milhares indivíduos	1.295,4	1.305,6	1.327,5	1.285,6	1.251,8
Produtividade (VAB/Emprego)	Milhares €	39,5	41,4	41,8	43,2	45,0
Exportações de bens	Milhões €	7.527	10.528	11.771	9.437	11.019
Importações de bens	Milhões €	21.591	31.946	35.724	29.321	32.086


Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais e Estatísticas do Emprego - 2010
Notas: (a) Preços correntes

Alentejo

A Região do Alentejo é caracterizada pela existência de núcleos distanciados, mas pouco populosos, apesar de haver um grande número de emigrações e migrações. O perfil económico da região tem vindo a alterar-se nos últimos anos, muito por força de dois grandes projectos com enormes implicações na estrutura económica do Alentejo: no interior o Alqueva e no litoral a zona industrial e o porto de Sines. Esta alteração tem vindo a contribuir para que esta região, tanto em termos de PIB per capita como de produtividade, registe valores já bastante próximos da média nacional. Com uma taxa de emprego de 50,6% em 2011, o Alentejo viu o emprego aumentar cerca de 9% face ao ano anterior. Também ao nível da repartição regional do VAB por sector de actividade o Alentejo é responsável por 26% do VAB agrícola, logo a seguir à região Centro.

As sub-regiões mais dinâmicas são o Alentejo Litoral (PIB per capita superior à média nacional) e Lezíria do Tejo (assume 33% do emprego e 31% do VAB na região). Exportou em 2010 mais de 2 mil milhões de euros (6% do total nacional), especialmente minérios, químicos, plásticos e borrachas, máquinas e aparelhos eléctricos e produtos alimentares. Refira-se que o projecto multidisciplinar de Alqueva veio dar outra dinâmica ao interior do Alentejo. Diversas infra-estruturas do Sistema Global do Alqueva encontram-se já construídas e muitas outras em fase avançada de projecto. Hoje, está a tornar-se num dos destinos turísticos de excelência. A plataforma logística de Sines e o seu Porto (líder nacional na quantidade de mercadorias movimentadas) assumem uma importância fundamental na dinâmica económica e empresarial da região.

Dados Gerais

Área:	31.605 km ² (34,3% do Continente)	
População total (2011):	747,3 milhares habitantes	
Principais cidades	Évora e Beja	
Sub-regiões	Alentejo Central, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo	
Concelhos	58 (18,8% do total nacional)	
Características geomorfológicas	Existência de planícies, à excepção do norte e leste que é constituído por zonas montanhosas de pouca altitude (Serras de São Mamede e de Marvão).	
Clima	Quente e seco (diferente do resto do território português), devido à fraca precipitação.	
Flora	Sobretudo oliveiras, sobreiros, azinheiras e pinheiros.	
Subsolo	Cobre, enxofre, mármore e pirite.	
Sector agrícola (actividades agrícolas predominantes)	Trigo, cevada, aveia e girassol; Criação de suínos, ovinos e espécies equinas.	
Sector industrial (principais actividades industriais)	Indústria petroquímica, componentes auto e componentes electrónicos, indústria de mármore, vitivinicultura, agro-alimentares (carnes e azeites).	
Nº de empresas exportadoras (2010)	827 (4,7% do total)	
Grandes projectos a nível regional	Barragem do Alqueva - maior barragem de Portugal e da Europa, situada no rio Guadiana, no Alentejo interior, perto da fronteira espanhola. Porto de Sines – plataforma de conectividade portuária e industrial, de serviços de logística internacional e de energia; Aeroporto de Beja.	

Principais Indicadores Económicos

	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010
Produto interno bruto (PIB) (a)	Milhões €	10.929	11.313	11.265	10.798	11.027
PIB per capita (a)	Milhares €	14,3	14,8	14,8	14,3	14,7
Emprego	Milhares indivíduos	345,7	342,8	333,2	328,9	327,1
Produtividade (VAB/Emprego)	Milhares €	27,2	28,5	29,4	29,0	29,5
Exportações de bens	Milhões €	3.739	2.354	2.226	1.680	2.165
Importações de bens	Milhões €	7.838	2.160	2.041	1.668	2.000


Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais e Estatísticas do Emprego - 2010
Notas: (a) Preços correntes

Algarve

O Algarve é a região mais meridional de Portugal Continental e conhecido como um dos principais destinos turísticos de Portugal, com uma oferta diversificada e de qualidade. Neste contexto, o sector dos serviços (representa 81% do VAB e absorve 77 % do total da população empregada da região em 2010) domina a economia regional, com o turismo, a assumir-se como a componente estratégica da economia do Algarve.

Em 2011 o Algarve registou 14 milhões de dormidas totais (+6,2% do que em 2010) e foi a região que em todo o país gerou maiores proveitos totais - receitas no valor de 574 milhões de euros. No mesmo ano chegaram ao Aeroporto de Faro, 2,8 milhões de passageiros (+7% do que em 2010). O relevo deste sub-sector também contribui para que esta região, tanto em termos de PIB per capita (índice 104,9) como de produtividade aparente do trabalho (33,4 milhares €), registe valores acima da média nacional.

Dados Gerais

Área:	4.997 km ² (5,4% do Continente)	 © José Manuel
População total (2011):	438,4 milhares habitantes	
Capital	Faro	
Municípios (16)	Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.	
Características geomorfológicas	Planície no litoral; relevo mais para o interior. O ponto mais alto situa-se na Serra de Monchique.	
Rios principais	Guadiana, que faz fronteira com Espanha.	
Flora	Tipicamente caracterizada pelas amendoeiras, as figueiras da Índia, a flor de cardo, as flores de rosmaninho, as azinheiras, os sobreiros, as oliveiras e as alfarrobeiras.	
Sector agrícola (actividades predominantes)	Milho e trigo. Os produtos agrícolas tradicionais, dignos de nota, são os frutos secos (figos, amêndoas e alfarrobas), aguardente de medronho e cortiça. Na pecuária predomina o gado asinino.	
Sector industrial (principais actividades)	Aquacultura, floresta (cortiça e alfarroba), mármore e brechas, cerâmica decorativa, artigos em cobre e madeira, agro-alimentares (produtos biológicos), indústria pesqueira (conservas).	
Nº de empresas exportadoras (2010)	266 (1,5% do total)	
Serviços	Turismo. A região dispõe de belíssimas praias e paisagens naturais.	

Principais Indicadores Económicos

	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010
Produto interno bruto (PIB) (a)	Milhões €	7.102	7.542	7.642	7.241	7.381
PIB per capita (a)	Milhares €	17,0	17,8	17,9	16,8	17,0
Emprego	Milhares indivíduos	201,7	202,4	203,1	200,0	193,5
Produtividade (VAB/Emprego)	Milhares €	30,3	32,2	32,7	32	33,4
Exportações de bens	Milhões €	187	128	121	88	90
Importações de bens	Milhões €	369	299	281	214	187

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais e Estatísticas do Emprego - 2010
Notas: (a) Preços correntes


Açores

Região Autónoma dos Açores é considerada a fronteira ocidental da União Europeia. Com o PIB a atingir os 3,7 mil milhões de euros (+52% face a 2000, em termos nominais) e um PIB per capita próximo da média nacional, os Açores detêm a maior percentagem de jovens entre 15-24 anos (14,3%) e a mais baixa de idosos (12,7%) a nível nacional. Apesar da reduzida dimensão da sua economia (2,2% do VAB nacional), apresentam um índice de produtividade (29,6 milhares de euros) próximo da média do país (30,3 milhares

de euros). Numa óptica de diversificação do sector agrícola são hoje a 2ª maior região europeia na produção de prúteas para exportação, planta ornamental cultivada em sete ilhas do arquipélago.

Está repleto de belezas naturais que o tornam muito vocacionado para a actividade turística (mais de um milhão de dormidas em 2011, sendo 54% estrangeiros), considerada estratégica para o desenvolvimento da região. O sector dos serviços representa 75,3% do VAB e 64,9% do emprego da região.

Dados Gerais

Área	2.322 km ²	 <p>Ilha do Pico</p>
População total (2011):	246,1 milhares habitantes	
Capital	Ponta Delgada	
Outras cidades importantes	Horta e Angra do Heroísmo	
Composição do arquipélago	Nove ilhas e alguns ilhéus inabitados (as Formigas). Ilhas do Grupo Oriental: Sta. Maria e S. Miguel. Grupo Central: Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico e Faial. Grupo Ocidental: Flores e Corvo.	
Características geomorfológicas	Origem vulcânica, excepto Sta. Maria. Ainda se mantém o vulcanismo activo na ilha de S. Miguel.	
Flora	Composta por cerca de 56 espécies indígenas, a vegetação endémica dos Açores é uma das mais interessantes da Europa. Destaca-se o cedro-do-mato, o azevinho, o folhado, as típicas queiró e urze, etc.	
Fauna	Aves migratórias, cão de fila de S. Miguel e espécies piscícolas com interesse para a pesca desportiva.	
Sector agrícola e pesqueiro (principais actividades)	Milho, batata-doce, trigo e inhame. Criação de gado. Actividade piscatória (com destaque para a pesca de tunídeos) e a tradicional pesca à baleia.	
Sector industrial (principais actividades)	Para além das indústrias ligadas aos sectores agrícola (destacando-se os lacticínios e derivados) e pesca, existem algumas outras pequenas indústrias transformadoras.	
Nº de empresas exportadoras (2010)	69	
Serviços	Turismo	

Principais Indicadores Económicos

	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010
Produto interno bruto (PIB) (a)	Milhões €	3.390	3.549	3.689	3.650	3.728
PIB per capita (a)	Milhares €	14	14,6	15,1	14,9	15,2
Emprego	Milhares indivíduos	107,5	107,3	111,2	112,2	110,3
Produtividade (VAB/Emprego)	Milhares €	27,1	28,6	28,8	28,7	29,6
Exportações de bens	Milhões €	24	41	47	84	75
Importações de bens	Milhões €	123	79	87	125	150

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais e Estatísticas do Emprego - 2010
Notas: (a) Preços correntes

Madeira

A economia da Região Autónoma da Madeira assenta fundamentalmente no sector terciário (84% do VAB regional), constituindo o turismo a maior fonte de receitas. No sector agrícola importa destacar a produção de banana para consumo regional e nacional, as flores e o conhecido Vinho da Madeira. No sector industrial, que contribui com cerca de 14% do VAB, coexistem actividades de carácter artesanal viradas para a exportação como os bordados, tapeçarias e artigos de vime, com outras, sobretudo orientadas para o mercado regional como as

moagens, produtos de panificação e pastelaria, lacticínios, cerveja, tabaco e vinho. Nos últimos anos assistiu-se a um desenvolvimento acelerado ao nível das infra-estruturas, designadamente na área das acessibilidades, da rede escolar e saúde, que se traduz em melhores condições para agentes económicos e população em geral. Saliente-se ainda que o dinamismo que a economia regional revela (PIB per capita superior à média nacional - índice 130,2) tem permitido a absorção de grande parte da população activa, factor que contribuiu para uma taxa de desemprego de 7,4%, a 2ª mais baixa a seguir aos Açores.

Dados Gerais

Área	801 km ²
População total (2011):	247,7 milhares habitantes
Capital	Funchal
Situação geográfica	Arquipélago no oceano Atlântico a 978 km a sudoeste de Lisboa e a cerca de 700 km da costa africana.
Composição do arquipélago	Ilha da Madeira, ilha de Porto Santo, ilhas Desertas e ilhas Selvagens. Estas duas últimas não são habitadas, constituindo reservas naturais.
Características geomorfológicas	Origem vulcânica.
Flora	A floresta indígena da Madeira, a Laurissilva, é um património valioso, por ser uma das mais raras florestas do planeta. Existem ainda outras plantas e árvores e, de igual modo, as flores (orquídeas).
Sector agrícola (actividades predominantes)	Nas terras de baixa altitude, junto ao mar: banana, anona, manga, cana-de-açúcar e maracujá. No nível intermédio: batata, feijão, trigo, milho e árvores de fruta mediterrânicas (figueira, nespereira). Nas altitudes mais elevadas: pastos, pinhais, e bosques. Na pecuária, salienta-se o gado ovino e caprino e menor presença do bovino. Na pesca recorre-se a métodos artesanais: atum e peixe-espada.
Sector industrial (principais indústrias)	Actividades de carácter artesanal: bordados, tapeçaria e artigos de vime. Pequenas indústrias orientadas para consumo local: massas alimentícias, lacticínios, produção de cana-de-açúcar.
Nº de empresas exportadoras (2010)	131
Serviços	Turismo



Vista da cidade do Funchal

©Paulo Magalhães

Principais Indicadores Económicos

	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010
Produto interno bruto (PIB) (a)	Milhões €	4.946	5.047	5.280	5.140	5.224
PIB per capita (a)	Milhares €	20,2	20,5	21,4	20,8	21,1
Emprego	Milhares indivíduos	117,3	116,5	118,5	118,7	119,8
Produtividade (VAB/Emprego)	Milhares €	36,3	37,4	38,7	38,2	38,2
Exportações de bens	Milhões €	45	42	65	60	55
Importações de bens	Milhões €	130	101	115	150	136

Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais e Estatísticas do Emprego - 2010
Notas: (a) Preços correntes

9. Enquadramento Económico Regional – Portugal e a União Europeia

O percurso que Portugal foi fazendo, primeiro na EFTA, entre 1960 e 1985, e depois na Comunidade Europeia, a partir de 1986, foi influenciando naturalmente a sua performance económica. Enquanto que o “efeito” EFTA se evidenciou num maior crescimento do comércio de Portugal com os demais países membros, o “efeito” CEE introduziu factos novos, com consequências particularmente significativas a nível económico, como a entrada no “mercado único”, a liberalização do comércio, a união aduaneira e monetária e ainda e a abertura com Espanha, que se tornou, em poucos anos, o nosso principal parceiro comercial.

Portugal tem ainda fortes laços culturais com os países que integram a Comunidade de Língua Portuguesa - CPLP e tem tentado ao longo dos anos transformar esses laços numa maior cooperação política e económica com os vários países que a constituem, sendo de destacar pela importância e peso da actual presença portuguesa, os mercados do Brasil, Angola e Moçambique.

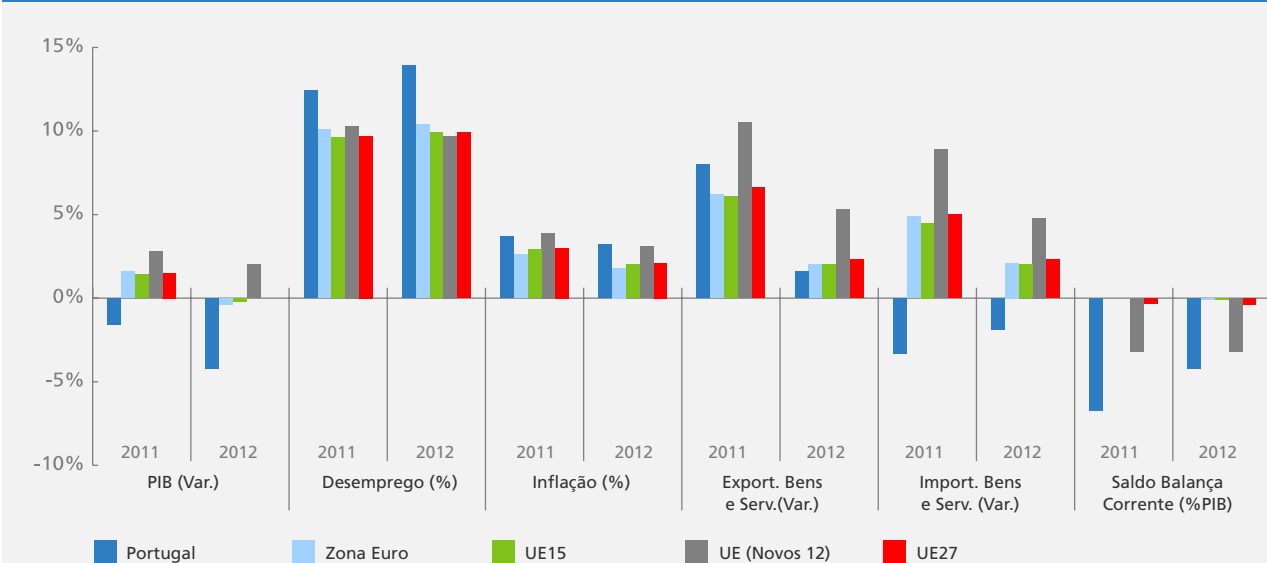
A política externa de Portugal continuará ainda a pautar-se pela manutenção de um relacionamento estreito com os países do Atlântico Norte, principalmente com os EUA, em grande medida fruto da sua presença na NATO, assim como pelo estreitamento do relacionamento económico com os principais mercados emergentes como a Rússia, China e Índia.

No seio da União Europeia, Portugal pode caracterizar-se como uma economia de média dimensão, e que nos últimos anos desenvolveu todos os esforços no sentido da convergência económica com os países da União.

Todavia, a crise internacional que se desencadeou em 2007, com impacto a nível mundial, veio alterar as metas definidas e adiar a possibilidade de uma maior aproximação de Portugal aos países do espaço em que se insere.

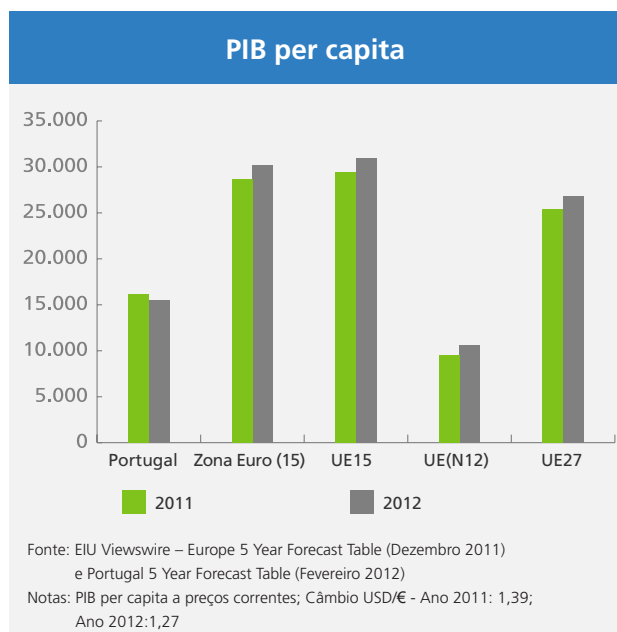
Para podermos ter uma visão global da evolução desse posicionamento em 2011 e 2012, no contexto da UE e Zona Euro, apresentamos um gráfico com um conjunto de variáveis em termos económicos, publicadas pelo Economist Intelligence Unit.

Evolução de alguns Indicadores Económicos no Espaço Europeu



Fonte: EIU Viewswire – Europe 5 Year Forecast Table (20 Dezembro 2011); Portugal 5 Year Forecast Table (15 Fevereiro 2012)

Notas: Ano 2011 – Estimativas; Ano 2012 – Previsões; Exportações e Importações de Bens e Serviços incluem trocas intra-regionais; Zona Euro (15) inclui: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal; UE15 inclui: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Suécia, Reino Unido e Portugal; UE12 inclui Bulgária, Chipre, Estónia, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, R. Checa e Roménia (os dados de Malta não estão incluídos)



De acordo com o EIU, nos anos mais próximos o ambiente macroeconómico na Europa manter-se-á consideravelmente mais volátil do que nas últimas duas décadas, atendendo à extrema fragilidade do mercado financeiro e à necessidade de ajustamento e consolidação das finanças públicas por parte de algumas das principais economias da região.

Os níveis da dívida em alguns dos países periféricos continuam consideravelmente altos, embora alguns deles, incluindo Portugal, se encontrem a cumprir Programas de Ajustamento Económico e Financeiro. Por outro lado, as previsões do EIU apontam para uma situação de estagnação da economia europeia em 2012, com desaceleração das trocas comerciais decorrente de uma contracção do consumo e redução das importações, situação que não favorece Portugal, atendendo ao peso ainda significativo do espaço europeu no seu relacionamento económico com o exterior.

O mercado de trabalho a nível europeu também sofreu uma forte deterioração. As taxas médias de desemprego são historicamente altas, e embora as previsões apontem para uma recuperação do emprego, esta será necessariamente lenta e a ritmos diferentes.

É expectável que o PIB europeu cresça, em média, 1,5% no período 2013-2016, o que significa que estará 1 pp. abaixo

da média dos anos que precederam o estalar da crise financeira em 2008-2009. Por outro lado, este crescimento será desigual, ou seja, enquanto alguns países vão ter capacidade de recuperar rapidamente os níveis atingidos antes da crise, outros terão pela frente longos períodos de ajustamento.

10. Comércio

De acordo com o Relatório das Nações Unidas – “World Economic Situation and Prospects, 2012”, a recuperação do comércio mundial, iniciada em 2010, ano em que se assistiu à mais forte e rápida recuperação em termos anuais, desde 1950, com um crescimento recorde de 14% nas exportações e 13,5% nas importações (dados WTO – World Trade Organization), abrandou em 2011, registando-se uma quebra de 6,6%.

Os países em desenvolvimento foram mais resilientes à crise internacional e dessa forma a sua importância no comércio mundial continua a aumentar. Entre 1995 e 2010, a sua quota no comércio mundial em volume subiu de 28,5% para 41,2%. Em 2011, lideraram a recuperação da procura externa, devido, em grande medida, ao seu desenvolvimento industrial, contribuindo assim com metade para o crescimento das importações mundiais, comparando com 43% em média, nos três anos anteriores à crise financeira internacional. Entre 1995 e 2011, o comércio entre os países do Sul, aumentou, em termos médios anuais a uma taxa de 13,7%, bastante acima da média de crescimento do comércio mundial, que foi de 8,7%, no mesmo período.

A WTO, em Setembro de 2011, também reviu em baixa as previsões de crescimento do comércio mundial, para o ano de 2011. Segundo esta fonte, as exportações mundiais, em volume terão crescido 5,8%, em vez dos 6,5% constantes das suas previsões de Abril do mesmo ano. Os países em desenvolvimento cresceram 8,5% enquanto as economias avançadas viram as exportações aumentar apenas 3,7%. Em 2012 e 2013, o comércio mundial continuará a manter um ritmo de crescimento lento (4,4% e 5,7%,

respectivamente). A desaceleração do crescimento nas economias mais desenvolvidas continuará a ser o principal responsável para este abrandamento.

10.1 Evolução da balança comercial

A balança comercial portuguesa de bens e serviços⁴² é tradicionalmente deficitária. Todavia, a partir de 2008 observa-se uma redução do saldo negativo, que em 2011 caiu para metade face ao ano anterior.

A taxa de cobertura das importações pelas exportações situou-se nos 92% em 2011, o que significa um aumento de 9 pontos percentuais (p.p.) face a igual período do ano anterior (83%).

O défice comercial diminuiu 53%, com as importações a aumentarem 1,9%.

No quinquénio 2007-2011, as exportações de bens e serviços, em termos nominais, registaram uma taxa média de crescimento anual de 3,5%, sendo que, em termos anuais, as maiores variações positivas aconteceram nos dois últimos anos (+12,7% e +13,3%, respectivamente).

Em 2011, as exportações de bens e serviços aumentaram em termos homólogos, 13,3% em valor, com a componente de bens (69% das exportações totais) a ser aquela que mais contribuiu para esse crescimento (15,4%). As exportações de serviços, por seu lado, observaram uma taxa de variação real de 9% em valor, no último ano.

Nas importações de bens e serviços, a taxa média de crescimento anual em valor, no período 2007-2011 foi de 1,9% e o ano de 2009 foi o que registou a maior quebra no quinquénio (-18,1%).

Em 2011 as importações de bens e serviços aumentaram, em termos homólogos, 1,9% em valor. Os serviços foram a componente que mais contribuiu para o seu crescimento (5% em valor), enquanto as importações de bens subiram apenas 1,2% em termos nominais, face a 2010. Da conjugação das duas componentes resultou uma contribuição positiva da procura externa líquida para o crescimento nominal do PIB de 3,3% em 2011.

Apesar de ser esperado um abrandamento no seu ritmo de crescimento, o Banco de Portugal estima um contributo líquido das exportações para o PIB em 2012 e 2013 de 3,1% e 1,6%, respectivamente.

42 Balança de Pagamentos (Banco de Portugal)

Balança Comercial Portuguesa (bens)

	2007	2008	2009	2010	2011	TMVA
Exportações	38.525	39.201	32.021	36.889	42.570	3,51
Importações	57.731	62.186	49.815	55.084	55.760	-0,09
Saldo	-19.206	-22.985	-17.794	-18.195	-13.190	
Coef. de cobertura (%)	66,7%	63,0%	64,3%	67,0%	76,3%	

Unidade: Milhões de euros (preços correntes)
Fonte: Banco de Portugal (Balança de Pagamentos)
Nota: TMVA – Média aritmética das taxas de variação anual

Balança Comercial Portuguesa (serviços)

	2007	2008	2009	2010	2011	TMVA
Exportações	16.961	17.865	16.318	17.578	19.157	3,34
Importações	10.428	11.263	10.333	10.866	11.413	2,49
Saldo	6.533	6.602	5.985	6.712	7.744	
Coef. de cobertura (%)	162,6%	158,6%	157,9%	161,8%	167,9%	

Unidade: Milhões de euros (preços correntes)
Fonte: Banco de Portugal (Balança de Pagamentos)
Nota: TMVA – Média aritmética das taxas de variação anual

10.2 Principais parceiros comerciais⁴³

Os países da UE continuam a ter um peso bastante significativo enquanto parceiros comerciais de Portugal. Em 2011, este agrupamento representou 74% das exportações portuguesas de bens (contributo de 10,4 p.p. para o crescimento global de 15%) e 73% das importações. Consequentemente, os principais clientes e fornecedores de Portugal são parceiros da UE, destacando-se, no mesmo ano, enquanto clientes, a Espanha (24,8%), a Alemanha (13,6%), a França (12,0%) e o Reino Unido (5,1%), e enquanto fornecedores a Espanha (31,6%), a Alemanha (12,4%), a França (6,8%) e a Itália (5,4%). Verifica-se, contudo, uma diminuição gradual do peso da UE nas exportações (em 2006 representava 78% das exportações), que já se reflecte na lista dos principais mercados clientes de Portugal, com Angola na 4ª posição (5,5%), os EUA em 8º (3,5%) e o Brasil em 10º (1,4%), em 2011. No seu conjunto, os Países Terceiros registaram uma participação nas exportações globais de 25,9%, contribuindo com 4,9 p.p. para o crescimento total.

A África Lusófona mantém-se um importante parceiro para Portugal, sendo notório o aumento do interesse das

empresas portuguesas por aqueles mercados. Os PALOP representaram 6,9% do total exportado por Portugal em 2011 (crescimento de 21% em termos homólogos), o que corresponde a níveis significativos nas importações desses países, com especial destaque para Angola (4º cliente), onde Portugal assume a liderança como fornecedor. Nas importações de Portugal o peso dos PALOP é ainda pouco significativo (2,1% do total), embora tenha mais que duplicado face a 2010, devido ao contributo das compras a Angola (subida de 109% em 2011).

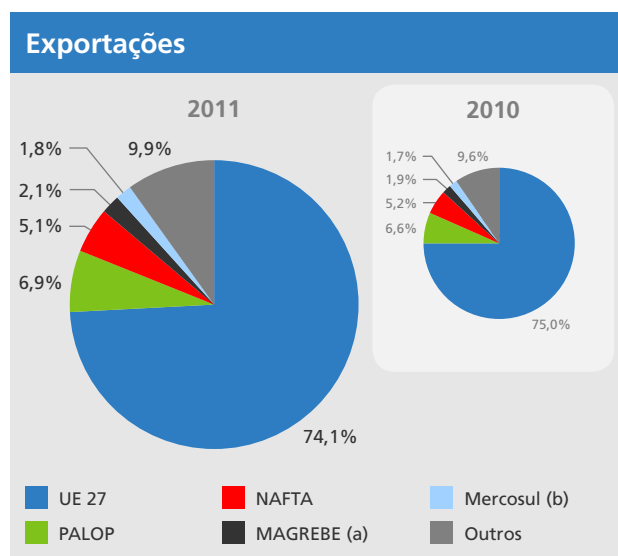
A quota dos países NAFTA traduziu-se em 5,1% das exportações (crescimento de 14% face a 2010) e 2,7% das importações em 2011. Os EUA mantêm o 8º lugar no ranking de clientes de Portugal, e as vendas portuguesas com destino a este mercado registaram um aumento de 13,3% em 2011.

Os países do MAGREBE⁴⁴ também têm aumentado a sua participação no comércio português, principalmente mercê da influência de dois países: Marrocos no que respeita às exportações (15º cliente) e Argélia em ambos os fluxos (15º fornecedor e 17º cliente) devido, no primeiro caso, ao peso das compras de gás natural. Nos últimos 5 anos,

43 INE – Instituto Nacional de Estatística – Dados preliminares

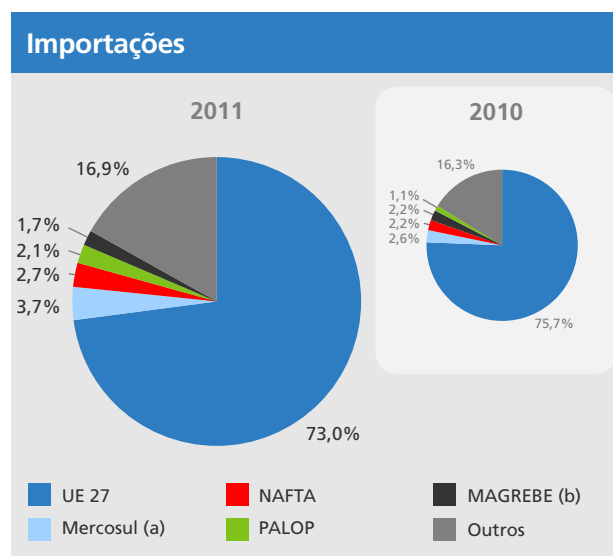
44 Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Mauritânia

Distribuição Geográfica do Comércio Internacional Português



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Resultados preliminares)

Nota: (a) Inclui: Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia (b) Inclui membros associados



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Resultados preliminares)

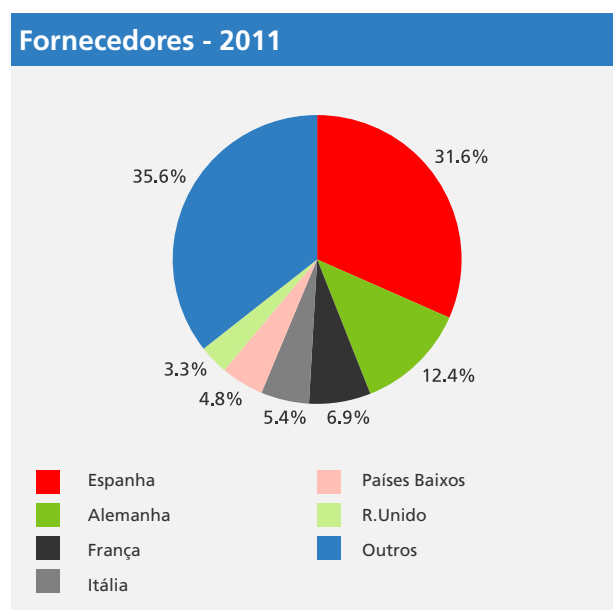
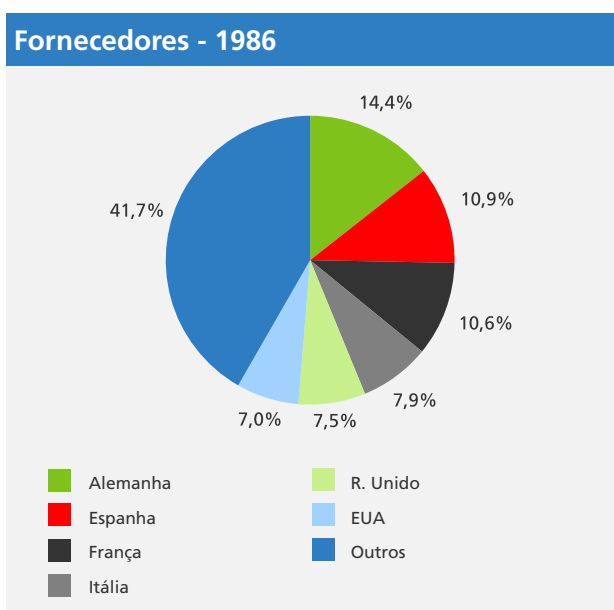
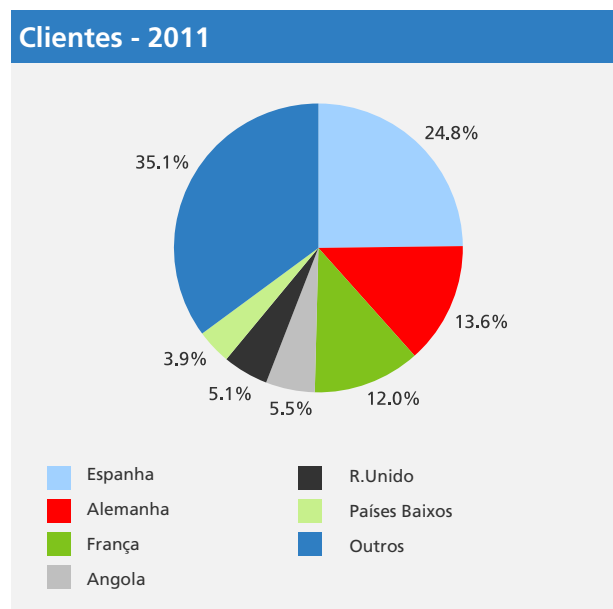
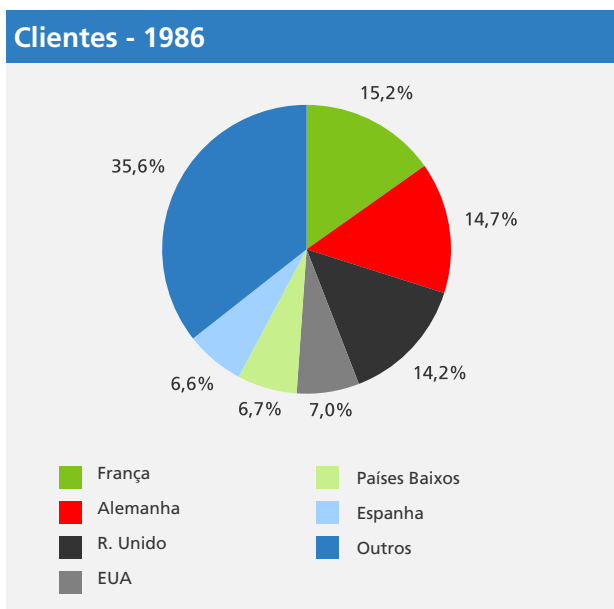
Nota: (a) Inclui membros associados; (b) Inclui: Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia

as vendas portuguesas para o MAGREBE registaram uma taxa média de crescimento anual de 27,2%.

As exportações para a América Latina, em particular para os países parceiros e associados do MERCOSUL, também têm vindo a subir gradualmente de interesse para Portugal correspondendo já a 1,8% das exportações globais portuguesas e 3,7% das importações, com o Brasil a assumir-se como principal parceiro, embora mais representativo enquanto país de origem das compras portuguesas por força do peso dos produtos petrolíferos.

Analisando a evolução por países e fazendo uma comparação com a situação à época da adesão de Portugal à UE, destacam-se dois aspectos: aumento do peso de Espanha enquanto parceiro comercial de Portugal (de 6,6% para 24,8% enquanto cliente e de 10,9% para 31,6%, enquanto fornecedor) e evolução no sentido de uma maior diversificação de mercados, principalmente no que diz respeito às vendas ao exterior, surgindo no ranking dos 10 principais clientes de Portugal países como Angola e Brasil, que não apareciam nesta lista em 1986, para além dos EUA que se têm mantido naquele grupo.

Principais Parceiros Comerciais de Portugal – 1986-2011



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Ano 2011 - Resultados preliminares)

Com um crescimento de 20,2% face a 2010 a Alemanha apresenta o contributo positivo mais influente para o crescimento global das exportações, seguindo-se Espanha (7,9%), França (17,2%), Angola (22%), Bélgica (28,4%), Países Baixos (18,5%), EUA (13,3%), China (67,9%) e Itália (10,9%).

10.3 Principais produtos transaccionados

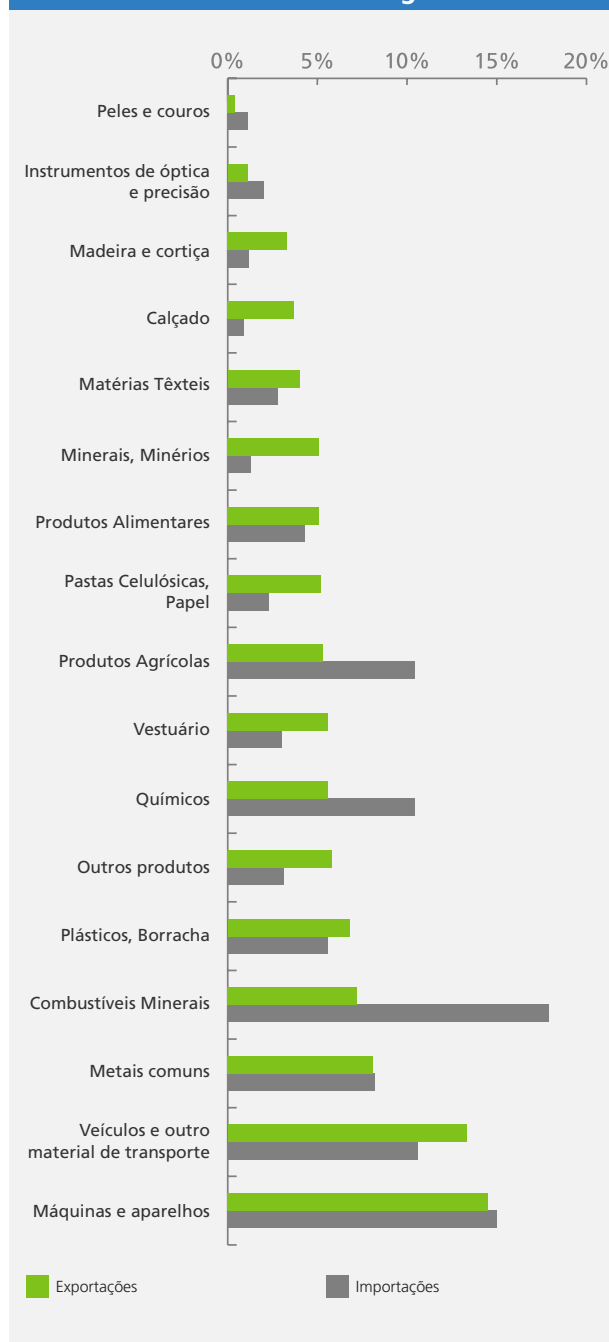
Quanto à composição por grupos de produtos, nas exportações nota-se que o seu crescimento é presentemente impulsionado mais por novos sectores do que pelos tradicionais, reflectindo os efeitos estruturais do investimento estrangeiro e o dinamismo de sectores com maior incorporação tecnológica e de maior valor acrescentado.

Em 2011, os principais grupos de produtos exportados, foram as Máquinas e Aparelhos, os Veículos e outro Material de Transporte, Metais Comuns, Combustíveis Minerais, Plásticos e Borracha e Vestuário, que no conjunto representaram 67% do total das vendas portuguesas ao exterior. Todos os grupos de produtos registaram um crescimento em 2011, mas o maior contributo em pontos percentuais para a evolução positiva das exportações foi determinado pelos Veículos, Máquinas e Aparelhos, Combustíveis, Químicos e Metais Comuns.

As máquinas e aparelhos mecânicos e eléctricos (14,5% do total) constituem o grupo mais significativo nas vendas ao exterior, em que empresas modernas e produtos certificados e de tecnologias avançadas têm crescente preponderância, destacando-se, entre outros, os moldes para a indústria de plásticos e as máquinas e aparelhos eléctricos, bem como fios e cabos eléctricos, transformadores e os circuitos integrados e microconjuntos electrónicos.

Seguem-se os veículos e outro material de transporte com 13,3% do total (12,4% no ano anterior), reflectindo a tendência de retoma na indústria automóvel, que se repercutiu nos subsectores subsidiários (componentes e acessórios para veículos), e o conjunto formado pelos

Repartição por Grupos de Produtos do Comércio Internacional Português – 2011



Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística (Resultados preliminares)

têxteis, o vestuário e o calçado (13,3% do total), que são as exportações portuguesas mais relevantes do conjunto dos produtos designados “tradicionais”, embora apresentem uma clara tendência de aumento do valor acrescentado, fruto do investimento prosseguido em tecnologia e qualidade e “design”. Deste último grupo importa destacar a boa performance do sector do calçado, com um crescimento de 15,5% em 2011.

O grupo da madeira, cortiça, pasta de papel e papel foi responsável por 8,5% das exportações totais, com aumento em termos absolutos de 237 milhões de euros, mas significativo no caso da madeira e cortiça, face a 2010. Portugal mantém a liderança no mercado da cortiça, com uma quota superior a 60% das exportações mundiais daquele produto.

Nas importações lideram os Combustíveis Minerais (17,9%), seguindo-se as Máquinas e Aparelhos (15%), Veículos e Material de Transporte (10,6%), Produtos Agrícolas (10,4%) e Produtos Químicos (10,4%) e, que no conjunto foram responsáveis por 64,3% do total das compras de Portugal ao exterior.

Mantém-se a dependência dos produtos energéticos. Em 2011, o aumento em valor foi de 23,5%, acompanhando a subida do preço do petróleo e gás natural, nos mercados internacionais.

No que refere à balança de produtos industriais transformados por grau de intensidade tecnológica, refira-se que a alta e a média alta tecnologia representaram, em 2011, 39,2% das exportações portuguesas deste tipo de produtos.

10.4 O comércio internacional⁴⁵ e as regiões

Em 2010 (dados preliminares), o Centro, Norte e Alentejo foram as únicas regiões a apresentar balanças comerciais superavitárias (taxa de cobertura de 124,3%, 121,6%, e 108,2% respectivamente).

Das três regiões que mais contribuíram para o comércio internacional (Norte, Lisboa e Centro), Lisboa registou o maior saldo negativo, com o valor das exportações a atingir cerca de 1/3 das importações, justificado pela variedade do comércio, pela importância do Porto de Lisboa enquanto receptor de mercadorias importadas e pela grande concentração de novas tecnologias, características

que contribuem para o maior peso das importações. Todavia, das três regiões assinaladas foi a que, em 2010, apresentou, em termos homólogos, o maior crescimento das vendas ao exterior (16,8%). A Madeira e os Açores, continuam a manter uma forte dependência do exterior e registaram quebras nas exportações (-8,0% e -10,7%, respectivamente).

No que se refere aos principais parceiros comerciais, a UE domina em todas as regiões do Continente tanto enquanto destino das exportações, como enquanto região de origem das importações portuguesas.

Nas exportações do Norte e Alentejo o peso dos países da UE foi superior a 80% do total. Nas restantes regiões, embora o seu peso tenha sido menor, foi sempre superior a metade do total exportado, excepto no caso da Madeira, onde absorveu apenas 42% do total. Nas importações o domínio da UE é superior. Apenas Lisboa e Açores apresentaram maior diversificação nos mercados de origem das suas compras ao exterior.

De entre os países da UE, Espanha lidera enquanto cliente e fornecedor em todas as regiões do Continente, mas com maior representatividade no Algarve e nos Açores. Fora da UE, Angola assume a 1ª posição enquanto cliente em todas as regiões, excepto nos Açores. Nos fornecedores fora da UE temos a China em 1º lugar nas regiões do Norte, Centro e Algarve, a Argélia no Alentejo, a Nigéria em Lisboa, o Brasil na Madeira e o Canadá nos Açores.

No que se refere aos produtos exportados, a maquinaria e material de transporte lideram na região Centro, enquanto que em Lisboa os mais representativos são os minérios, material de transporte e maquinaria. As matérias têxteis, calçado, maquinaria e material de transporte estão em lugares cimeiros no Norte, os minérios, os químicos, a maquinaria e os produtos alimentares no Alentejo e os produtos agrícolas e pecuária no Algarve. Nos Açores e Madeira, a pecuária e a indústria alimentar estão bem posicionados, somando-se a estes os minérios nos Açores e os produtos químicos na Madeira.

45 Valores declarados

11. Investimento

Apesar do abrandamento económico mundial, os fluxos de investimento aumentaram 17%⁴⁶ em 2011, em termos homólogos, atingindo 1.509 mil milhões de USD, ou seja, valores próximos dos alcançados antes do início da crise financeira internacional.

Os fluxos de investimento aumentaram em todos os grupos económicos: países desenvolvidos, em desenvolvimento e em transição, embora estes 2 últimos grupos tenham representado cerca de ½ dos fluxos globais e tenham sido o destino de 755 mil milhões de USD, um valor recorde, relacionado com investimentos de raiz (greenfield investments). Os países do Sul, Este e Sudeste Asiático (aumento de 11%) foram substituídos na liderança pelos países da América Latina e Caribe (subida de 35%) e pelas economias em transição (31%). Ao contrário, África, a região onde se concentra o maior nº de países menos desenvolvidos, continua a perder terreno.

Em Portugal, em valores acumulados, Espanha e Alemanha lideram, com o primeiro a concentrar os seus investimentos na área financeira e o segundo no sector industrial, nomeadamente o sector automóvel e componentes e máquinas e equipamentos mas, nos últimos anos, tem existido um esforço de diversificação dos mercados de origem, como é o caso de Angola (Sonangol), do Brasil (Embraer) e mesmo dos EUA (Cisco e Microsoft), países onde já existem importantes investimentos de empresas portuguesas.

Também ao nível dos sectores de aposta se têm observado alterações nos fluxos do investimento internacional. Indústrias como a eléctrica e electrónica, máquinas e equipamentos, química e componentes para o sector automóvel têm vindo a demonstrar menor capacidade de captação de investimento estrangeiro, ao contrário de áreas como a energia, os serviços em geral e, nomeadamente, as TIC e I&D.

Com estas novas opções surgem igualmente mudanças na estrutura e impacto dos mesmos: são projectos de menor dimensão e geradores de poucos postos de trabalho.

11.1 Evolução do investimento directo estrangeiro em Portugal

O investimento directo estrangeiro (IDE) em Portugal no quinquénio em análise situou-se entre os 30 e os 40 mil milhões de euros em termos brutos.

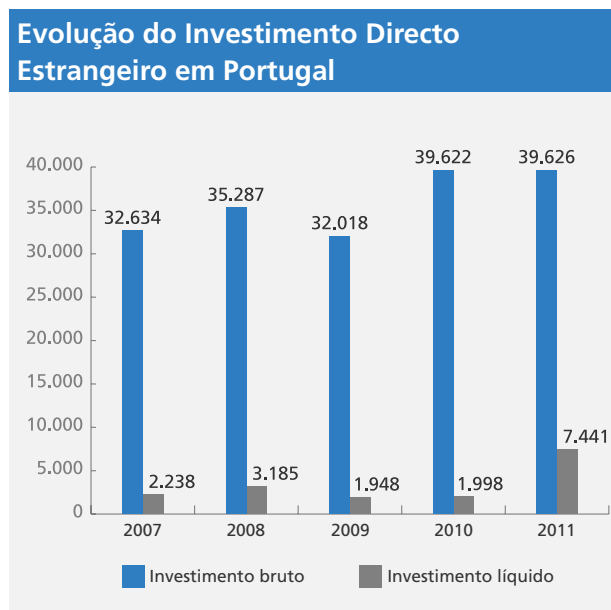
Em 2011 o IDE bruto atingiu um montante total de 39,6 mil milhões de Euros, o que significou um crescimento a rondar os 20%, se compararmos com os valores registados há 5 anos, e mais de 80% se recuarmos 10 anos.

Em termos líquidos, depois de uma evolução menos favorável em 2009 e 2010, o IDE totalizou 7,4 mil milhões de euros em 2011, o que significou um aumento de 272,5% em termos homólogos.

No final de 2011, o stock de IDE em Portugal ascendia a 84,3 mil milhões de euros, um acréscimo de 0,8% relativamente ao total de IDE acumulado em Dezembro de 2010.

11.1.1 Principais países investidores

A UE mantém-se como principal origem de capital estrangeiro, com 90,6% do total do IDE bruto em 2011 e uma variação homóloga de 2,2%. Os Países Terceiros, por seu turno, representaram 9,4% do IDE bruto total e registaram uma quebra de 17% face ao ano anterior.



Fonte: Banco de Portugal, Fevereiro de 2012
Unid: Milhões de Euros

46 Estimativas UNCTAD - Global Investment Trends Monitor, Nº 8, 24 Janeiro 2012

Nos últimos anos, a Alemanha, Espanha, França, Luxemburgo, Países Baixos, Reino Unido e Suíça, têm sido os países que mais investiram em Portugal, alternando posições entre si. Em 2011, os 5 primeiros investidores (Países Baixos, Espanha, França, Reino Unido e Alemanha) representaram, em conjunto, 80,5% do total de IDE bruto. Fora da UE surgem a Suíça (6,2%) e os EUA, na 6ª e 10ª posições do ranking, respectivamente.

11.1.2 Principais sectores

Na distribuição por sectores, o Comércio por Grosso e a Retalho foi o sector que mais beneficiou com a entrada de capitais estrangeiros (38,9% do total), seguindo-se as Actividades Financeiras e de Seguros (22,3%) e a Indústria Transformadora (21%) representando, em conjunto, mais de 80% do total do IDE bruto registado neste período.

11.1.3 Projectos recentes de investimento em Portugal

Nos últimos anos, os sectores mais procurados pelos investidores estrangeiros, têm sido: o automóvel e componentes, o energético, a biotecnologia, o sector eléctrico e a electrónica, o químico, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) e o turismo.

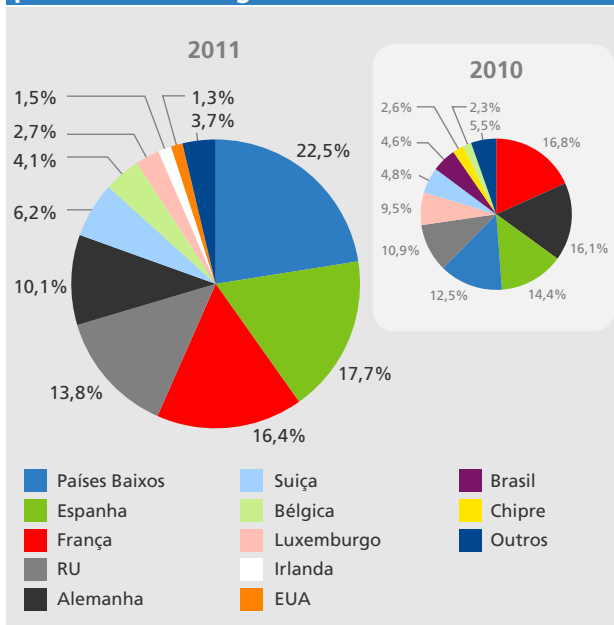
Ao nível dos projectos de investimento mais recentes e de maior impacto na economia portuguesa, importa destacar, os seguintes:

A fábrica de Palmela da Autoeuropa mantém-se na liderança do sector automóvel nacional (impacto no PIB nacional em 2011 estimado em 1,4%). A entrada no mercado chinês do modelo Sharan e o aumento das encomendas por parte da Volkswagen fizeram com que tivesse que aumentar a sua produção de veículos em 2011, de 101.284 para 133.100 unidades e contratar mais 396 trabalhadores.

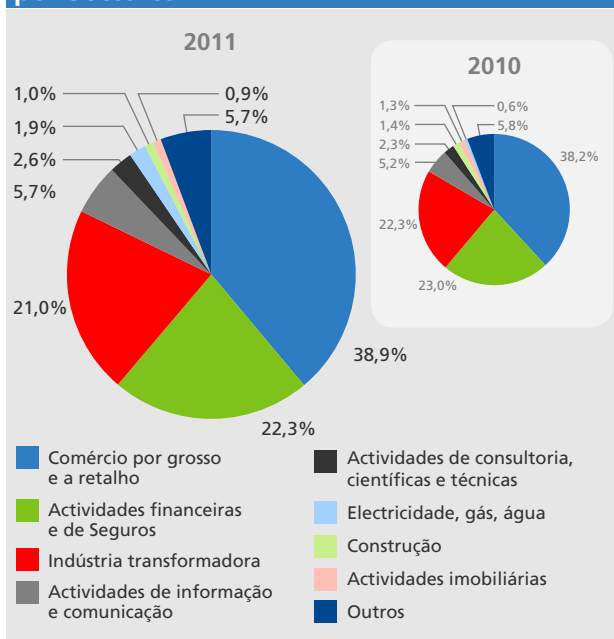
Outro projecto de significativo impacto na economia nacional e de forte componente tecnológica é o da Embraer, o terceiro maior construtor mundial de aviões e líder mundial na fabricação de jactos comerciais até 120 lugares, com um investimento de cerca de 148 milhões de euros na construção de duas fábricas (fabrico de estruturas metálicas e de materiais compósitos) em Portugal, num período de 6 anos, que irão gerar cerca de 450 empregos directos, na cidade de Évora (Alentejo). Foi já iniciada a construção estando previsto que as primeiras peças sejam produzidas ainda em 2012 e que entre em velocidade de cruzeiro em 2013.

A fábrica da Renault, em Cacia, Setúbal recebe, entre 2011 e 2013, 30 milhões de euros de investimento, sobretudo

Investimento Directo Estrangeiro em Portugal por Países de Origem ^a



Investimento Directo Estrangeiro em Portugal por Sectores ^a



Fonte: Banco de Portugal, Fevereiro 2012; Notas: (a) Investimento bruto

para o desenvolvimento de novos produtos, dentro da gama que a unidade já produz, e que na maior parte são caixas de velocidade. A facturação da fábrica aumentou 10% em 2011, em termos homólogos, ao atingir os 276 milhões de euros.

Também a unidade portuguesa da COFICAB, multinacional especializada em fios e cabos para o ramo automóvel, sediada na Guarda, vai desenvolver uma nova tecnologia para carros eléctricos, num investimento global de 6 milhões de euros. O investimento, que se prolonga até 2012, contempla, entre outros projectos, o desenvolvimento de produtos para as cablagens de carros eléctricos. A Coficab é responsável por mais de 50% de quota de mercado, na Europa, ocupando o estatuto de fornecedor global. É o principal fornecedor das maiores marcas de automóveis como Audi, Ferrari, Opel, Skoda, Volvo, Mercedes, Kia, Hyundai e SEAT.

A petrolífera espanhola REPSOL vai reforçar a sua aposta no mercado português, investindo 75,5 milhões de euros na nova área de exploração e produção de gás natural, nos próximos anos. Na manutenção da rede de distribuição, que conta com mais de 400 postos, o grupo vai investir cerca de 20 milhões de euros em 2012.

A multinacional alemã Donauer Solar Systems vai investir cerca de 10 milhões de euros numa nova unidade em Portugal, uma central fotovoltaica de 4 megawatts no Pinhal Novo. Nesta central, como uma área de 8 hectares serão instalados 18 mil painéis policristalinos, que irão fornecer energia a 2.400 habitações, prevendo-se que já esteja a funcionar em Setembro de 2012.

A Iberdrola, uma das 4 maiores empresas mundiais a operar no sector energético, vai construir em Portugal o Complexo Hidroeléctrico do Alto Tâmega, o maior projecto hídrico dos últimos 25 anos na Península Ibérica, que consiste na exploração, durante 65 anos, das barragens de Gouvães, Alto Tâmega e Daivões e vai contribuir para o desenvolvimento hidroeléctrico da Bacia do Douro prevendo-se a criação de 3.500 postos de trabalho directos e 10.000 indirectos.

Portugal é já o maior centro de operações da norte-americana CISCO na Europa. Com um investimento global de mais de 50 milhões de euros, a multinacional Cisco Systems já instalou em Portugal cinco centros de operações: Hércules, Liberty, Inside Sale Super Center, o Centro de Recrutamento e mais recentemente, um novo centro de operações de suporte de vendas, no seu complexo em Oeiras.

A multinacional chinesa Huawei, líder mundial no fornecimento de tecnologias de informação e comunicação, inaugurou um Centro Tecnológico de Suporte para dar apoio aos projectos já desenvolvidos em Portugal. Localizado no Parque das Nações (Lisboa), o novo Centro envolveu um investimento de 10 milhões de euros, que somam aos 40 milhões já investidos pela empresa no nosso país. O Centro conclui uma importante etapa na estratégia de crescimento da empresa em Portugal, fortalecendo a competência local da empresa e reforçando a sua posição no mercado nacional.

O Grupo IKEA vai continuar a apostar fortemente no mercado português, com um projecto multifases, que se estende até 2015, estando previsto um investimento global de mais de 660 milhões de euros. O projecto IKEA em Portugal inclui a instalação de unidades industriais para produção de madeira e derivados, cuja produção será destinada a exportação para a Europa e EUA, a construção de novas lojas IKEA, para além das já existentes em Alfragide, Matosinhos e Loures, e a abertura de centros comerciais Inter IKEA Centre Group.

O grupo francês Leroy Merlin, especializado em bricolage, construção, decoração e jardim prevê investir 150 milhões de euros em Portugal, até 2013, na abertura de lojas de grande dimensão, a um ritmo de uma por cada ano. A estratégia da empresa em Portugal já reflecte a criação de cerca de 1.300 novos postos de trabalho. Neste momento já dispõe de 8 lojas abertas (3 no Norte, 4 em Lisboa e 1 no Algarve (Albufeira).

A Vital Green, com capitais brasileiros, vai construir um complexo de biotecnologia avaliado em cerca de



25 milhões de euros, na zona da Soalheira (Fundão), composto por laboratórios e estufas, onde várias espécies florestais e vegetais vão ser trabalhadas a partir de 2014, com o objectivo de servir, entre outros, o sector energético e farmacêutico.

Na área do turismo destaque para o recente investimento de 82 milhões de euros no complexo turístico Martinhal Resort na Costa Vicentina (Algarve), dos empresários Chitra e Roman Stern (suíço), criadores das marcas Luxury Family Hotels e Alias Hotels.

Finalmente, refiram-se alguns exemplos de empresas que encontraram em Portugal um lugar muito atractivo para investir em centros de serviços partilhados. Esses exemplos são a Microsoft, a Siemens, a IBM, a Fujitsu, o Santander e a Solvay. Esta escolha foi devida a vários factores, entre os quais se salientam os seguintes: fortes qualificações no conhecimento de línguas em todas as cidades-chave em Portugal; fortes qualificações da força de trabalho em finanças e tecnologias de informação; razoáveis custos laborais; instalações cosmopolitas em tempos livre e cultura; clima agradável (Primavera quase todo o ano).

11.2 Evolução do investimento directo português no estrangeiro

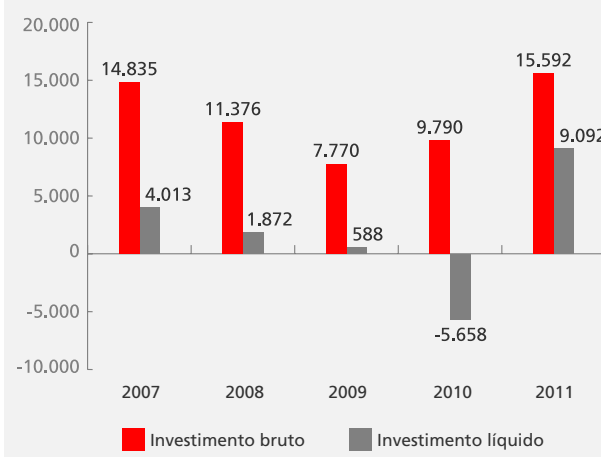
O investimento directo português no exterior (IDPE), em termos brutos, aumentou substancialmente na década de 90, reflectindo o clima económico global, resultando esse processo num envolvimento crescente das empresas portuguesas nos mercados internacionais. Até 2000, os acréscimos de IDPE foram significativos, transformando-se Portugal num exportador líquido de capital, uma inversão do seu papel tradicional.

No quinquénio em análise, o investimento directo português no estrangeiro variou entre os 7,7 mil milhões de euros registados em 2007 e os 15,6 mil milhões de euros em 2011, o mais alto desde 1996, em termos brutos (+59,3% face a 2010).

Em termos líquidos, o IDPE seguiu uma trajectória variável no mesmo quinquénio. Em 2011 atingiu-se o montante de 9,1 mil milhões de euros e um crescimento de 260,7%, o que significou uma extraordinária recuperação face a 2010, ano em que se tinham registado fortes desinvestimentos.

De referir, ainda, que o "stock" de IDPE ascendia a 52,6 mil milhões de euros no final de 2011, o que representou um crescimento de 5,3% face ao acumulado no final de 2010.

Evolução do Investimento Directo Português no Estrangeiro



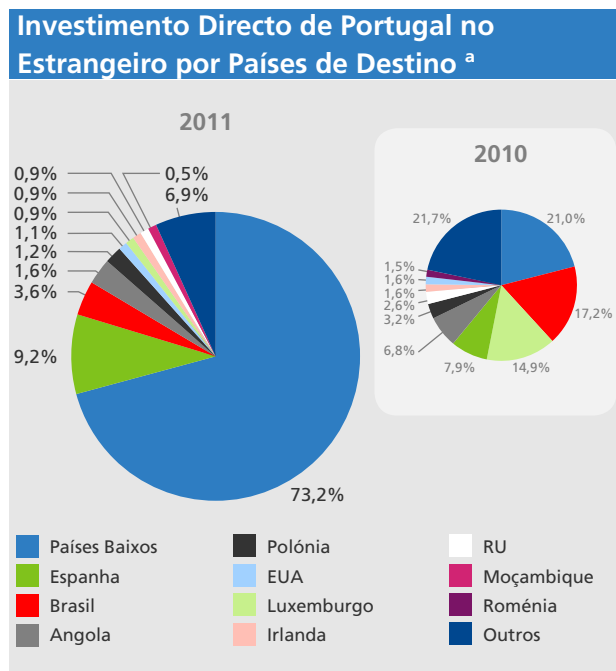
Fonte: Banco de Portugal, Fevereiro de 2012
Unidade: Milhões de Euros

11.2.1 Principais países de destino

Fazendo uma análise da evolução verificada no último quinquénio, é notória a diversificação de mercados de destino do IDPE nacional.

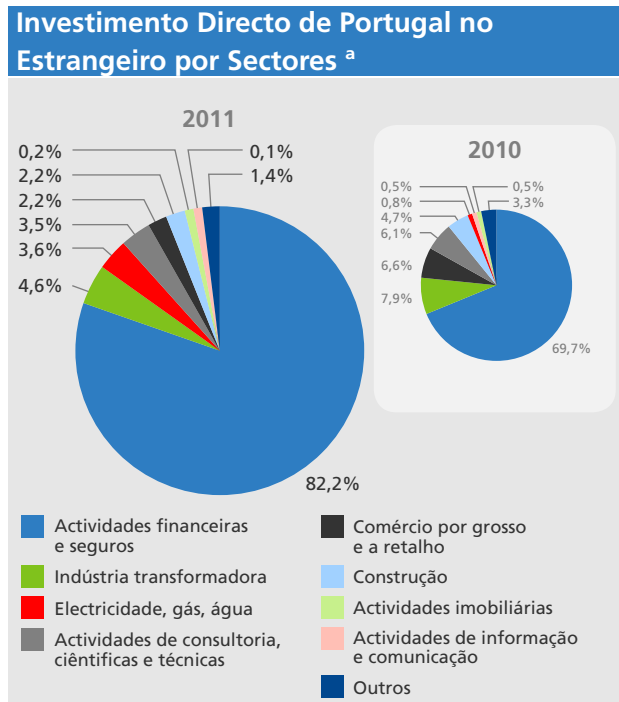
Assim, se em 2004 se registava um claro domínio de três países comunitários, Dinamarca, Países Baixos e Espanha, nos anos seguintes outros fora deste espaço viram a sua representatividade aumentar, como é o caso do Brasil, alguns países da Europa de Leste (Polónia e Roménia) e também os EUA. Mais recentemente surgem Angola e Moçambique.

Deste conjunto importa destacar o caso de Angola que de apenas 1% de quota em 2004 passou para 4% em 2011, o que em valor correspondeu a um aumento de 103 milhões para 246 milhões de euros.



11.2.2 Principais sectores

As Actividades financeiras e de seguros são o sector em que as empresas portuguesas mais apostam no exterior. Em 2011 representaram mais de 80% do total de IDPE bruto. Seguem-se a Indústria transformadora (4,6%), a Electricidade, Gás, e Água (3,6%) e as Actividades de Consultoria (3,5%).



11.2.3 Projectos recentes de internacionalização das empresas portuguesas

Nas últimas duas décadas assistiu-se à internacionalização de um número significativo de empresas portuguesas, com experiências bem sucedidas em grandes projectos internacionais. Este importante passo na consolidação de uma presença física em mercados externos, catapultou Portugal para uma posição assinalável entre os países exportadores de capitais.

Este processo de internacionalização pode caracterizar-se como um processo sustentado (particularmente desde a adesão de Portugal à UE), marcado pela proliferação de actores (grandes empresas e PME) e pela diversificação progressiva de mercados, estando as empresas portuguesas presentes em quase todo o mundo.

Depois de uma primeira fase de domínio das grandes empresas, as PME adquiriram um papel de protagonismo, ajustando-se assim mais ao perfil empresarial de Portugal, e os destinos foram igualmente alargados originando uma maior diversificação geográfica dos investimentos, com a



escolha de “novos” mercados, mais distantes e de maior complexidade na abordagem.

No conjunto das grandes empresas portuguesas importa destacar as seguintes: Grupo EDP; Grupo Cimpor; Galp Energia; Grupo Sonae; Grupo Amorim; Banca em geral; PT; as principais empresas de construção civil e obras públicas (Mota Engil, Teixeira Duarte, Soares da Costa, etc.); Grupo Efacec; Grupo Pestana; Grupo Visabeira; Grupo Sogrape; Portucel/Soporcel; Iberomoldes; Simoldes; Martifer. São vários os sectores escolhidos pela empresas portuguesas que decidiram apostar numa estratégia de internacionalização, mas há uns que pela sua dimensão, reconhecimento, know-how e impacto do investimento nos mercados de destino, vale a pena salientar. São eles, o sector imobiliário, a construção civil e obras públicas, as telecomunicações, os cimentos, o sector energético e o turismo.

No sector das telecomunicações a PT - Portugal Telecom assume-se como a entidade portuguesa com maior projecção nacional e internacional e dispõe de um portfolio de negócios diversificado em que a qualidade e inovação constituem aspectos determinantes, estando ao nível das mais avançadas empresas internacionais do sector.

A actividade da empresa abarca todos os segmentos do sector das telecomunicações: negócio fixo, móvel, multimédia, dados e soluções empresariais. A sua presença internacional estende-se a países como Cabo Verde, Moçambique, Timor, Angola, Quênia, China, Brasil, S. Tomé e Príncipe e Namíbia.

Na área da construção civil e obras públicas são muitos os casos de sucesso de empresas portuguesas deste sector, que sozinhas, ou integradas em consórcios têm vindo a ganhar importantes projectos nesta área, onde a diversificação de mercados é também um dado adquirido. Não sendo possível referir todos, dado o número considerável de concursos internacionais ganhos por empresas portuguesas nos últimos anos, envolvendo valores significativos, evita-se o risco de uma selecção que deixe de fora casos emblemáticos, quer pelas características que os projectos revestem, quer pelos mercados de actuação.

Importa, no entanto, voltar a destacar dois factos relevantes já nomeados em capítulo próprio: a presença das três maiores construtoras portuguesas - Mota Engil (30ª posição), Teixeira Duarte (37ª) e Soares da Costa (47ª) - no ranking dos 50 maiores grupos europeus de construção em termos de volume de negócios constante de um estudo da Deloitte; o volume de facturação atingido por estas três empresas em 2010 - 4.3 mil milhões de euros, face a 3.8 mil milhões de euros em 2009.

Na área dos cimentos, a CIMPOR está presente em vários mercados internacionais: África do Sul, Brasil, Cabo Verde, China, Egipto, Espanha, Índia, Marrocos, Moçambique, Peru, Tunísia, Turquia, com fábricas de cimento, moagens de cimento, centrais de betão, explorações de agregados e unidades fabris de argamassas secas. Apesar do abrandamento do ritmo de crescimento económico em 2011, o Brasil continuou a ser o principal motor de crescimento no portfolio da Cimpor e Moçambique foi o mercado onde aumentou significativamente o volume e a rentabilidade das suas operações.

Mas é no sector energético e principalmente na área das energias renováveis que tem havido maior dinâmica de

internacionalização das empresas portuguesas ligadas a esta área nos últimos anos, com o objectivo não só de tomar posições no mercado energético internacional, mas fundamentalmente para aumentar a capacidade instalada de produção de energia com recurso a fontes limpas, podendo destacar-se a actuação da EDP Renováveis. Esta empresa portuguesa é líder mundial no sector das energias renováveis e o 4º maior produtor de energia eólica do mundo. Com Sede em Portugal e escritórios em Espanha (Madrid), opera ainda em mais 9 países: França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido, Itália, EUA, Canadá e Brasil.

A Galp Energia prevê investir uma média de 1,2 mil milhões de euros/ano até 2016. Só em 2012 serão investidos mil milhões de euros, aplicados sobretudo na exploração e produção nas áreas-chave do eixo do Atlântico Sul, Brasil e Angola e da África Oriental, nomeadamente Moçambique.

Esta empresa vai ainda liderar um projecto para a produção de bio-combustíveis de segunda geração a partir de óleo de *Jatropha*, cultivado em Moçambique, avaliado em cerca de 2 milhões de euros.

O Grupo Portucel/Soporcel vai investir 2,3 mil milhões de euros em Moçambique, até 2025, na construção de uma fábrica de pasta de papel, no seguimento do direito de uso e aproveitamento de terra destinada a silvicultura na província da Zambézia, que lhe foi atribuído pelo governo moçambicano, e que tornará Moçambique num dos maiores fornecedores africanos de pasta de papel.

No sector agro-alimentar são várias as empresas portuguesas com projectos de investimento no estrangeiro, sendo de destacar a Sumol+Compal que formalizou a compra de uma unidade industrial em Moçambique, um investimento orçado em 8 milhões de euros, que assegurará a produção local de produtos da marca; a Central de Cervejas que arranca com uma fábrica em Angola em 2014, na capital do país e finalmente, a Hipogest que investe 38 milhões de euros na montagem de uma rede de frio em 5 pontos espalhados por Angola.

O Grupo Nelson-Quintas está a investir 20 milhões de euros no Brasil numa unidade de biotecnologia, situada a cerca de 150km do Rio de Janeiro que vai produzir dois produtos derivados da lactose para iogurtes biológicos. Esta unidade, que deverá entrar em funcionamento no final de 2012, prevê a criação de 60 postos de trabalho, 40 dos quais engenheiros especializados.

No sector farmacêutico a Bial tem uma nova Unidade Integrada de Produção e Investigação, localizada no Parque Tecnológico de Biscaia (Bilbau – Espanha), que envolveu um investimento de 12 milhões de euros em infraestruturas a que acrescem 28 milhões de euros destinados a projectos de desenvolvimento de vacinas antialérgicas e meios de diagnóstico.

A Sonae Sierra abriu na região de Minas Gerais o 11º centro comercial no Brasil, um investimento de cerca de 79 milhões de euros, estando ainda em construção mais outros dois, um no Estado do Paraná e outro no Estado de Goiás, representando, em conjunto, um investimento de cerca de 167 milhões de euros.

Na área das infra-estruturas turísticas são igualmente muitos os exemplos a referir, com empresas portuguesas a realizar investimentos em vários países.

Recentemente, o Grupo Oásis Atlântico está a concorrer à exploração de dois casinos em Cabo Verde (cidade da Praia e Sal), um investimento estimado de 2,5 milhões de euros e o Grupo Enotel planeia investir até 2015, 250 milhões de euros no Brasil, em novos hotéis.

Só no Brasil, o pipeline de investimentos turísticos portugueses está em franca expansão: para além do Grupo Pestana e Grupo Vila Galé, empresas portuguesas como o Grupo Espírito Santo, Dorisol, Oásis Atlântico, João Vaz Guedes, Reta Atlântico, entre outros, têm projectos de investimento em curso.

O Grupo Pestana, um dos maiores players do turismo português e uma das TOP 100 cadeias hoteleiras do mundo

tem presença consolidada em 9 países: Brasil, Argentina, São Tomé e Príncipe, Moçambique, África do Sul, Cabo Verde, Venezuela, Reino Unido e Alemanha.

Para 2012-2013 estão programados novos investimentos nos EUA (Miami), Uruguai (Montevideo), Marrocos (Casablanca) e Angola (Luanda).

O Grupo Vila Galé, igualmente um dos principais grupos hoteleiros nacionais e que integra o ranking das 250 empresas hoteleiras mundiais, soma às 17 unidades em território nacional, 6 unidades no Brasil, com um total de 11.918 camas.

Para além dos exemplos referidos, também é possível destacar projectos de internacionalização bem sucedidos por parte de PME portuguesas, como a Kyaia (Fly London), Silva & Fontela (Pablo Fuster); Armando Silva (Gino Bianchi e Yucca) e Calzeus (Swear) (calçado); Cin e Euronavy (tintas); Sumol-Compal (alimentar); Impetus (Throttleman), Lanidor Dielmar, Diniz & Cruz (vestuário); Coelima e Lameirinho (têxteis lar); Renova (papel para uso doméstico); Parfois e Lune Bleu (acessórios de moda); Dot One (marketing e publicidade).

Em sectores não tradicionais ou de tecnologia de ponta destacam-se algumas empresas portuguesas com forte crescimento internacional, tais como WeDo Technologies (escritórios no Brasil, Austrália, Chile, EUA, Egipto, França, Irlanda, Malásia, México, Panamá, Polónia, Espanha, Singapura e Reino Unido), Primavera Software (escritórios em Espanha, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau), Mobicomp (subsidiária da multinacional Microsoft), Critical Software (escritórios nos EUA, R.Unido, Roménia, Moçambique e Brasil), Altitude Software (escritórios em mais de 15 países) e a Alert Life Sciences Computing que se dedica ao desenvolvimento, distribuição e implementação do software de saúde ALERT®, concebido para criar ambientes clínicos sem papel, que já se encontra disponível em unidades hospitalares espalhadas por vários países do mundo.

12. Turismo

Segundo a Organização Mundial do Turismo (UNWTO) as chegadas de turistas aumentaram 4,4% em 2011 para 980 milhões de turistas, num ano caracterizado por um crescimento moderado da economia mundial, grandes alterações políticas no Médio Oriente e Norte de África e desastres naturais no Japão.

É esperado novo crescimento em 2012, embora a um ritmo mais lento, sem contudo por em causa a meta do bilião de turistas nesse ano.

Por regiões, a Europa foi a que registou a melhor performance (+6%), embora por sub-regiões a América do Sul tenha liderado o ranking (+10%). Contrariamente ao que sucedeu em anos anteriores, as economias avançadas cresceram mais (+5%) do que as emergentes (+3,8%), devido, sobretudo aos bons resultados da Europa e aos recuos no Médio Oriente e Norte de África.

Para um sector responsável por cerca de 5% do PIB mundial, 6% das exportações totais e que emprega 1 em cada 12 trabalhadores nas economias avançadas



e emergentes, os resultados atingidos em 2011 são encorajadores, principalmente num momento em que se torna urgente estimular o crescimento económico e a criação de emprego.

No que se refere às receitas turísticas, as estimativas da WTTC⁴⁷ apontam para um crescimento a rondar os 3,8%, ou seja, muito próximo do registado nas chegadas de turistas. Os maiores crescimentos aconteceram nos EUA (+12%), Espanha (+9%), Hong Kong (+25%) e Reino Unido (+7%).

Ainda segundo a mesma fonte, o sector do turismo terá contribuído, em 2011, com 12,7 mil milhões de euros para a economia portuguesa, ou seja, 5,3% do PIB nacional, em termos directos. No mesmo ano, criou 867 mil postos de trabalho, o que correspondeu a 6,6% do total do emprego directo. Para 2012, as previsões apontam para que o sector turístico mantenha o mesmo peso no PIB e no emprego, e represente 17,1% das receitas e 13,2% do investimento total, em termos directos.

Para além do contributo positivo para a balança de pagamentos, é muito relevante para a economia portuguesa em termos globais (o contributo directo e indirecto deste sector para o PIB nacional deverá ser superior a 15%), sobretudo no que diz respeito à sua importância estratégica traduzida nas receitas que proporciona, na mão-de-obra que ocupa e no efeito multiplicador que induz em várias áreas, contribuindo positivamente para o reforço da imagem de Portugal no exterior.

O nosso país apresenta vantagens comparativas a vários níveis: clima, segurança, proximidade à costa, qualidade das praias, campos de golfe de reconhecida qualidade internacional, oferta diversificada (paisagística, casinos, marinas, cultura, tradição, gastronomia) e boas ligações aéreas, regulares, charter e low-cost internacionais. São inúmeros os locais a visitar em Portugal, sem esquecer que na lista do Património Mundial da UNESCO



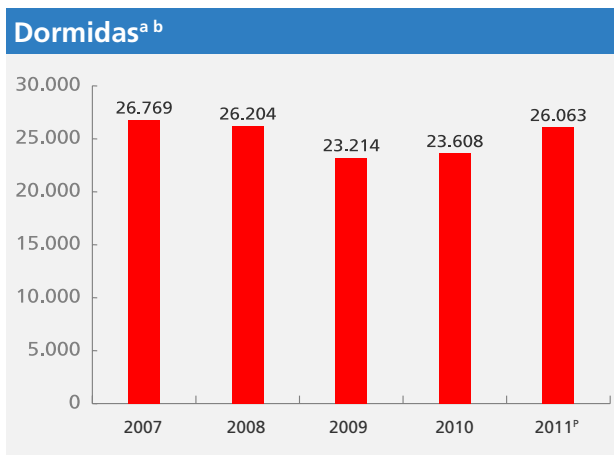
se encontram os centros históricos do Porto, Angra do Heroísmo, Guimarães, Évora e Sintra, bem como monumentos em Lisboa, Alcobaça, Batalha e Tomar, as gravuras paleolíticas de Foz Côa, a floresta laurissilva na Ilha da Madeira e as paisagens vitivinícolas do Rio Douro e da Ilha do Pico no arquipélago dos Açores.

Depois do 2º lugar obtido pelos Açores, numa selecção de 111 ilhas ou arquipélagos, numa iniciativa da National Geographic Traveler, da Ilha do Pico ter sido classificada a 4ª melhor ilha do mundo para viver ou ter uma moradia turística, pela revista Islands, da Madeira aparecer em 6º lugar no conjunto das 10 melhores ilhas europeias pela revista Condé Nast Traveller, também a cidade do Porto foi eleita Melhor Destino Europeu 2012 pelos internautas do site European Destination, entre 20 cidades pré-seleccionadas por um júri, com Lisboa a situar-se no 8º lugar depois de ter vencido em 2010.

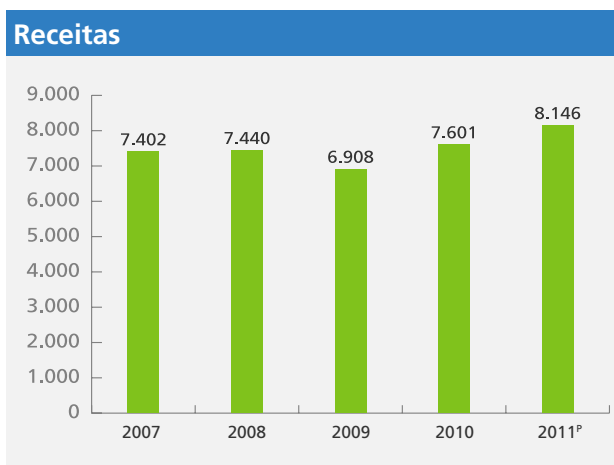
A praia de Albufeira (Algarve) também foi considerada pelos leitores do TripAdvisor a 6ª dos 10 melhores destinos de praia europeus. Albufeira é o único destino português no ranking que é encabeçado por Oludeniz e Içmeler, Turquia, e Puerto Alcudia, Maiorca Espanha.

Também no final do ano de 2011, o Fado foi reconhecido pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade, passando a fazer parte da lista representativa do património cultural imaterial da humanidade.

47 WTTC – World Travel and Tourism Council



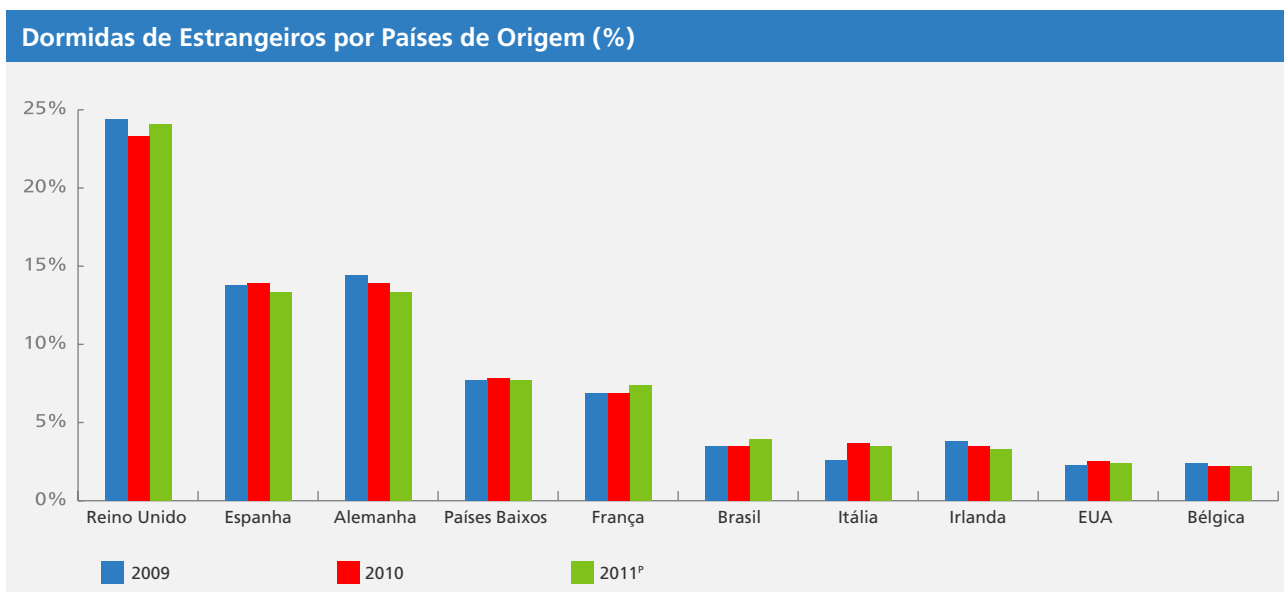
Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística
Unidade: milhares
Notas: (a) Permanência de um indivíduo num estabelecimento que fornece alojamento por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte. (b) Inclui Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros, Aldeamentos e Apartamentos Turísticos; P – Dados provisórios



Fontes: Banco de Portugal
Unidade: milhões de euros
Nota: (P) - Dados provisórios

De acordo com os dados do INE, em 2011 a hotelaria registou 26,1 milhões de dormidas de turistas estrangeiros em Portugal, o que correspondeu a uma variação homóloga positiva de 10,4%. No grupo dos 5 principais mercados emissores, Reino Unido (+14,2%) e França (+19%) foram os que mais cresceram, enquanto os mercados nórdicos foram os que menos contribuíram para o aumento das dormidas (Dinamarca e Finlândia registaram quebras de 17% e 3%, respectivamente).

As receitas turísticas acompanharam o crescimento das dormidas tendo atingido os 8,1 mil milhões de euros em 2011, ou seja, mais 7,2% do que no ano anterior. A maior parte dos turistas que visitam Portugal são oriundos da Europa, principalmente da União Europeia, com o Brasil e os EUA a constituírem as únicas exceções no conjunto dos 10 maiores mercados emissores de turistas para o nosso país. Em 2011, a repartição de dormidas de estrangeiros na hotelaria global colocou o Reino Unido no primeiro lugar com 24,1% do total, seguindo-se a Espanha (13,3%), Alemanha (13,0%), Países Baixos (7,7%) e França (7,4%). Por regiões, constata-se que o Algarve, Lisboa e Madeira concentraram 82,6% das dormidas de estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros. O Algarve registou 10,2 milhões de dormidas (+8,8% do que no mesmo período de 2010), Lisboa 6,5 milhões (+7,6%) e a Madeira 4,8 milhões de dormidas (+17%).



Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística
Nota: (P) - Dados provisórios

13. Relações Internacionais e Regionais

Portugal integra hoje um número significativo de organizações financeiras internacionais, entre as quais assumem particular significado os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD), pelos objectivos que os norteiam, pela dimensão das suas intervenções e consequente impacto nos países beneficiários, mas também pelo “poder” que alguns deles têm vindo a assumir no contexto internacional.

Estas organizações deram origem ao aparecimento de outras entidades com vocações diferenciadas e com diferentes graus de autonomia. O primeiro grupo que se constituiu foi o do Banco Mundial (BM), que integra actualmente 5 organizações⁴⁸, sendo que uma é não financeira, e que serviu de modelo aos restantes grupos que entretanto se foram constituindo, como é o caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) e do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD). Data de 1960 a adesão de Portugal às organizações de “Bretton Woods” – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), seguida de sucessivas adesões a outras organizações de carácter universal e regional⁴⁹, as últimas das quais se verificaram em 2002, com o Banco e o Fundo Asiático de Desenvolvimento (BAsD e FAsD) e a Corporação Interamericana de Investimentos (CII), do Grupo BID.

No caso particular do Banco Europeu de Investimento (BEI), a adesão de Portugal a este banco decorre, automaticamente, da entrada de Portugal para a então Comunidade Económica Europeia (CEE), constituindo os estatutos do BEI um anexo ao Tratado de Roma.

48 Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA); Corporação Financeira Internacional (IFC); Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA); Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimento (ICSID).

49 Corporação Financeira Internacional (IFC- Grupo BM); Agência Multilateral de Garantia do Investimento (MIGA – grupo BM); Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID – grupo BM), Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID); Fundo de Operações Especiais (FOE – grupo BID); Fundo Multilateral de Investimentos (MIF – grupo BID); Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD); Fundo Africano de Desenvolvimento (FAfD – grupo BAfD), Banco Europeu de Construção e Desenvolvimento (BERD).



Portugal é ainda membro da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas, da Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 1995 e da organização Mundial do Turismo (WTO) desde 1976.

Em diversas organizações financeiras multilaterais de que é membro, Portugal intervém na dupla qualidade de Estado Membro (EM) doador e beneficiário. É no caso do Banco Mundial que Portugal obtém o maior retorno do investimento, mas é no BID – Banco Inter-Americano de Desenvolvimento que se verifica o maior rácio entre a doação e o retorno, em grande medida devido à sua reduzida participação financeira.

A nível regional, Portugal é membro da União Europeia desde 1 de Janeiro de 1986 e faz parte do Conselho da Europa, da União da Europa Ocidental (UEO) e da Agência Espacial Europeia (AEE). Actualmente a UE é composta por 27 membros, sendo que apenas 17⁵⁰, entre os quais Portugal, adoptaram a moeda única europeia (Zona Euro) e integram a União Económica e Monetária.

50 Zona Euro17 - Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre (2008), Eslováquia (2009), Eslovénia (2007), Espanha, Estónia (2011), Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta (2008), Países Baixos e Portugal

14. Condições Legais de Acesso ao Mercado

O relacionamento comercial de Portugal, assim como dos restantes Estados Membros da UE, é efectuado a dois níveis: o realizado no espaço comunitário, designado por trocas intracomunitárias; e o estabelecido com países terceiros, regido através da Política Comercial Comum da UE.

14.1 Regime de trocas intracomunitárias

As mercadorias com origem na UE ou colocadas em livre prática⁵¹ no território comunitário (http://europa.eu/legislation_summaries/internal_market/single_market_for_goods/free_movement_goods_general_framework/index_pt.htm), encontram-se isentas de controlo alfandegário, sem prejuízo, porém, de uma fiscalização no que respeita à qualidade e características técnicas.

Deste modo, os operadores económicos comunitários podem comprar e vender livremente, em qualquer ponto do espaço comunitário, sem haver lugar ao cumprimento de quaisquer formalidades no momento de passagem da mercadoria numa fronteira interna. A ausência dos controlos alfandegários não implica, porém, a eliminação de regras relativas ao transporte, segurança, qualidade e especificações técnicas dos produtos. Tais regras existem e, na sua generalidade, são impostas pela própria legislação comunitária já harmonizada, com vista à defesa da saúde e segurança dos consumidores.

A circulação de mercadorias no interior da União deve ser acompanhada de todos os documentos usualmente exigidos pelas autoridades nacionais, designadamente: documentos de transporte, factura comercial, certificados de conformidade, de qualidade, sanitários e fitossanitários.

51 Mercadorias em “livre prática” são aquelas que já cumpriram as formalidades de importação (incluindo o pagamento de direitos aduaneiros e de outras taxas, quando devidas) num dos Estados-membros, passando a poder circular livremente por todo o espaço comunitário sem haver necessidade de cumprimento de formalidades adicionais.

A fiscalização poderá ser efectuada a qualquer momento e em qualquer local, desde o lugar de expedição dos bens até ao de consumo final.

Refira-se ainda que há um conjunto de transacções intracomunitárias⁵² (valores limiares definidos pelo INE) relativamente às quais as empresas são obrigadas a declarar os respectivos montantes (Declaração Intrastat).

14.2 Regime geral de importação

A União Aduaneira implica, para além da existência de um território aduaneiro único, a adopção da mesma legislação neste domínio – Código Aduaneiro Comunitário (http://europa.eu/legislation_summaries/other/111010_pt.htm) – bem como a aplicação de iguais imposições alfandegárias aos produtos provenientes de países terceiros – Pauta Exterior Comum (PEC)⁵³. Contudo, a Comunidade concede vantagens aduaneiras às mercadorias originárias de determinados países em desenvolvimento (beneficiários do Sistema de Preferências Generalizadas –SPG), ou de países com os quais a UE celebrou acordos preferenciais), que se traduzem na aplicação de direitos aduaneiros mais favoráveis (ou mesmo isenção) do que os estabelecidos no âmbito da OMC, com excepção de produtos mais sensíveis em termos dos interesses comunitários.

Se o importador pretender beneficiar destes regimes terá que comprovar obrigatoriamente a origem das mercadorias. No caso das importações provenientes de países beneficiários do regime SPG, através do “Certificado de Origem FORM A”, nas importações dos restantes países através do “Certificado de Circulação de Mercadorias EUR 1”. Os referidos certificados poderão ser obtidos junto da Autoridade Tributária e Aduaneira⁵⁴, entidade competente para prestar

52 Disponível em <http://www.ine.pt>

53 A PEC baseia-se no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias, sendo os direitos de importação na sua maioria “ad valorem”, calculados sobre o valor CIF das mercadorias.

54 Link: http://www.dgaiec.min-financas.pt/pt/legislacao_aduaneira/dacac_anexos_doclib/default.htm

informações relativas à classificação dos produtos, aos direitos que incidem na importação de mercadorias seja qual for a respectiva origem, bem como sobre os regimes aduaneiros existentes.

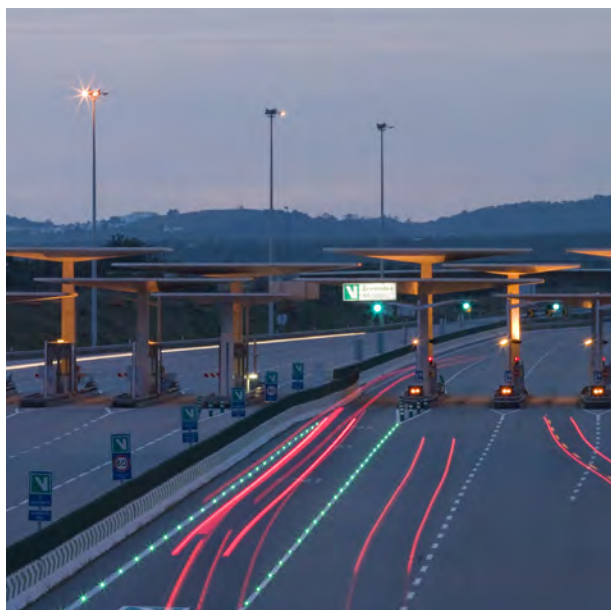
Além dos direitos aduaneiros, os produtos importados estão sujeitos ao pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) (http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/guia_fiscal/iva/), cuja taxa normal em Portugal é de 23%, sendo que alguns produtos beneficiam de uma taxa de 13% ou de uma taxa reduzida de 6%. Nas Regiões Autónomas da Madeira e Açores as taxas sofrem uma redução: na Madeira, a partir de 01 de Abril de 2012 a taxa normal passa a ser de 22%, a taxa intermédia 12% e taxa reduzida 5%; nos Açores a taxa normal é de 16%, a taxa intermédia de 9% e a taxa reduzida de 4%.

Refira-se, por último, a existência de uma Zona Franca da Madeira, legalmente entendida como o enclave territorial em que as mercadorias aí existentes são, em regra, consideradas exteriores ao território aduaneiro para efeitos de aplicação de direitos aduaneiros, restrições quantitativas ou medidas de efeito equivalente.

Desde que devidamente autorizadas, poderão ser exercidas na zona franca todas as actividades de natureza industrial, comercial ou financeira, embora as primeiras duas confinadas a uma área delimitada (na medida em que implicam a movimentação física de mercadorias), situação que não sucede com os serviços "off shore", que podem instalar-se em qualquer ponto do território do arquipélago, incluindo a cidade do Funchal.

As empresas a operar na Zona Franca da Madeira têm acesso a um conjunto significativo de benefícios de natureza aduaneira, fiscal, financeira e económica. Mais informações poderão ser obtidas através da consulta ao site do Centro Internacional de Negócios da Madeira: http://www.abc-madeira.com/o_cinm.aspx?ID=679

Informação mais detalhada sobre as diferentes modalidades de regimes aduaneiros vigentes no espaço comunitário, assim como os documentos de importação necessários, encontram-se no Anexo 1.



As mercadorias comunitárias ou originárias de países terceiros introduzidas em qualquer um dos Estados-membros, deverão cumprir as exigências técnicas estabelecidas na legislação comunitária e ser acompanhadas de toda a documentação exigida para a sua comercialização, nomeadamente certificados de conformidade, de qualidade, sanitários, veterinários e fitossanitários.

Com vista à protecção da saúde e segurança dos consumidores, a Comunidade tem procurado harmonizar (http://europa.eu/legislation_summaries/consumers/product_labelling_and_packaging/index_pt.htm) as regras da rotulagem, apresentação e publicidade de vários produtos, nomeadamente alimentares, brinquedos, etc., por forma a minimizar os entraves à livre circulação de mercadorias no território comunitário.

Em Portugal a ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (<http://www.asae.pt/>) é a autoridade administrativa nacional especializada no âmbito da segurança alimentar e da fiscalização económica. Deste modo, é responsável pela avaliação e comunicação dos riscos na cadeia alimentar, bem como pela disciplina do exercício das actividades económicas nos sectores alimentar e não alimentar, mediante a fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora das mesmas.

14.3 Regime de investimento estrangeiro

O Tratado da União Europeia consagra a livre circulação de capitais, da qual resulta um quadro geral do investimento estrangeiro no espaço comunitário, nos termos dos limites decorrentes do princípio da subsidiariedade, isto é, sem prejuízo de instrumentos legislativos de alguns Estados-Membros.

No âmbito da livre circulação de capitais, estão proibidas todas as restrições aos movimentos de capitais – investimento – e, bem assim, todas as restrições aos pagamentos – pagamento de uma mercadoria ou de um serviço.

Os Estados-Membros podem, no entanto, tomar medidas justificadas com o objectivo de impedir infracções à sua própria legislação, nomeadamente em matéria fiscal e em matéria de supervisão das instituições financeiras.

Os países comunitários podem, ainda, prever processos de declaração dos movimentos de capitais para efeitos de informação administrativa ou estatística e tomar outras medidas, justificadas por razões de ordem pública ou segurança pública. Todavia, todas estas medidas e estes procedimentos não devem constituir um meio de discriminação arbitrária, nem uma restrição simulada à livre circulação de capitais e de pagamentos.

Ao investidor estrangeiro é conferido o mesmo tratamento que aos investidores nacionais, não existindo, de modo geral, restrições no sector privado, podendo as empresas ser detidas na sua totalidade por capital externo.

No que se refere à estrutura comercial de implantação, a sua escolha depende do objectivo do investidor e, bem assim, do grau de autonomia que o mesmo pretende em relação à sociedade-mãe.

Informação mais detalhada sobre esta matéria, nomeadamente no que diz respeito às várias formas

jurídicas de empresas, poderá ser consultada no Portal da Empresa (<http://www.portaldaempresa.pt/cve/pt>) podendo aí encontrar a localização actual de Lojas da Empresa/ Balcões do Empreendedor.

Em Portugal, no sentido de adequar o quadro normativo português às mais recentes orientações da União Europeia e da OCDE, foi instituído um Regime Contratual Único⁵⁵ que se rege pelo Decreto-Lei n.º 203/2003 de 10 de Setembro (consulta gratuita através do endereço (<http://www.dre.pt>)). Este diploma veio revogar o regime de registo a posteriori das operações de investimento em Portugal, pondo-se termo ao tratamento diferenciado do investimento estrangeiro face ao nacional.

Um promotor estrangeiro poderá também ver os seus projectos de investimento reconhecidos como projectos PIN (Projectos de Potencial Interesse Nacional) ou PIN+ (Projectos de Potencial Interesse Nacional classificados como de importância estratégica), desde que as operações em causa sejam efectuadas por intermédio de filial constituída em Portugal e cumpram os requisitos previstos na respectiva legislação:

- PIN – Decreto-Lei n.º 174/2008 de 26 de Agosto, Despacho n.º 30850/2008 de 28 de Novembro e Decreto-Lei 76/2011 de 20 de Junho.
- PIN+ - Decreto-Lei n.º 285/2007, de 17 de Agosto.

Os interessados poderão obter mais informação acedendo ao seguinte link constantes do site da aicep Portugal Global: <http://www.portugalglobal.pt/PT/InvestirPortugal/InstrumentosRelevantes/pin/Paginas/PINPIN.aspx>

A aicep Portugal Global (<http://www.portugalglobal.pt/>) assume o papel de entidade competente para a recepção, análise, negociação, contratualização e acompanhamento dos grandes projectos de investimento (interlocutor único),

⁵⁵ Regime Contratual Único - aplicável aos grandes projectos de investimento, quer de origem nacional, quer estrangeira, que apresentem um valor superior a 25 milhões de Euros, a realizar de uma só vez ou faseadamente até 3 anos, ou que, embora não atinjam esse valor, sejam da iniciativa de uma empresa cuja facturação anual consolidada seja superior a 75 milhões de Euros, ou por uma entidade de natureza não empresarial cujo orçamento anual seja superior a 40 milhões de Euros, independentemente do sector de actividade ou da nacionalidade do investidor.

cabendo ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (<http://www.iapmei.pt>) a responsabilidade de assegurar o acompanhamento dos projectos de investimento de valor inferior a 25 milhões de euros, excepto os relativos ao sector do Turismo.

No que se refere à regulamentação referente aos incentivos atribuídos pelo Estado Português ao abrigo do novo Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN – 2007-2013, que enquadra a concretização em Portugal de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através dos fundos estruturais e de coesão associados à política de coesão da União Europeia, sugere-se a consulta ao endereço <http://www.qren.pt/>.

ANEXOS

Anexo 1 - Regimes Aduaneiros

O Código Aduaneiro Comunitário veio harmonizar e simplificar as formalidades administrativas na circulação de bens entre os Estados-membros com países terceiros, possibilitando a adopção de diferentes modalidades de regimes aduaneiros:

Livre Prática – introdução de um produto originário de um país terceiro no espaço da União conferindo-lhe o estatuto aduaneiro de mercadoria comunitária, depois de cumpridas as formalidades de importação (incluindo o pagamento de direitos aduaneiros e outras taxas, quando devidas) podendo, deste modo, circular livremente no espaço da UE.

Entrepasto Aduaneiro – permite a armazenagem, entre outras, de mercadorias não comunitárias, sem que estas fiquem sujeitas a direitos de importação ou a medidas de política comercial.

Aperfeiçoamento Activo – pressupõe a transformação de mercadorias não comunitárias e de produtos introduzidos em livre prática, permitindo a adopção de dois sistemas:

Sistema Suspensivo – utilização de mercadorias não comunitárias destinadas a posterior reexportação sob a forma de produtos compensadores (produto final que resultou das operações de aperfeiçoamento efectuadas), sem que sejam aplicadas imposições aduaneiras.

Sistema de “Drawback” – transformação de bens introduzidos em livre prática, com reembolso ou dispensa do pagamento dos direitos de importação ou outras taxas, caso sejam exportados sob a forma de produtos compensadores.

Aperfeiçoamento Passivo – permite exportar temporariamente mercadorias comunitárias, a fim de as submeter a operações de aperfeiçoamento num país terceiro, e de introduzir em livre prática os produtos resultantes destas operações beneficiando de isenção total ou parcial dos direitos de importação.

Transformação sob Controlo Aduaneiro – implica a utilização no território aduaneiro de mercadorias provenientes de países terceiros, para aí serem submetidas a operações que lhes modifiquem a natureza ou o estado, sem que fiquem sujeitas a direitos de importação ou a medidas de política comercial, e à respectiva introdução em livre prática dos produtos resultantes destas operações, após o pagamento dos respectivos encargos. Estes produtos denominam-se produtos transformados.

Importação Temporária – admissão temporária de produtos não comunitários, destinados a posterior reexportação, com suspensão do pagamento de direitos aduaneiros e de outros encargos, por um determinado período de tempo, sem que tenham sofrido qualquer alteração para além da depreciação normal resultante da utilização que lhes tenha sido dada. Portugal é signatário da Convenção relativa ao Livrete ATA, ao abrigo do qual são admitidos temporariamente amostras comerciais, material/equipamento profissional destinado a feiras e exposições comerciais, espectáculos, exposições ou similares (<http://www.acl.org.pt/pt-pt/services/carnetata.aspx>).

Anexo 2 - Documentos de Importação

Os documentos desempenham um papel fundamental em qualquer transacção comercial, mas são substancialmente diferentes consoante estejamos face a uma importação/exportação de mercadorias (comércio extracomunitário), ou face a uma aquisição/venda (comércio entre Estados-membros da União Europeia).

No caso das **trocas extracomunitárias de bens**, destacam-se pela sua importância, as licenças (no caso de produtos objecto de restrições), as declarações (para as mercadorias submetidas ao regime de vigilância estatística prévia) e os certificados (sempre que a legislação o exija, como acontece com grande parte dos produtos agrícolas), o documento administrativo único, a factura comercial e o certificado de origem.

Relativamente à documentação que deverá acompanhar as **aquisições ou vendas intracomunitárias de bens**, referem-se a factura comercial, certificados de diversa natureza (em conformidade com o tipo de bens) e a Declaração Intrastat.

As operações de importação (à semelhança das operações de exportação) terão que ser realizadas com o apoio de um Despachante Oficial, que tem conhecimento da documentação envolvida.

Alguns exemplos:

Factura Comercial – documento base de qualquer transacção comercial, cuja emissão é, em regra, obrigatória, entregue pelo vendedor ao comprador, datado e numerado, e emitida na língua do comprador. Deve ainda mencionar os seguintes elementos: nome, morada e n.º contribuinte do exportador/expedidor e do importador/adquirente; descrição detalhada da mercadoria; código pautal; quantidade; preço unitário; valor global; taxa de IVA aplicável.

Factura-Pró-Forma – pode ser solicitada pelo importador para mercadorias sujeitas a licenciamento ou como proposta comercial ou, ainda, para efeitos de importação temporária. Quando exigida é normalmente apresentada em duplicado.

Conhecimento de Embarque – os elementos constantes neste documento devem estar de acordo com os que se encontram inscritos na Factura Comercial.

Lista de Embalagens – não sendo obrigatória, facilita o desembaraço aduaneiro das mercadorias, quando provenientes de países terceiros.

Certificado de Origem – documento que atesta a proveniência da mercadoria. A sua apresentação é obrigatória no caso de importação de mercadorias sujeitas a preferências pautais, originárias de países com os quais a UE celebrou acordos preferenciais (EUR 1) ou de países beneficiários do Sistema de Preferências Generalizadas (FORM A). O importador também pode solicitar este certificado por razões que não têm que ver com a aplicação de preferências aduaneiras, caso em que é exigida certificação por uma Câmara de Comércio do país de origem dos bens.

Documento Administrativo Único – formulário utilizado em todo o território comunitário no cumprimento das formalidades aduaneiras de importação e exportação.

Outros Documentos – na medida em que a regulamentação nacional ou comunitária o determinar, por razões de protecção da saúde e segurança públicas e de defesa dos consumidores e do meio ambiente, a importação na Comunidade de um número cada vez mais vasto de mercadorias está sujeita, no desalfandegamento, à apresentação de certificados de ordem diversa, consoante os produtos em causa (ex: certificados sanitários, fitossanitários, de qualidade, conformidade, etc.).

Anexo 3 - Endereços de Internet úteis

INE – Instituto Nacional de Estatística – www.ine.pt

GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos – <http://www.gee.min-economia.pt/>

GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais - Ministério das Finanças - <http://www.gpeari.min-financas.pt/>

Diário da República – www.dre.pt

Portal do Governo Português – www.portugal.gov.pt

Ministério da Economia e do Emprego – <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-economia-e-do-emprego.aspx>

Ministério das Finanças – <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-das-financas.aspx>

Portal da Empresa – <http://www.portaldaempresa.pt/cve/pt>

Autoridade Tributária e Aduaneira – <https://www.e-financas.gov.pt/de/jsp-dgaiec/main.jsp>

Câmara Portuguesa dos Despachantes Oficiais – www.cdo.pt

Associação dos Transitários de Portugal – <http://www.apat.pt/>

ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica - www.asae.pt

IPQ - Instituto Português da Qualidade – www.ipq.pt

CERTIF – Associação para a Certificação de Produtos – www.certif.pt

Portal do Cidadão – www.portaldocidadao.pt

Associação Nacional de Municípios – www.anmp.pt

AEP – Associação Empresarial de Portugal – www.aeportugal.pt

AIP – Associação Industrial Portuguesa – www.aip.pt

APB – Associação Portuguesa de Bancos – www.apb.pt

APDC – Associação Portuguesa para o desenvolvimento das Comunicações – www.apdc.pt

ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações – www.anacom.pt

Turismo de Portugal, IP – www.turismodeportugal.pt

Portal Oficial do Turismo – www.visitportugal.com



aicep Portugal Global